

# DESAFIOS

CONTEMPORÂNEOS

DA

CONTABILIDADE

---

**ESTUDOS  
ACADEMICOS E  
PERSPECTIVAS  
PROFISSIONAIS**

---



**Universidade do Estado do Rio Grande do Norte**

**Reitora**

Cicília Raquel Maia Leite

**Vice-Reitor**

Francisco Dantas de Medeiros Neto

**Diretor da Editora Universitária da Uern ( Eduern)**

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

**Chefe do Setor Executivo da Editora Universitária da Uern ( Eduern)**

Jacimária Fonseca de Medeiros



**Conselho Editorial da Edições Uern**

Edmar Peixoto de Lima

Filipe da Silva Peixoto

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

Isabela Pinheiro Cavalcanti Lima

Jacimária Fonseca de Medeiros

José Elesbão de Almeida

Maria José Costa Fernandes

Maura Vanessa Silva Sobreira

Kalídia Felipe de Lima Costa

Regina Célia Pereira Marques

Rosa Maria Rodrigues Lopes

Saulo Gomes Batista

**Diagramação e capa:**

Maria Emanuela Santos da Silva

**Catálogo da Publicação na Fonte.  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

Silva, Sérgio Luiz Pedrosa  
Desafios contemporâneos da contabilidade [livro eletrônico]: estudos acadêmicos e perspectivas profissionais. / Sérgio Luiz Pedrosa Silva, Jandeson Dantas da Silva, Wênyka Preston Leite Batista da Costa. Mossoró, RN: Edições UERN, 2024.

127 p. :

ISBN: 978-85-7621-543-1 (E-book).

1. Ciências Contábeis - auditoria. 2. Auditoria contábil. 3. Perícia contábil. 4. Contabilidade pública. I. Silva, Jandeson Dantas da. II. Costa, Wênyka Preston Leite Batista da. III. Título. IV. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

UERN/BC

CDD 657.45

# **Desafios Contemporâneos da Contabilidade: Estudos Acadêmicos e Perspectivas Profissionais**

*Sérgio Luiz Pedrosa Silva, Jandeson Dantas da Silva, Wênyka Preston Leite  
Batista da Costa*

# Sumário

| Capítulos    | Título – Autores   | Páginas        |
|--------------|--|----------------|
|              | <b>Relatório de auditoria independente: principais assuntos de auditoria no segmento bancário</b>  |                |
| Capítulo I   | <b>Autores: Emerson da Silva Costa; Sérgio Luiz Pedrosa Silva; Camila Karen Alves Pedrosa; Wênyka Preston Leite Batista da Costa; Jandeson Dantas da Silva</b>   | <b>05-21</b>   |
| Capítulo II  | <b>Nível de conhecimento em contabilidade pública: percepção dos discentes em uma Universidade Pública. Autores: Ester Alves Trigueiro; Sergio Luiz Pedrosa Silva; Wênyka Preston Leite Batista da Costa; Jandeson Dantas da Silva; Camila Karen Alves Pedrosa</b> | <b>22-41</b>   |
| Capítulo III | <b>Determinantes da auditoria contábil: percepção dos discentes. Autores: Poliana Rayssa de Oliveira; Sérgio Luiz Pedrosa Silva; Jandeson Dantas da Silva; Wênyka Preston Leite Batista da Costa; Camila Karen Alves Pedrosa</b>                                   | <b>42-65</b>   |
| Capítulo IV  | <b>Perícia contábil: a percepção dos discentes de ciências contábeis: Autores: Jhonata do Nascimento Silva; Sérgio Luiz Pedrosa Silva; Wênyka Preston Leite Batista da Costa; Jandeson Dantas da Silva; Camila Karen Alves pedrosa</b>                             | <b>66-86</b>   |
| Capítulo V   | <b>Fatores determinantes sobre a legislação trabalhista: a percepção dos discentes. Autores: Carlos Alexandre Silva Morais Junior; Sérgio Luiz Pedrosa da Silva; Wênyka Preston Leite Batista da Costa; Jandeson Dantas da Silva; Camila Karen Alves Pedrosa.</b>  | <b>87-108</b>  |
| Capítulo VI  | <b>Determinantes da valorização e reconhecimento do profissional contábil. Autores: Bárbara Silva Macêdo; Wênyka Preston Leite Batista da Costa; Jandeson Dantas da Silva; Sérgio Luiz Pedrosa Silva; Camila Karen Alves Pedrosa.</b>                              | <b>109-125</b> |

# Capítulo I

## **RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE: PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA NO SEGMENTO BANCÁRIO**

### *INDEPENDENT AUDIT REPORT: MAIN AUDIT MATTERS REPORTED IN THE BANKING SEGMENT*

*Autores: Emerson da Silva Costa<sup>1</sup>; Sérgio Luiz Pedrosa Silva<sup>2</sup>; Camila Karen Alves  
Pedrosa<sup>3</sup>; Wênyka Preston Leite Batista da Costa<sup>4</sup>; Jandeson Dantas da Silva<sup>5</sup>*

1 Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

2 Doutor em Geografia Econômica pela UFPE. Professor do Departamento de Ciências Contábeis pela UERN.

3 Bacharel em Ciências Contábeis pela UFERSA, mestranda em Administração pela UFERSA.

4 Pós Doutorado em Ciências Contábeis pela UNISINOS-PR. Professora do curso de Ciências Contábeis pela UERN.

5 Doutor em Ciências Contábeis pela UNISINOS-PR. Professor do curso de Ciências Contábeis da UERN.

## Resumo:

O objetivo deste estudo foi investigar os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) abordados nos relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis das empresas do setor bancário listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3) no período de 2020 a 2022. A pesquisa teve natureza descritiva, com abordagem qualitativa do tipo documental, por meio da técnica de análise de conteúdo. A amostra do estudo consistiu em 28 bancos, dos quais foram analisados 74 relatórios, resultando em um total de 245 PAA. Os principais resultados encontrados foram: Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, Provisão e Passivos Contingentes, Ambiente de Tecnologia, Créditos Tributários, Valor Justo de Instrumentos Financeiros e Benefícios aos Empregados. No que diz respeito às empresas de auditoria, destacaram-se as Big Four: PwC, KPMG, EY e Deloitte, com exceção da Grant, que não faz parte desse grupo. O estudo apresenta contribuições teóricas para a literatura contábil em auditoria, impulsiona discussões e fomenta estudos futuros. Em termos sociais, aprimora a compreensão da situação financeira dos bancos, assegurando a precisão dos dados para os *stakeholders*. No âmbito prático, evidencia que o setor auditado influencia os PAA nas demonstrações contábeis, orientando, assim, os profissionais de mercado. Esta pesquisa possui limitações por se concentrar exclusivamente em instituições bancárias, o que restringe a possibilidade de generalização dos resultados, os quais são específicos à amostra analisada. Recomenda-se a realização de estudos em outros setores da B3 e com um período abrangente. Além disso, sugere-se investigar a relação entre os ativos totais e a quantidade de PAA.

**Palavras-chave:** Auditoria independente. relatório de auditoria. principais assuntos de auditoria. bancos.

## *Abstract*

*The objective of this study was to investigate the Key Audit Matters (KAM) addressed in the reports of independent auditors on the financial statements of banking sector companies listed on Brasil, Bolsa, Balcão (B3) during the period from 2020 to 2022. The research had a descriptive nature, with a qualitative documentary approach, using content analysis techniques. The study sample consisted of 28 banks, from which 74 reports were analyzed, resulting in a total of 245 KAM. The main findings were: Allowance for Loan Losses, Provisions and Contingent Liabilities, Technology Environment, Deferred Tax Assets, Fair Value of Financial Instruments, and Employee Benefits. Regarding auditing firms, the Big Four, PwC, KPMG, EY, and Deloitte stood out, except for Grant, which is not part of this group. The study presents theoretical contributions to the accounting literature on auditing, stimulates discussions, and fosters future studies. From a social perspective, it enhances the understanding of banks' financial conditions, ensuring data accuracy for stakeholders. Practically, it highlights that the audited sector influences the KAM in financial statements, thus guiding market professionals. This research has limitations as it focuses exclusively on banking institutions, restricting the generalization of results, which are specific to the analyzed sample. It is recommended that further studies be conducted in other sectors of B3 and over a broader period. Additionally, investigating the relationship between total assets and the number of KAM is suggested.*

**Keywords:** Independent audit. audit report. key audit matters banks.

## Introdução:

A Ciência Contábil é dividida em diversos campos de aplicação e está presente em todas as áreas da economia, entre elas a auditoria externa, uma área que tem como objetivo conferir confiança às demonstrações financeiras das empresas auditadas, proporcionando transparência e tornando-se imprescindível no mundo corporativo (Bouvié; Medeiros; Feil, 2022). Nessa perspectiva, o papel do auditor independente é verificar as informações contidas nas demonstrações financeiras por meio do Relatório dos Auditores Independentes (RAI). O auditor expressa uma opinião sobre as demonstrações, assegurando sua confiabilidade às partes interessadas (Barbosa; Menezes, 2023).

Nos últimos anos, têm sido discutidas questões contábeis relacionadas à falta de fidedignidade nas demonstrações financeiras, que nem sempre refletem a realidade das empresas. Esse problema tornou-se recorrente em diversos países desde os escândalos financeiros da Enron e da WorldCom, há cerca de 20 anos, nos quais houve manipulação (maquiagem) das informações contábeis (Coelho Neto, 2021).

Além disso, problemas envolvendo instituições financeiras podem gerar implicações econômicas relevantes, como ocorreu na crise dos subprimes em 2007, desencadeada por um colapso hipotecário que levou várias instituições financeiras à insolvência (Silva; Chaves, 2020). No Brasil, também já ocorreram diversos escândalos envolvendo instituições financeiras. Entre eles, destacam-se os casos do Banco Pan-Americano e do Banco Cruzeiro do Sul, que tiveram suas fraudes contábeis descobertas pelo Banco Central do Brasil (BCB) nos anos de 2010 e 2012, respectivamente (Bouvié; Medeiros; Feil, 2022).

Diante desse cenário, o mercado vem exigindo credibilidade nas informações financeiras divulgadas pelas empresas, o que leva os usuários da informação contábil a demandar dos auditores relatórios com informações detalhadas sobre o processo de formação de opinião acerca das demonstrações financeiras (Alves Júnior; Galdi, 2020). Em resposta a essa demanda, os reguladores revisaram os padrões de auditoria relacionados aos relatórios, com o objetivo de reduzir as assimetrias informacionais entre empresas e partes interessadas (stakeholders) (Akerlof, 1970; Jensen; Meckling, 1976; Alves *et al.*, 2022).

Nesse contexto, o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB), órgão responsável por estabelecer padrões internacionais de alta qualidade para auditoria, reformulou a *International Standard on Auditing* (ISA) 570, que trata das responsabilidades do auditor na auditoria das demonstrações contábeis, e incluiu as ISA 700, 701, 705 e 706 (Nascimento *et al.*, 2019).

Seguindo os padrões internacionais, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) adotou as referidas alterações promovidas pelo IAASB e reestruturou as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica de Auditoria (NBC TA 570/2016, NBC TA 700/2016, NBC TA 701/2016, NBC TA 705/2016 e NBC TA 706/2016), alinhando-as aos parâmetros internacionais. Essas normas passaram a vigorar a partir das demonstrações contábeis divulgadas em 31 de dezembro de 2016 (Oliveira Júnior; Caetano; Amaral, 2022).

Uma das mudanças implementadas foi a inclusão de uma seção específica sobre a comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria (PAA), conforme previsto na norma NBC TA 701 (Santos *et al.*, 2020; Venturini *et al.*, 2022). Os PAA são temas que exigem transparência e atenção especial por parte do auditor aos usuários das informações contábeis utilizam os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) como um meio de comunicação entre auditores e stakeholders, permitindo o destaque de informações relevantes (Alves Júnior; Galdi, 2020).

Dessa realidade surge a questão de pesquisa deste estudo: quais são os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) reportados nas empresas do segmento bancário listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3) nos anos de 2020, 2021 e 2022? Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar os Principais

Assuntos de Auditoria (PAA) presentes nas seções dos relatórios dos auditores independentes relacionados às demonstrações contábeis das empresas do segmento bancário da B3 no período de 2020 a 2022.

No aspecto social, este estudo contribui para que a sociedade tenha conhecimento e acesso a informações sobre a situação econômica e financeira dos bancos, assegurando aos *stakeholders* que os dados divulgados são fidedignos, além de promover transparência e confiabilidade.

Esta pesquisa será organizada nos seguintes tópicos: introdução, abordando a motivação do estudo; referencial teórico, contendo o embasamento necessário para a análise dos resultados; metodologia, detalhando os procedimentos adotados; apresentação e análise dos resultados, discutindo os achados da pesquisa; considerações finais, com as conclusões do estudo; e, por fim, as referências bibliográficas utilizadas.

## Referencial teórico:

### - Contextualização da auditoria

O termo ‘auditoria’ deriva do latim *audire*, que significa ‘ouvir’; no entanto, também pode ser descrito pelo termo inglês *audit*, que significa examinar, corrigir e certificar. A auditoria surgiu na Inglaterra no final do século XVIII, como resultado das mudanças econômicas provocadas pela Revolução Industrial (Lima; Martins, 2022). Assim, a auditoria tornou-se uma ferramenta essencial para aumentar a eficiência e a eficácia da gestão de ativos, permitindo expressar uma opinião sobre ações específicas e apresentar evidências sobre a natureza do relatório financeiro aplicável à empresa, por meio da revisão e análise de documentos (Alves *et al.*, 2022).

No Brasil, a auditoria começou a se desenvolver a partir do século XX, com a chegada de empresas estrangeiras que trouxeram consigo as principais firmas de auditoria, conhecidas como as *Big Four*: *Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. (Deloitte)*, *PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda. (PwC)*, *Ernst & Young Auditores Independentes S/S (EY)* e *KPMG Auditores Independentes (KPMG)*. A literatura categoriza essas empresas como altamente especializadas na compreensão dos clientes e do setor em que atuam. Essa reputação de excelência leva muitas companhias a escolherem essas firmas para alcançar e consolidar credibilidade no mercado (Bouvié; Medeiros; Feil, 2022).

No entanto, há evidências de concentração de mercado entre essas quatro empresas, o que pode gerar efeitos adversos, como a perda de independência e qualidade nas auditorias, além do aumento da probabilidade de manipulação de resultados (Nehme; Michael; Haslam, 2022).

A atividade profissional de auditoria independente envolve diversos riscos e está, geralmente, relacionada à confirmação de declarações sobre eventos e fatos econômicos (Bouvié; Medeiros; Feil, 2022). Com o crescimento do mercado de ações, a auditoria independente tornou-se um procedimento essencial para investidores, tanto por exigência legal quanto pela organização das informações contábeis. Isso ocorre porque o relatório de auditoria simplifica a análise e a tomada de decisão dos *stakeholders* (Reina *et al.*, 2021).

Os objetivos dos auditores independentes incluem formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras, baseada na análise das evidências coletadas, e expressá-la de forma clara por meio de um relatório formal embasado nas Normas Brasileiras de Auditoria (Alves *et al.*, 2022).

Entretanto, devido ao custo e ao tempo envolvidos, é inviável realizar uma análise completa de todos os elementos das demonstrações contábeis. Diante desse desafio, cabe ao auditor utilizar seu julgamento profissional e aplicar segurança razoável para identificar os valores materialmente relevantes, garantindo que as demonstrações financeiras estejam isentas de distorções significativas (Bouvié; Medeiros; Feil, 2022).

Contudo, os auditores externos não têm a responsabilidade de prevenir fraudes ou erros, mas devem notificar a administração da empresa ao identificá-los, por meio de um relatório preliminar, sugerindo a implementação de medidas corretivas e alertando sobre os impactos desses problemas no relatório final (Santos; Machado; Machado, 2019).

O trabalho de auditoria desempenha um papel essencial na garantia da confiabilidade das informações contábeis, respaldado pela competência técnica e pela independência dos auditores em relação à empresa auditada. Esses profissionais conduzem suas análises de forma autônoma, pautados pelo contrato, pela ética e pelo interesse público (Bouvié; Medeiros; Feil, 2022). Dessa forma, a auditoria sobrepõe o cumprimento das normas legais, atuando como um mecanismo que fortalece a transparência e a credibilidade das informações (Camargo *et al.*, 2019).

A regulação e os mecanismos de controle para a proteção do mercado de capitais tiveram um aumento na primeira década do século XXI, impulsionados por fraudes corporativas envolvendo empresas de grande porte e instituições financeiras. Entre os casos emblemáticos estão: Enron Corporation (2001), WorldCom (2002), American International Group (AIG) (2005) e Lehman Brothers (2008). No Brasil, destacam-se as fraudes ocorridas em instituições financeiras, como o Banco Econômico (1995), Banco Santos (2004), Pan-Americano (2010) e Banco Cruzeiro do Sul (2012) (Bouvié; Medeiros; Feil, 2022).

Após esses escândalos financeiros, surgiram questionamentos sobre a qualidade dos serviços de auditoria e o papel dos auditores independentes no mercado. Como resposta, foram criados novos processos regulatórios e normativos na área contábil. Nos Estados Unidos, foi promulgada a Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX) em 2002, com o objetivo de aumentar a confiabilidade das informações divulgadas pelas empresas. No Brasil, a convergência das normas contábeis internacionais *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e das normas de auditoria financeira *International Standards on Auditing* (ISA) são exemplos de medidas regulatórias adotadas para aumentar a transparência e a qualidade das auditorias (Niyama *et al.*, 2011).

## - Normas internacionais de auditoria

No Brasil, as alterações nas normas surgiram a partir da insatisfação dos usuários com o modelo anterior, que era genérico e pouco informativo. De acordo com Oliveira, Santos e Acuna (2023), as mudanças eram necessárias para atender aos padrões internacionais e aprimorar a qualidade dos relatórios, uma vez que o modelo adotado anteriormente era insuficiente para atender às expectativas dos *stakeholders* e não estava alinhado às normas internacionais (Backof; Bowlin; Goodson, 2022). Essas alterações resultaram em clareza e credibilidade para os usuários externos, especialmente em mercados globalizados, fornecendo uma imagem transparente das condições contábeis das empresas brasileiras (Alves *et al.*, 2022).

Além disso, visando aprimorar a padronização e a normatização dos procedimentos de auditoria, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) promoveu, em 2016, uma reformulação das normas de auditoria existentes e introduziu novas diretrizes, conforme ilustrado no Quadro 1. Essas mudanças resultaram na inclusão de tópicos nos relatórios de auditoria, tornando o processo compreensível. Entre as principais alterações, destacam-se a especificação dos métodos utilizados para a formação da opinião do relatório, a inclusão de parágrafos de ênfase e a comunicação dos PAAs, entre outros aprimoramentos (Silva; Teixeira, 2017).

A norma NBC TA 701 (2016) passou por uma mudança com a inclusão do tópico denominado PAA no relatório dos auditores independentes. Essa alteração foi baseada em diretrizes do *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) e do *Financial Reporting Council* (FRC), que utilizam o termo *Key Audit Matters* (KAM), bem como do *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB), que os denomina *Critical Audit Matters* (CAM). O objetivo dessa modificação foi destacar os principais assuntos abordados pelos auditores durante o processo de auditoria, fornecendo uma visão

transparente e clara para os usuários externos sobre as informações contábeis das empresas auditadas (Santos; Machado; Machado, 2019).

**Quadro 1 – Normas do Novo Relatório de Auditoria**

| Norma              | Título  | Conteúdo  |
|--------------------|---|---|
| NBC TA 260<br>(R2) | Comunicação com os Responsáveis pela Governança   | Responsabilidades do auditor em relação à comunicação com os responsáveis pela governança da entidade auditada.   |
| NBC TA 570         | Continuidade Operacional  | Orientações para o auditor independente em relação à avaliação da capacidade da entidade auditada para continuar em operação.   |
| NBC TA 700         | Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis | Responsabilidades do auditor independente na formação de uma opinião sobre as demonstrações contábeis de uma entidade, bem como orientações para o conteúdo do relatório do auditor independente. |
| NBC TA 701         | Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente               | Requisitos e orientações para a comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente.  |
| NBC TA 705         | Modificações na Opinião do Auditor Independente   | Procedimentos a serem seguidos pelo auditor independente em caso de modificação na opinião que tenha sido expressa em relação às demonstrações contábeis de uma entidade.                         |
| NBC TA 706         | Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente           | Requisitos e orientações ao auditor independente sobre a inclusão de parágrafos de ênfase e de outros assuntos no relatório do auditor independente.  |

Fonte: Adaptado de CFC (2016)

Os PAA são escolhidos com base em questões relevantes ou que demandam atenção especial do auditor durante a auditoria. Esses assuntos são considerados complexos e desafiadores, pois envolvem julgamentos tanto da administração quanto do auditor. Santos, Machado e Machado (2019) ressaltam que a seleção dos temas a serem incluídos como PAA apresenta desafios incontestáveis e demanda rigor técnico. Nesse contexto, a inclusão dos PAA no relatório do auditor independente trouxe responsabilidade tanto para a administração quanto para os próprios auditores, dado que a negligência, subestimação ou omissão dessas informações podem acarretar consequências para todas as partes (Bédard; Gonthier-Besacier; Schatt, 2019).

Os relatórios de auditoria devem explicitar como cada PAA foi tratado e a razão de sua inclusão, proporcionando um guia para facilitar a navegação dos usuários em relatórios financeiros complexos e permitindo que concentrem sua atenção em assuntos que possam impactar a tomada de decisão. Assim, os relatórios podem ser utilizados como uma ferramenta para auxiliar os usuários na compreensão das informações apresentadas e no aprimoramento da qualidade das decisões financeiras (Al Lawati; Husainey, 2022).

A comunicação dos PAA também auxilia na redução da assimetria informacional entre o auditor e o mercado, evidenciando como o auditor procedeu diante dos riscos identificados na entidade auditada. Os auditores têm acesso a informações privilegiadas das demonstrações financeiras de seus clientes e, por isso, estão em uma posição estratégica para comunicar riscos aos investidores com detalhamento (Lennox; Schmidt; Thompson, 2023; Höfmann; Pott; Quick, 2023).

De acordo com a NBC TA 700 (2016), o principal resultado da atividade exercida pelo auditor é o relatório de auditoria, cujo propósito é apresentar uma opinião fundamentada sobre as demonstrações contábeis, com base nas evidências coletadas durante o processo de auditoria (Lucas; Martins, 2022). O auditor pode emitir uma opinião não modificada ou sem ressalvas quando, após a análise das demonstrações contábeis, conclui que elas foram elaboradas conforme o modelo de relatório financeiro aplicável, sem apresentar distorções relevantes (Bouvié; Medeiros; Feil, 2022).

Por outro lado, caso haja alguma condição que afete as demonstrações contábeis, como discordância entre o auditor e a administração sobre o conteúdo e/ou formato de apresentação, ou limitações no escopo do trabalho realizado, o auditor independente emitirá um relatório com opinião modificada. Essa opinião pode ser com ressalva, com abstenção de opinião ou adversa (Bouvié; Medeiros; Feil, 2022). Além disso, quando o auditor emitir uma opinião modificada, será necessário fornecer uma descrição clara de todas as razões que embasam sua decisão e, sempre que possível, quantificar os impactos nas demonstrações contábeis. Essas informações devem ser apresentadas em um parágrafo específico do relatório, logo após o parágrafo da opinião (Backof; Bowlin; Goodson, 2022).

## **- Estudos relacionados**

A pesquisa realizada por Silva e Teixeira (2017) teve como objetivo analisar os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) frequentes nas empresas bancárias listadas na BM&FBOVESPA no exercício de 2016, utilizando uma amostra de 21 empresas. Os resultados indicaram que os PAA mais abordados foram a provisão de passivos contingentes trabalhistas, cíveis e fiscais, mencionada em 57,1% dos relatórios. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) foi citada em 52,4% dos relatórios, enquanto o ambiente de tecnologia da informação apareceu em 47,6%. Já os créditos tributários e a redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis foram mencionados em 23,8% dos relatórios.

O estudo de Santana *et al.* (2019) analisou os assuntos abordados em relatórios financeiros de 134 bancos brasileiros entre 2007 e 2016, examinando um total de 746 relatórios por meio da técnica de análise de conteúdo. No terceiro bloco da análise, o foco foi nos PAA presentes nos relatórios de 2016, ano em que a NBC TA 701 entrou em vigor. Os tópicos relevantes identificados foram PCLD, Provisões Passivas, Créditos Tributários, Ambiente de Tecnologia, Benefícios dos Empregados (questões atuariais) e Valor Justo de Instrumentos Financeiros.

Outra pesquisa, conduzida por Alves *et al.* (2022), analisou se os PAA das instituições bancárias apresentavam padrões de semelhança após a adoção da NBC TA 701, por meio da análise dos relatórios dos auditores de instituições bancárias brasileiras listadas na B3, nos níveis de governança corporativa NM ou N1, no período de 2016 a 2019. Os resultados indicaram que os PAA frequentes nos relatórios foram Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), Provisões e Passivos Contingentes, Crédito Tributário, Ambiente de Tecnologia da Informação, Valor Justo de Instrumentos Financeiros e Benefícios aos Empregados.

Na pesquisa realizada por Bouvié, Medeiros e Feil (2022), o objetivo foi analisar os temas presentes na seção de PAA dos relatórios dos auditores independentes das instituições financeiras listadas na B3, referentes aos anos de 2016, 2017 e 2018. Os achados do estudo indicam que as empresas de auditoria atuantes foram KPMG, PwC e EY, evidenciando a concentração do mercado entre as Big Four. Em relação aos PAA, os temas frequentemente mencionados nos relatórios das instituições financeiras foram o ambiente de tecnologia da informação, as provisões e passivos contingentes (fiscais, cíveis e trabalhistas) e as provisões para créditos de liquidação duvidosa.

O trabalho de Lima e Martins (2022) buscou analisar os PAA recorrentes em instituições financeiras listadas na B3 entre 2016 e 2020, com um total de 25 empresas e 120 relatórios de auditoria examinados. Os PAA abordados no setor bancário foram a provisão para crédito de liquidação duvidosa, o ambiente de tecnologia e o passivo contingente, com frequências de 95, 81 e 72 menções, respectivamente. As principais empresas de auditoria contratadas foram as Big Four (Deloitte, PwC, EY e KPMG), com apenas uma empresa contratada fora desse grupo: Grant Thornton. O estudo também revelou que a média conjunta de PAA por parecer publicado foi de 3,70.

Por sua vez, Oliveira Júnior, Caetano e Amaral (2022) investigaram a relação entre os PAA, a empresa de auditoria responsável pelos relatórios financeiros e o segmento de atuação das instituições financeiras no Brasil autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BCB) nos exercícios de 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021. Os resultados indicaram que os PAA frequentes foram provisão para

perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ambiente de tecnologia da informação, provisões para passivos contingentes, mensuração de valor justo de instrumentos financeiros, recuperabilidade dos créditos tributários e plano de benefício pós-emprego.

Por fim, Schaefer e Ritta (2022) buscaram identificar os PAA mencionados nos relatórios de auditoria independente das instituições bancárias listadas na B3 no período de 2016 a 2021. O estudo abrangeu 23 instituições financeiras bancárias, totalizando 138 relatórios de auditoria disponíveis no site da B3. Os resultados indicaram que as auditorias analisadas foram conduzidas por empresas da Big Four. Os PAA abordados foram relacionados a provisão e passivos contingentes, ambiente de tecnologia da informação, provisão para crédito de liquidação duvidosa e reconhecimento do crédito tributário.

## **- Método de pesquisa**

O presente estudo caracteriza-se, quanto ao objetivo, como descritivo, pois busca descrever os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) nos relatórios de auditoria das empresas do setor financeiro listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Conforme destacado por Gil (2008), o principal propósito desse tipo de pesquisa é descrever as características de uma determinada população ou fenômeno, além de estabelecer relações entre variáveis.

Quanto aos procedimentos metodológicos, o estudo é classificado como documental, pois utiliza relatórios de auditoria das empresas do setor financeiro listadas na B3 como fonte de dados. Ou seja, são analisados documentos primários que servem como base para a geração de novos conhecimentos. Segundo Gil (2008), a pesquisa documental utiliza materiais que ainda não foram processados analiticamente ou que podem ser modificados conforme os objetivos do estudo.

Em relação ao recorte temporal, a pesquisa é longitudinal, pois examina os PAA presentes nos relatórios de auditoria das empresas do setor financeiro, especificamente no subsetor de Intermediários Financeiros e no segmento bancário, ao longo de um período de três anos (2020, 2021 e 2022).

A abordagem adotada na pesquisa é qualitativa, visando compreender as particularidades dos PAA em instituições bancárias. Conforme Martins e Theóphilo (2009), a pesquisa qualitativa concentra-se na descrição, compreensão e interpretação de eventos, fenômenos ou informações que geralmente não podem ser quantificadas. Além disso, utiliza dados não estruturados para uma compreensão aprofundada do objeto de estudo por meio de análise interpretativa (Raupp; Beuren, 2014).

De acordo com Raupp e Beuren (2014), o universo ou população de uma pesquisa é o conjunto completo de elementos que compartilham características em comum e são objeto de interesse do estudo. Já a amostra corresponde a uma parte representativa desse universo, selecionada com o objetivo de fornecer informações precisas e confiáveis sobre a população analisada.

Dessa forma, entende-se que a população deste estudo corresponde às empresas do setor financeiro listadas na B3. A amostra foi composta pelos relatórios elaborados por auditores independentes relativos às demonstrações financeiras do segmento bancário nos anos de 2020, 2021 e 2022. Para este estudo, foram selecionadas 28 instituições financeiras da B3, totalizando 74 relatórios, sendo 25 em 2020, 25 em 2021 e 24 em 2022. No entanto, as empresas Banco Sofisa S.A., China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e Inter Co Inc. não publicaram seus relatórios em nenhum dos anos analisados, razão pela qual foram excluídas da amostra. Além disso, o Banco do Estado do Pará S.A. não apresentou relatório em 2022, resultando em uma análise parcial dessa instituição.

O Quadro 2 apresenta as instituições financeiras bancárias selecionadas como amostra da pesquisa. Essas instituições foram escolhidas por representarem 19,99% das ações do Índice Bovespa (IBOVESPA) em 2023, evidenciando a relevância desse segmento para a economia brasileira (B3, 2023). Além disso, essas empresas desempenham um papel essencial como intermediárias na oferta e demanda de crédito, assegurando a transparência e confiabilidade das informações. Devido à complexidade de

suas atividades, a auditoria dessas instituições exige uma atenção especial (Fera *et al.*, 2022).

**Quadro 2 – Instituições Financeiras Bancárias Listadas na B3**

|   |   |
|---|---|
| <b>ALFA HOLDINGS S.A.</b>                     | <b>BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.</b>                           |
| <b>BANCO BMG S.A.</b>                         | <b>BCO NORDESTE DO BRASIL S.A.</b>                            |
| <b>BANCO MODAL S.A.</b>                       | <b>BCO PAN S.A.</b>   |
| <b>BANESTES S.A. - BCO EST ESPÍRITO SANTO</b> | <b>BCO PINE S.A.</b>  |
| <b>BCO ABC BRASIL S.A.</b>                    | <b>BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.</b>                            |
| <b>BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.</b>          | <b>BCO SOFISA S.A.</b>  |
| <b>BCO AMAZONIA S.A.</b>                      | <b>BRADVISORY PARTNERS PARTICIPAÇÕES S.A.</b>                 |
| <b>BCO BRADESCO S.A.</b>                      | <b>BRB BCO DE BRASÍLIA S.A.</b>                               |
| <b>BCO BRASIL S.A.</b>                        | <b>CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BCO<br/>MULTIPLO S.A.</b> |
| <b>BCO BTG PACTUAL S.A.</b>                   | <b>INTER CO INC</b>   |
| <b>BCO ESTADO DE SERGIPE S.A. – BANESE</b>    | <b>ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.</b>                             |
| <b>BCO ESTADO DO PARA S.A.</b>                | <b>ITAUSA S.A.</b>  |
| <b>BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.</b>   | <b>NU HOLDINGS LTD.</b>                                       |
| <b>BCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.</b>    | <b>PARANA BCO S.A.</b>  |

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Conforme Raupp e Beuren (2014), a coleta de dados envolve técnicas para reunir informações relevantes à pesquisa, podendo ser obtidas de fontes primárias, como entrevistas, questionários e observação, ou secundárias, como arquivos, bancos de dados e relatórios.

Neste estudo, a coleta de dados na B3 foi realizada entre 02/05/2023 e 29/05/2023, com o objetivo de obter os relatórios necessários para a análise. Foram conduzidas avaliações manuais sobre os PAA informados por cada banco, bem como a identificação das empresas de auditoria responsáveis pelos Relatórios dos Auditores Independentes (RAI). As informações foram extraídas da seção Pareceres e Declarações do site da B3, considerando o período de 2020 a 2022.

O tratamento dos dados foi realizado por meio da análise de conteúdo, definida como uma técnica de pesquisa cujo propósito é compreender o conteúdo de dados qualitativos de maneira sistemática e objetiva, visando identificar padrões e temas relevantes presentes no material analisado (Gil, 2008).

Os dados coletados foram organizados e processados por meio da análise de conteúdo, utilizando planilhas do Microsoft Excel segmentadas por ano e empresa de auditoria. Esse procedimento permitiu examinar os PAA, identificar as firmas responsáveis pelos relatórios de auditoria e listar os temas abordados no período analisado.

## - Apresentação e discussão dos resultados

Nesta seção, são apresentados os resultados da pesquisa, organizados em três partes: a análise dos Principais Assuntos de Auditoria (PAA), a identificação das empresas responsáveis pelos relatórios de auditoria e os cinco assuntos frequentemente mencionados por essas empresas.

A Tabela 1 sintetiza os 245 PAA identificados nos 74 relatórios analisados no período de 2020 a 2022, resultando em uma média de 3,3 PAA por relatório. Esses assuntos foram considerados relevantes para a auditoria das demonstrações contábeis do período corrente, de acordo com o julgamento profissional do auditor.

**Tabela 1 – Principais Assuntos de Auditoria nos Relatórios Bancários (2020-2022)**

| Tipos PAA's  | Qtde | Relatório (%) | Assunto (%) |
|--|------|---------------|-------------|
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa – PCLD                  | 65   | 88%           | 27%         |
| Provisões e passivos contingentes - (trabalhistas, cíveis e fiscais) | 49   | 66%           | 20%         |
| Ambiente de tecnologia da informação                                 | 44   | 59%           | 18%         |
| Créditos tributários   | 28   | 38%           | 11%         |
| Valor justo de instrumentos financeiros                              | 25   | 34%           | 10%         |
| Benefícios a empregados  | 17   | 23%           | 7%          |
| Ativos não correntes mantidos para venda                             | 3    | 4%            | 1%          |
| Fatos Relevantes   | 3    | 4%            | 1%          |
| Realização dos valores registrados em Ágio e Ativos intangíveis      | 2    | 3%            | 1%          |
| Combinação de negócios   | 2    | 3%            | 1%          |
| Bens não de uso próprio  | 2    | 3%            | 1%          |
| Outros   | 5    | 7%            | 2%          |
| Total de Relatórios  | 74   |               |             |
| Total de Assuntos  | 245  |               |             |

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

De acordo com a Tabela 1, o PAA recorrente nos relatórios analisados foi a Estimativa da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD), identificada em 88% dos relatórios, correspondendo a 27% do total de assuntos mencionados. Essa alta incidência justifica-se pelo fato de as instituições financeiras estarem diretamente envolvidas em operações de crédito, que, por sua natureza, apresentam risco de inadimplência. A estimativa para esses créditos tem sido considerada uma questão primordial pelos auditores do setor financeiro, devido ao impacto que fraudes e perdas financeiras podem causar à sociedade. Diante desse cenário, as autoridades reguladoras estabelecem procedimentos específicos para reduzir a probabilidade de ocorrência desses eventos (Santana *et al.*, 2019; Alves *et al.*, 2022).

As Provisões e Passivos Contingentes, presentes em 66% dos relatórios analisados e correspondendo a 20% de todos os assuntos, também aparecem com frequência, pois abrangem situações em que há incertezas complexas quanto a possíveis ganhos ou perdas. Esse fator se deve à expectativa de algum tipo de risco, o que pode levar gestores a distorcerem informações contábeis e, conseqüentemente, a realidade financeira da organização (Schaefer; Ritta, 2022; Alves *et al.*, 2022).

O Ambiente Tecnológico, mencionado em 59% dos relatórios analisados e representando 18% de

todos os assuntos, está diretamente relacionado aos controles internos. Após o caso Enron, reguladores e auditores passaram a dedicar atenção a esse aspecto, já que falhas nos controles internos podem levar a crises financeiras (Al Lawati; Hussainey, 2022).

Os Créditos Tributários, que aparecem em 38% dos relatórios e correspondem a 11% do total de assuntos, destacam-se como ativos das instituições financeiras. Sua relevância está atrelada ao uso de estimativas de rentabilidade futura e ao impacto que eventuais alterações nas premissas podem causar nas demonstrações financeiras. Além disso, a realização desses créditos está sujeita às expectativas futuras do mercado, o que adiciona um elemento de incerteza ao cenário (Oliveira Júnior; Caetano; Amaral, 2022; Alves *et al.*, 2022).

O Valor Justo de Instrumentos Financeiros representa 34% dos relatórios analisados e 10% do total de assuntos identificados. Essa representatividade é justificada pela relevância desses instrumentos na estrutura patrimonial dos bancos e pela subjetividade inerente ao processo de mensuração, especialmente quando não há negociação ativa em um mercado secundário. Essa complexidade na avaliação exige abordagens rigorosas para garantir a transparência e a confiabilidade das informações financeiras (Makiuchi; Melo Mendes; Dantas, 2022; Schaefer; Ritta, 2022).

Os Benefícios aos Empregados, mencionados em 23% dos relatórios analisados e representando 7% de todos os assuntos, envolvem premissas atuariais complexas. Os cálculos realizados para determinar esses benefícios incluem fatores como taxa de desconto, inflação e taxa de mortalidade, tornando seu tratamento contábil desafiador. Dada a sensibilidade dessas projeções, é essencial adotar uma abordagem cuidadosa e precisa na contabilização desses benefícios, garantindo a transparência das demonstrações financeiras (Lima; Martins, 2022; Araújo; Dantas, 2022).

Os resultados obtidos neste estudo corroboram os achados das pesquisas de Alves *et al.* (2022), Santana *et al.* (2019) e Oliveira Júnior, Caetano e Amaral (2022), que analisaram os relatórios de auditoria de bancos e identificaram que os temas relevantes são PCLD, Provisões Passivas, Créditos Tributários, Ambiente de Tecnologia, Benefícios dos Empregados e Valor Justo de Instrumentos Financeiros.

O grupo denominado ‘Outros’ abrange temas como avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis, componentes, transações com partes relacionadas, investimentos em controladas e coligadas, e mensuração da aquisição da *Easynvest*. No entanto, esses temas tiveram pouca representatividade durante o período analisado, sendo citados apenas uma vez cada, o que indica uma baixa relevância estatística na amostra examinada.

Diante desse cenário, percebe-se que os PAA analisados estão relacionados a aspectos subjetivos e exigem a aplicação de julgamento profissional, o que resulta em riscos para as demonstrações financeiras. Essa constatação está alinhada aos critérios estabelecidos pela NBC TA 701, que determina a necessidade de atenção especial a esses assuntos para garantir a precisão e a confiabilidade das demonstrações financeiras, proporcionando transparência e embasamento para os *stakeholders* para a gestão das organizações (Santos; Machado; Machado, 2019).

Este estudo também apresenta as empresas de auditoria responsáveis pela emissão dos relatórios das companhias do setor financeiro, além da distribuição desses relatórios entre os anos de 2020 e 2022. Para ilustrar essas informações, o Gráfico 1 mostra quais empresas conduziram a auditoria das demonstrações financeiras das instituições pesquisadas.

Gráfico 1 – Empresas responsáveis pela emissão do relatório de auditoria

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Com base no Gráfico 1, observa-se que a maioria das instituições financeiras analisadas é submetida a auditorias realizadas pelas empresas conhecidas como Big Four, que incluem Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. (Deloitte), PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda. (PwC), Ernst & Young Auditores Independentes S/S (EY) e KPMG Auditores Independentes (KPMG). Essas empresas são reconhecidas como líderes no mercado de auditoria, destacando-se por sua experiência em análise contábil e gestão. Evidencia-se que a Grant Thornton, embora seja uma empresa renomada de auditoria e consultoria, não faz parte do grupo das Big Four (Dunne; Brennan; Kirwan, 2023).

Os resultados desta pesquisa estão alinhados com estudos anteriores, que também evidenciaram a concentração do mercado de auditoria independente nas Big Four (Bouvié; Medeiros; Feil, 2022; Lima; Martins, 2022; Schaefer; Ritta, 2022). Esse cenário pode ser explicado pelo fato de que a literatura reconhece essas empresas como possuidoras de amplo conhecimento e compreensão dos setores em que operam. Além disso, os investidores tendem a confiar nos relatórios emitidos por empresas reconhecidas internacionalmente, o que justifica o interesse por essas auditorias (Bouvié; Medeiros; Feil, 2022).

Entretanto, essa concentração no mercado de auditoria também traz implicações negativas, como possíveis interferências na independência do auditor, redução da qualidade das auditorias e aumento da probabilidade de práticas de gerenciamento de resultados, entre outros efeitos indesejáveis (Nehme; Michael; Haslam, 2022).

A PwC foi a empresa de auditoria que divulgou o maior número de PAA no período de 2020 a 2022, totalizando 123 PAA, o que representa 43,27% do total. A distribuição desses PAA ao longo dos anos foi a seguinte: 43 em 2020, 42 em 2021 e 38 em 2022. Conforme apresentado no Gráfico 2, os cinco temas abordados nos relatórios de auditoria das empresas do setor bancário foram PCLD, Ambiente de Tecnologia da Informação, Provisão de Passivos Contingentes, Créditos Tributários e Valor Justo de Instrumentos Financeiros.

Os relatórios de auditoria da PwC, analisados no Gráfico 2, mostram que esses temas aparecem de forma recorrente em diferentes instituições financeiras. Embora a ordem de ocorrência desses assuntos possa variar, eles estão entre os cinco mencionados em estudos anteriores (Bouvié; Medeiros; Feil, 2022; Lima; Martins, 2022).

#### Gráfico 2 – Os cinco temas abordados nos relatórios de auditoria da PwC

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

A KPMG apresentou um total de 56 PAA ao longo do período de 2020 a 2022, correspondendo a 29,73% do total identificado na pesquisa. A distribuição desses assuntos ocorreu da seguinte forma: 21 PAA em 2020, 18 PAA em 2021 e 17 PAA em 2022. Conforme indicado no Gráfico 3, os cinco principais assuntos discutidos pelas empresas do setor bancário ao longo do período analisado foram destacados a seguir.

De acordo com os dados apresentados no Gráfico 3, os temas enfatizados nos relatórios de auditoria da KPMG durante os três períodos analisados estão majoritariamente relacionados às Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) e às Provisões e Passivos Contingentes (trabalhistas, fiscais ou cíveis), refletindo a relevância desses tópicos na auditoria das demonstrações financeiras das instituições financeiras.

#### Gráfico 3 – Os cinco temas abordados nos relatórios de auditoria da KPMG

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Os resultados obtidos nesta pesquisa coincidem com as descobertas de Lima e Martins (2022) na mesma sequência de priorização dos Principais Assuntos de Auditoria (PAA). No entanto, diferem de outros estudos que identificaram uma ordem distinta, destacando primeiramente as Provisões e Passivos Contingentes (trabalhistas, fiscais ou cíveis) e, em seguida, a Avaliação da Redução ao Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis (Teixeira, 2017; Bouvié; Medeiros; Feil, 2022; Silva).

A EY submeteu um total de 46 PAA no período de 2020 a 2022, o que corresponde a 16,17% do montante total identificado na pesquisa. A distribuição desses tópicos ocorreu da seguinte forma: 19 PAA em 2020, 16 PAA em 2021 e 11 PAA em 2022. Consequentemente, de acordo com os dados apresentados no Gráfico 4, os cinco principais assuntos que receberam atenção por parte das empresas do setor bancário ao longo do período analisado foram destacados a seguir.

#### Gráfico 4 – Os cinco temas abordados nos relatórios de auditoria da EY

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

A partir das informações apresentadas no Gráfico 4, observa-se que a EY deu ênfase especial, em seus relatórios de auditoria ao longo dos três períodos analisados, às Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) e ao Ambiente Tecnológico. Essas provisões também foram destacadas em pesquisas realizadas por diversos autores, como Bouvié, Medeiros e Feil (2022); Lima e Martins (2022); e Silva e Teixeira (2017), que ressaltam a esses temas na auditoria das instituições financeiras.

A Deloitte, por sua vez, publicou um total de 19 PAA entre 2020 e 2022, o que corresponde a 6,77% do total de PAA identificados na pesquisa. A distribuição desses assuntos ao longo dos anos foi a seguinte: 6 PAA em 2020, 7 PAA em 2021 e 6 PAA em 2022. Com base nos dados apresentados no Gráfico 5, é possível identificar o volume total de assuntos que receberam atenção das empresas do setor financeiro, destacando a concentração dos PAA em temas críticos para a gestão e auditoria dessas instituições.

#### Gráfico 5 – Os temas abordados nos relatórios de auditoria da Deloitte

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Com base nos dados apresentados no Gráfico 5, observa-se que a Deloitte, uma das quatro principais empresas de auditoria (Big Four), foi a que divulgou o menor número de relatórios ao longo dos três períodos analisados. Os principais assuntos abordados nos relatórios emitidos pela empresa foram Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, Ambiente Tecnológico e Provisões e Passivos Contingentes. Os resultados encontrados corroboram com estudos anteriores conduzidos por Lima e Martins (2022) e Oliveira Júnior, Caetano e Amaral (2022).

A empresa Grant Thornton divulgou um total de três PAA no período de 2020 a 2022, representando apenas 4,06% do total de PAA identificados na pesquisa. Esses tópicos foram distribuídos da seguinte forma: um em 2020, relacionado a componentes; um em 2021, referente a investimentos em empresas controladas e coligadas; e um em 2022, também associado a investimentos em empresas controladas e coligadas. Esses resultados, de baixa representatividade, reforçam os achados de pesquisas anteriores realizadas por Oliveira Júnior, Caetano e Amaral (2022) e Schaefer e Ritta (2022).

Dessa forma, a Grant Thornton foi responsável pela auditoria de apenas uma empresa no período analisado, o que teve impacto irrelevante nos resultados gerais da pesquisa. O único tema de auditoria abordado esteve relacionado a componentes e investimentos em empresas controladas e coligadas. No entanto, esse assunto não faz parte dos principais tópicos discutidos no mercado financeiro como um todo, sendo considerado de menor relevância na composição deste estudo.

## Considerações finais:

Esta pesquisa teve como objetivo analisar os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) nas seções dos relatórios dos auditores independentes, relacionados às demonstrações contábeis das empresas listadas no segmento bancário da B3, no período de 2020 a 2022. Para alcançar esse objetivo, foram analisados relatórios de auditoria de 28 instituições financeiras da B3, totalizando 74 relatórios, distribuídos da seguinte forma: 25 em 2020, 25 em 2021 e 24 em 2022. Com base nos resultados obtidos, conclui-se que o objetivo proposto foi alcançado.

Entre os principais achados, verificou-se que os PAA recorrentes foram: Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD), com 65 eventos; Provisão e Passivos Contingentes - trabalhistas, cíveis e fiscais, com 49 eventos; Ambiente de Tecnologia da Informação, com 44 eventos; Créditos Tributários, com 28 eventos; Valor Justo de Instrumentos Financeiros, com 25 eventos; e Benefícios aos Empregados, com 17 eventos.

No que se refere às firmas de auditoria, destacaram-se a PwC, responsável por 43,27% dos relatórios, e a KPMG, com 29,73%, ambas apresentando crescimento no período. Em seguida, aparecem a EY, com 16,17%, a Deloitte, com 6,77%, e a Grant Thornton, com 4,06%. Os achados confirmam que a maioria das instituições financeiras é auditada por empresas pertencentes ao grupo das Big Four, com exceção da Grant Thornton, que não faz parte desse grupo.

No contexto social, os resultados desta pesquisa podem trazer impactos positivos para a sociedade. O acesso a dados sobre a situação econômica e financeira dos bancos é fundamental para assegurar a confiabilidade das informações divulgadas. A transparência nesse processo reforça a confiança nas instituições financeiras, beneficiando *stakeholders* como investidores, clientes, fornecedores e órgãos reguladores.

Os achados deste estudo também têm relevância no âmbito prático, pois ajudam a esclarecer a natureza dos PAA, conforme definidos por auditores independentes em suas análises das instituições financeiras ao longo do tempo. Os resultados sugerem que o setor de atuação da entidade auditada influencia diretamente a definição dos PAA comunicados aos usuários das demonstrações contábeis, proporcionando direcionamento aos profissionais do mercado.

Quanto às limitações da pesquisa, ressalta-se que o estudo se concentra exclusivamente nas instituições bancárias, o que pode impactar o nível e o escopo das informações analisadas. Assim, os resultados obtidos aplicam-se apenas à amostra estudada, não sendo possível generalizá-los para outros setores. Além disso, destaca-se que as conclusões deste estudo não são definitivas. Dessa forma, sugere-se que pesquisas futuras ampliem essa análise para outros setores da B3 e considerem um período de avaliação extenso, permitindo uma compreensão ampla das características e peculiaridades de cada setor.

## Referências:

AKERLOF, G. A. The market for 'lemons': quality uncertainty and the market mechanism. *The Quarterly Journal of Economics*. v. 84, n. 3, p. 488-500, 1970. <https://doi.org/10.2307/1879431>.

ALVES JÚNIOR, E. D.; GALDI, F. C. Relevância Informacional dos Principais Assuntos de Auditoria. *Revista Contabilidade & Finanças – USP*. São Paulo, v. 31, n. 82, p. 67-83, 2020. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201908910>.

AL LAWATI, H.; HUSSAINEY, K. The determinants and impact of key audit matters disclosure in the auditor's report. *International Journal of Financial Studies*, v. 10, n. 4, p. 107, 2022. <https://doi.org/10.3390/ijfs10040107>

ALVES, V. S. D.; SALES F., M. A.; SILVA, J. D. B.; GOMES, H. B.; LIMA, D. H. S. A Semelhança do conteúdo dos principais assuntos de auditoria: Um Estudo nas Instituições Bancárias Listadas na B3. *Revista de Contabilidade e Controladoria*. Curitiba, v. 14, n. 2, p. 59-76, set. 2022. <http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v14i2.83205>.

ARAÚJO, M. dos R.; DANTAS, J. A. Posicionamento dos auditores sobre continuidade operacional em bancos em dificuldades financeiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 33, 2022. <https://doi.org/10.1590/1808-057x20221436.pt>

BACKOF, A. G.; BOWLIN, K.; GOODSON, B. M. The importance of clarification of auditors' responsibilities under the new audit reporting standards. *Contemporary Accounting Research*, v. 39, n. 4, p. 2284-2304, 2022. <https://doi.org/10.1111/1911-3846.12802>

BARBOSA, R. S.; MENEZES, R. G. B. Auditoria governamental e o papel do Tribunal de Contas na prevenção e no combate aos crimes de corrupção. *Revista de Direito da Administração Pública*, v. 1, n. 2, 2023. <http://dx.doi.org/10.47096/redap.v1i2.302>

BÉDARD, J.; GONTHIER-BESACIER, N.; SCHATT, A. Consequences of Expanded Audit Reports: Evidence from the Justifications of Assessments in France. *Auditing: a Journal of Practice & Theory*. v. 38, n. 3, p. 23–45, 2019. <https://doi.org/10.2308/ajpt-52339>.

B3. Índice Bovespa (Ibovespa). Disponível em: [https://www.b3.com.br/pt\\_br/market-data-e-indices/indices/indices-amplos/indice-ibovespa-ibovespa-composicao-da-carteira.htm](https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-amplos/indice-ibovespa-ibovespa-composicao-da-carteira.htm). Acesso em: 28 jun. 2023.

BOUVIÉ, M.; MEDEIROS T., B.; FEIL, A. A. Principais assuntos de auditoria: análise dos relatórios de auditoria das instituições financeiras listadas na B3. *Revista Brasileira de Contabilidade e Gestão*, v. 11, n. 20, p. 160-174, 2022. Ibirama-SC. <https://doi.org/10.5965/2316419011202022160>

CAMARGO, N. S.; RODRIGUES, F. F.; MACHADO, C. A.; GUERRA, M. Principais assuntos de auditoria e os resultados das empresas listadas na IBRX 100. *Revista Contemporânea de Contabilidade*. Florianópolis, v. 16, n. 41, p. 162-177, 2019. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2019v16n41p162>.

COELHO NETO, N. J. Governança corporativa: teoria e benefícios de sua aplicação na gestão. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 7, n. 10, p. 512–522, 2021. <http://doi:10.51891/rease.v7i10.2592>.

DUNNE, N. J.; BRENNAN, N. M.; KIRWAN, C. E. How the Big Four maintain and defend logic equilibrium at

concurrent performances. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 94, p. 102479, 2023. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2022.102479>

FERA, P.; PIZZO, M.; VINCIGUERRA, R.; RICCIARDI, G. Sustainable corporate governance and new auditing issues: a preliminary empirical evidence on key audit matters. *Corporate Governance: The International Journal of Business in Society*, v. 22, n. 1, p. 194-211, 2022. <https://doi.org/10.1108/CG-09-2020-0427>

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HÖFMANN, M.; POTT, C.; QUICK, R. The impact of changes to auditors' reporting and audit committee strength on bank directors' perceptions and decisions: An experimental investigation. *International Journal of Auditing*, 2023. <https://doi.org/10.1111/ijau.12308>

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976. [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X).

LENNOX, C. S.; SCHMIDT, J. J.; THOMPSON, A. M. Why are expanded audit reports not informative to investors? Evidence from the United Kingdom. *Review of Accounting Studies*, v. 28, n. 2, p. 497-532, 2023. <https://doi.org/10.1007/s11142-021-09650-4>

LIMA, B. R.; MARTINS, V. F. Os principais assuntos de auditoria de empresas do setor financeiro brasileiro. *Revista Científica e-Locução. Extrema-MG*, v. 1, n. 22, p. 18-19 dez. 2022. <https://doi.org/10.57209/e-locucao.v1i22.510>.

MAKIUCHI, C. R.; MELO MENDES, P. C.; DANTAS, J. A. Relação entre a relevância dos instrumentos financeiros derivativos nos bancos brasileiros e a menção a esses instrumentos no relatório dos auditores. *Revista Mineira de Contabilidade, Belo Horizonte*, v. 23, n. 1, p. 33-43, 2022. <https://doi.org/10.51320/rmc.v23i1.1275>

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NASCIMENTO, Í. C. S.; MAIA, A. J. R.; FAÇANHA, M. C.; PINHO, A. P. M. Percepção de Auditores das Big Four sobre o Novo Relatório de Auditor Independente. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 57-79, 2019. [http://dx.doi.org/10.21446/scg\\_ufrj.v0i0.15913](http://dx.doi.org/10.21446/scg_ufrj.v0i0.15913).

NEHME, R.; MICHAEL, A.; HASLAM, J. The impact of time budget and time deadline pressures on audit behaviour: UK evidence. *Meditari Accountancy Research*, v. 30, n. 2, p. 245-266, 2022. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-09-2019-0550>

NIYAMA, J. K.; COSTA, F. M.; DANTAS, J. A.; BORGES, E. F. Evolução da regulação da auditoria independente no Brasil: análise crítica, a partir da teoria da regulação. *Advances in Scientific and Applied Accounting*. [S. l.], v. 4, n. 2, p. 127-161, 2011. Disponível em: <https://asaa.anpcont.org.br/index.php/asaa/article/view/41>. Acesso em: 12 fev. 2023.

OLIVEIRA JÚNIOR, J. C. R.; CAETANO, A.; AMARAL, J. V. Principais Assuntos de Auditoria Reportados em Instituições Financeiras. *Práticas em Contabilidade e Gestão*. [S. l.], v. 10, n. 2, p. 1-23, 2022. <http://dx.doi.org/10.5935/2319-0485/praticas>.

OLIVEIRA, F. X.; DOS SANTOS, L. S. L.; ACUNA, B. C. M. Inconsistências na Petrobras e sua relação com os testes de auditoria. *Management Journal*, Aracaju, v. 5, n. 1, p. 23-38, 2023. <https://doi.org/10.6008/CBPC2674-6417.2023.001.0003>

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

REINA, D.; SILVA, F. A. S.; LEMES, S.; REINA, D. R. M. Grau de Legibilidade do Novo Relatório do Auditor Independente. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional – Gestão. Org.*, v. 19, n. 2, p. 151-168, 2021. <https://doi.org/10.51359/1679-1827.2021.240206>.

SANTANA, L. R.; SILVA, F. J.; DANTAS, J. A.; BOTELHO, D. R. Auditoria em Bancos: relação entre os assuntos citados em modificação de opinião, ênfase e PAA. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, Florianópolis, v. 18, p. 1–18, 2019. <https://doi.org/10.16930/2237-766220192832>

SANTOS, A. C. L.; MACHADO, L. S.; MACHADO, M. R. R. Principais assuntos de auditoria (PAA) no contexto goiano. *RAGC - Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade*. Monte Carmelo-MG, v. 7, n. 28, p. 149-164, 2019. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/1744>. Acesso em: 12 fev. 2023.

SANTOS, E. A.; SOARES, F. S.; SANTOS, L. M. R.; ROSA FILHO, C. Principais assuntos de auditoria destacados no relatório de auditoria independente das empresas listadas na B3. *Desafio Online*. Campo Grande, v. 8, n. 1, p. 132-151, 2020. Disponível em: <https://desafioonline.ufms.br/index.php/deson/article/view/9785>. Acesso em: 11 dez. 2022.

SCHAEFER, L. R.; RITTA, C. O. Principais assuntos de auditoria nas instituições bancárias listadas na B3. VII Congresso de Gestão e Controladoria da Unochapecó (FURB) de 17 a 19 de outubro de 2022. Chapecó.

SILVA, A. D. L.; TEIXEIRA, B. M. Novo relatório do auditor independente: Um estudo sobre os principais assuntos de auditoria. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas*. v. 6, n. 2, p. 144-173, 2017. Disponível em: <https://revista.fisul.edu.br/index.php/revista/article/view/89>. Acesso em: 12 fev. 2023.

SILVA, F. F.; CHAVES, I. M. Crise financeira e os sistemas bancários de Brasil e Alemanha: o papel dos bancos públicos. *Gestão & Regionalidade*. [S. l.], v. 36, n. 107, p. 174-200, jan./abr. 2020. <https://doi.org/10.13037/gr.vol36n107.5658>.

VÁSQUEZ-FLORES, A.; CHÁVEZ-CRUZ, G.; GONZÁLEZ-SÁNCHEZ, J. La auditoría interna en las entidades públicas y privados de Ecuador. *Revista Enfoques*, v. 7, n. 26, p. 162-169, 2023. <https://doi.org/10.33996/revistaenfoques.v7i26.162>

VENTURINI, L. D. B.; BIANCHI, M.; MACHADO, V. N.; PAULO, E. Conteúdo informacional dos principais assuntos de auditoria e a previsão dos analistas financeiros. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 33, p. 281-299, 2022. <https://doi.org/10.1590/1808-057x202113080>

# Capítulo II

## NÍVEL DE CONHECIMENTO EM CONTABILIDADE PÚBLICA: PERCEPÇÃO DOS DISCENTES EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

*LEVEL OF KNOWLEDGE IN PUBLIC ACCOUNTING: PERCEPTION OF  
STUDENTS AT A PUBLIC UNIVERSITY*

*Autores: Ester Alves Trigueiro<sup>6</sup>; Sergio Luiz Pedrosa Silva<sup>7</sup>; Wênyka Preston Leite Batista da Costa<sup>8</sup>; Jandeson Dantas da Silva<sup>9</sup>; Camila Karen Alves Pedrosa<sup>10</sup>*

---

6 Bacharel em Ciências Contábeis pela UERN.

7 Doutor em Geografia Econômica pela UFPE. Professor do Departamento de Ciências Contábeis pela UERN.

8 Pós-Doutorado em Ciências Contábeis pela UNISINOS-PR. Professora do curso de Ciências Contábeis pela UERN.

9 Doutor em Ciências Contábeis pela UNISINOS-PR. Professor do curso de Ciências Contábeis da UERN.

10 Bacharel em Ciências Contábeis pela UFERSA, mestranda em Administração pela UFERSA

## Resumo:

Este estudo teve como objetivo analisar o nível de conhecimento dos estudantes de Ciências Contábeis de uma universidade pública sobre contabilidade pública. A pesquisa adotou uma metodologia descritiva, com abordagem quantitativa, utilizando um questionário para a coleta de dados. A amostra foi composta por 100 respondentes. A análise dos dados foi realizada por meio da Análise Fatorial Exploratória. Os principais achados foram organizados em três fatores. No primeiro fator, a variável 5 destaca a relevância de familiarizar-se com as normas e regulamentos que regem as atividades dos órgãos de controle, assegurando que os profissionais estejam constantemente atualizados em relação às mudanças legislativas. No segundo fator, a variável 17 enfatiza a habilidade de analisar as diferenças entre o sistema orçamentário do Brasil e o de outras nações. Essa compreensão comparativa é essencial para avaliar as práticas orçamentárias e identificar oportunidades de aprimoramento. O terceiro fator ressalta a distinção entre despesa pública e despesa de pessoal, a compreensão do processo orçamentário e a correta aplicação dos conceitos de receita e despesa pública. Nesse contexto, a variável 8 refere-se à habilidade de diferenciar despesas públicas e despesas de pessoal nas demonstrações contábeis. Compreender essa distinção é fundamental para uma análise precisa das finanças públicas. As contribuições acadêmicas deste estudo incluem a ampliação do conhecimento sobre a formação em Contabilidade Pública e a capacitação técnica dos futuros contadores. A contribuição prática consiste no aprimoramento dos currículos de Ciências Contábeis, e a contribuição social refere-se ao desenvolvimento de estratégias de ensino, aprendizagem e disseminação do conhecimento sobre Contabilidade Pública.

**Palavras-chave:** Transparência Fiscal. Educação Contábil. Gestão Pública.

### *Abstract*

*This study aimed to analyze the level of knowledge of Accounting students at a public university regarding public accounting. The research adopted a descriptive methodology with a quantitative approach, using a questionnaire for data collection. The sample consisted of 100 respondents. Data analysis was conducted through Exploratory Factor Analysis. The main findings were organized into three factors. In the first factor, variable 5 highlights the importance of becoming familiar with the norms and regulations governing the activities of oversight bodies, ensuring that professionals remain constantly updated on legislative changes. In the second factor, variable 17 emphasizes the ability to analyze the differences between Brazil's budgetary system and those of other nations. This comparative understanding is essential for assessing budgetary practices and identifying opportunities for improvement. The third factor underscores the distinction between public expenditure and personnel expenses, the understanding of the budgetary process, and the correct application of public revenue and expenditure concepts. In this context, variable 8 refers to the ability to differentiate public expenditures from personnel expenses in financial statements. Understanding this distinction is crucial for an accurate analysis of public finances. The academic contributions of this study include expanding knowledge about education in Public Accounting and the technical training of future accountants. The practical contribution lies in improving Accounting curricula, while the social contribution refers to the development of teaching, learning, and knowledge dissemination strategies regarding Public Accounting.*

**Keywords:** Fiscal Transparency. Accounting Education. Public Management.

## **Introdução:**

A Contabilidade surgiu da necessidade do ser humano de gerenciar seu patrimônio, evoluindo ao longo do tempo para se ajustar às transformações sociais, com o objetivo primordial de fornecer informações confiáveis aos seus usuários. Assim como a Contabilidade Empresarial, a Contabilidade aplicada ao Setor Público, um dos ramos da Contabilidade, utiliza informações para orientar decisões e cumprir sua função central, que é prover dados precisos e atualizados para a Administração e os órgãos de fiscalização. Além de atender às exigências legais, a Contabilidade Pública também fornece estatísticas e outras informações relevantes para instituições governamentais e privadas (Rodrigues *et al.*, 2021; Oliveira, 2023).

A Contabilidade Pública deve atuar como um instrumento para promover e manter os interesses públicos, sempre direcionados para o atendimento das necessidades da sociedade (Nascimento, 2023). De acordo com Silva e Cerqueira (2020), nos últimos anos, o processo de mudança e atualização das normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) tem sido uma realidade. Esse movimento teve início no setor empresarial, com o objetivo de aprimorar a transparência e a qualidade das informações contábeis, estendendo-se posteriormente para a área pública, visando à convergência com as normas internacionais da CASP.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Secretaria do Tesouro Nacional têm desempenhado um papel fundamental na normatização do novo modelo de CASP no Brasil. Essa iniciativa resultou na elaboração das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), lançados em 2008, como parte do processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (IPSAS) (Cabello; Bilancieri; Azevedo, 2019).

A elaboração das NBCASP e do MCASP teve como objetivo estabelecer procedimentos contábeis adequados e alinhados às práticas internacionais para a gestão dos recursos públicos, com ênfase na transparência, na responsabilidade fiscal e na prestação de contas à sociedade. Essas normas têm sido atualizadas regularmente para acompanhar as mudanças legislativas e as necessidades do setor público, garantindo a qualidade das informações contábeis e a eficiência da gestão financeira governamental (Moro; Porteira; Cavazzana, 2019).

De acordo com Monteiro (2020), esse processo transformou a visão dos contadores públicos em relação às NBCASP, que anteriormente eram vistas predominantemente como aplicáveis apenas ao acompanhamento orçamentário. Os contadores públicos têm desempenhado um papel essencial nessa transformação, sendo responsáveis por interpretar as regulamentações e efetuar os registros contábeis decorrentes dos eventos financeiros do setor público.

Diante desse contexto, surge o questionamento quanto à abrangência dos conteúdos ensinados nas disciplinas de Contabilidade Pública nas Instituições de Ensino Superior (IES) e se esses conteúdos podem despertar o interesse dos alunos e incentivá-los a buscar uma especialização nessa área específica da Contabilidade aplicada à Administração Pública. Embora seja uma área de relevância e responsabilidade, ainda é pouco difundida nas IES, especialmente durante a graduação.

Diante do exposto, este artigo propõe a seguinte questão de pesquisa: qual é o nível de conhecimento dos acadêmicos de Ciências Contábeis de uma universidade pública sobre Contabilidade Pública? Com isso, o estudo objetivou avaliar esse nível de conhecimento, buscando compreender a percepção dos estudantes em relação ao ensino da área. A análise desse tema ainda demanda novas investigações, configurando-se como uma oportunidade necessária para futuras pesquisas (Pitulice; Profiroiu; Stefanescu, 2018). Dessa forma, a pesquisa contribui para a literatura e amplia o conhecimento dos estudantes sobre o tema, como também evidencia falhas na formação e capacitação dos acadêmicos de Ciências Contábeis na área de Contabilidade Pública.

## Referencial teórico:

### - Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP)

A Contabilidade Pública é um segmento da contabilidade voltado ao registro, controle e divulgação das movimentações financeiras e patrimoniais de entidades governamentais, como a União, os estados, os municípios e suas autarquias. Seu propósito é fornecer informações objetivas e acessíveis sobre a administração dos recursos públicos, assegurando transparência e *accountability* perante a sociedade (Silva, 2019; Pinheiro; Jankowitsch, 2023).

De acordo com Silva e Cerqueira (2020), esse ramo da contabilidade pode ser definido como o segmento da ciência contábil responsável por organizar, registrar e produzir informações a partir dos eventos e transações contábeis relacionados aos aspectos financeiros, patrimoniais, orçamentários e de controle do patrimônio público. Além disso, tem como objetivo definir diretrizes e protocolos para registrar as operações do setor público, possibilitando a consolidação das contas públicas nacionais. Também trata da organização dos recursos públicos, visando à otimização da gestão da máquina pública (Raschendorfer; Figueira; Furtado, 2023).

A Norma Brasileira de Contabilidade (NBC T 16.1) define a Contabilidade Aplicada ao Setor Público como o campo da ciência contábil que utiliza princípios e normas contábeis para o controle patrimonial das entidades do setor público no processo de geração de informações. Para Silva (2019), a CASP desempenha um papel central na administração financeira governamental, auxiliando na tomada de decisões dos gestores públicos, no cumprimento das obrigações legais e no planejamento orçamentário. Ela é regida por normas específicas, como a Lei nº 4.320/1964, que estabelece princípios e regras para a elaboração e apresentação dos demonstrativos contábeis no setor público, além da Lei nº 14.133/2021, que regulamenta as contratações na Administração Pública (Ianiceli *et al.*, 2024).

A Lei nº 4.320/1964 exerce, na CASP, função semelhante à desempenhada pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976) na contabilidade voltada para a atividade empresarial. Segundo Moro, Porteira e Cavazzana (2019), a CASP abrange todas as entidades do setor público, incluindo órgãos, fundos e pessoas jurídicas de direito público ou privado que recebam, movimentem e gerenciem recursos públicos para a manutenção da entidade.

Portanto, além de órgãos governamentais, a CASP também envolve fundos, que são instrumentos utilizados para a destinação de recursos específicos para determinados fins, bem como pessoas jurídicas de direito público ou privado que, mesmo não sendo órgãos governamentais, recebem recursos públicos e estão sujeitas à legislação e às normas aplicadas ao setor público (Morais; Andrade; Lui, 2023).

Essa abrangência assegura a transparência, a responsabilidade fiscal e a prestação de contas sobre a utilização dos recursos públicos, possibilitando o controle e a fiscalização dos gastos e investimentos realizados pelas entidades governamentais, contribuindo para uma gestão eficiente e responsável dos recursos públicos (Almeida; Ribeiro, 2022; Bitencourt; Martins, 2023).

A convergência com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público busca garantir a comparabilidade das informações contábeis entre os países e fortalecer a credibilidade das demonstrações financeiras do setor público perante a comunidade internacional (Neves; Gómez-Villagas, 2020).

Em 2008, iniciou-se a elaboração das primeiras Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), com a publicação das normas contábeis pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a divulgação do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Para alinhar as normas contábeis brasileiras com as diretrizes do Conselho Internacional de Normas Contábeis *International Accounting Standards Board* (IASB) e as

Normas Internacionais de Auditoria e Asseguração da Federação Internacional de Contadores *International Federation of Accountants* (IFAC), o CFC estabeleceu o Comitê Gestor de Convergência (Cabello; Bilancieri; Azevedo, 2019).

Conforme a estrutura conceitual aprovada para o setor público (NBC TSP Estrutura Conceitual), os Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) devem ser preparados e apresentados aos usuários externos em geral. Esses relatórios atendem a uma variedade de objetivos e necessidades, com ênfase no cidadão, garantindo sua utilidade na prestação de contas, na responsabilização (*accountability*) e na tomada de decisões. Além do Legislativo, contribuintes e doadores, os credores também são considerados usuários da informação contábil pública. Os RCPGs abrangem dados financeiros e não financeiros relacionados a eventos econômicos e diversos outros fenômenos. As características qualitativas das informações contidas nesses relatórios são atributos que tornam os dados úteis para os usuários e contribuem para alcançar os objetivos da contabilidade (NBC TSP, 2016).

Anualmente, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em colaboração com o Grupo Técnico de Procedimentos Contábeis (GTCON), elabora o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Essa iniciativa visa padronizar as práticas contábeis, garantindo conformidade com a legislação vigente, com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), com os padrões internacionais de Contabilidade do Setor Público e com os procedimentos reconhecidos por organismos internacionais para Estatísticas de Finanças Públicas (Brasil, 2024).

Segundo o MCASP, o plano de contas constitui a base da escrituração contábil, fornecendo a estrutura para registrar cada transação. Esse processo exige que cada evento financeiro seja registrado na contabilidade conforme as contas contábeis previamente definidas no plano de contas. No contexto do setor público, o PCASP é utilizado para garantir a obtenção das informações necessárias para a elaboração das demonstrações contábeis e relatórios gerenciais (Brasil, 2023).

## **- Estudos relacionados**

Nos últimos anos, diversos estudos têm explorado o nível de conhecimento dos acadêmicos de Ciências Contábeis em relação à Contabilidade Pública. A seguir, serão apresentados trabalhos empíricos que abordam essa temática, evidenciando seus avanços e conclusões.

Nesse contexto, o estudo de Cruz (2016) buscou identificar a contribuição do ensino de Contabilidade Pública no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na percepção dos estudantes, para sua carreira, avaliando, inclusive, o nível de satisfação com o ensino na respectiva IES. A investigação revelou que, na percepção dos alunos, o ensino de Contabilidade Pública na UFRN contribui para sua formação acadêmica, uma vez que demonstraram satisfação com a disciplina, ainda que esta não exerça influência direta sobre a área em que desejam atuar profissionalmente.

Por sua vez, Oliveira, Meyer e Walter (2019) desenvolveram um estudo com o objetivo de analisar como os acadêmicos avaliam os conteúdos abordados na disciplina de Contabilidade Pública, considerando as normas vigentes e o exercício da profissão, além de investigar sua influência na motivação para a atuação na área pública. Os resultados obtidos indicaram que a disciplina se concentra, predominantemente, na parte orçamentária, sendo este um aspecto fundamental para a atuação profissional. No que se refere à carga horária, destacou-se sua insuficiência para preparar adequadamente os estudantes, bem como para transmitir todos os conteúdos necessários. Quanto às metodologias empregadas pelos docentes, estas foram consideradas apropriadas, permitindo aos acadêmicos construir uma base de conhecimento sobre o tema. No entanto, foi apontada a necessidade de aplicação de softwares durante as práticas, sendo este um aspecto relevante para o aprendizado.

Em outro estudo sobre o tema, Trindade (2010) investigou se as diferenças entre a escrituração da contabilidade pública e da contabilidade societária podem dificultar o aprendizado dos estudantes de Ciências Contábeis. Os resultados indicaram que a maioria dos alunos enfrenta desafios ao estudar

a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), devido às divergências conceituais entre a contabilidade pública e a privada.

Na pesquisa de Rubio e Guimarães (2022), investigaram se as universidades públicas brasileiras que oferecem o curso de Ciências Contábeis estão cientes da relevância das reformas das normas internacionais para a contabilidade governamental e se seus currículos contemplam informações sobre essas normativas. Os resultados apontaram insuficiência no tempo destinado ao estudo dessa disciplina, além de baixa participação dos professores no processo de convergência da contabilidade governamental às NBCASP.

Finalizando os estudos analisados, Melo e Martins (2019) avaliaram a compreensão dos discentes do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) sobre conceitos relacionados à *accountability* e aos Observatórios Sociais. Os resultados demonstraram que a maioria dos alunos desconhecia o conceito de Observatórios Sociais, embora estivesse familiarizada com a *accountability*. Além disso, a maioria reconheceu ter tido contato com esse conceito ao longo da graduação. De modo geral, os estudantes compreendem a relevância da participação social para o exercício do controle público, porém desconhecem as legislações que regulamentam a prestação de contas e a responsabilização da administração pública. Ademais, poucos relataram acessar os portais da transparência.

Com base nos estudos analisados, nota-se que os estudantes de Ciências Contábeis têm um contato limitado com os conteúdos da disciplina de Contabilidade Pública, pela carga horária reduzida, ou pela complexidade e especificidade dos temas abordados. Além disso, observa-se que o ensino dessa disciplina não influencia diretamente a decisão dos acadêmicos em seguir uma carreira no setor público.

## - Método de pesquisa

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa classifica-se como descritiva, pois busca analisar o nível de conhecimento dos estudantes de Ciências Contábeis sobre a Contabilidade Pública. Esse tipo de pesquisa tem como objetivo descrever e caracterizar uma determinada população ou fenômeno, além de estabelecer relações entre variáveis (Gil, 2008).

Esta pesquisa possui uma abordagem quantitativa e, em termos de procedimentos, caracteriza-se como um estudo baseado na coleta de dados por meio de levantamento (survey). Os dados foram obtidos através de questionários e analisados com o auxílio de métodos estatísticos. Nesse tipo de abordagem, após a definição do público-alvo, o pesquisador aplica testes ou questionários com perguntas objetivas, cujos resultados são examinados imparcialmente (Prodanov; Freitas, 2013; Paschoarelli; Mendola; Bonfim, 2015).

A população amostral do estudo é composta por estudantes da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Foram incluídos na pesquisa alunos matriculados entre o quinto e o décimo período do curso de Ciências Contábeis. A coleta de dados foi realizada em um corte transversal, dentro do período previamente determinado, de 23/04/2024 a 20/06/2024.

Antes de responder ao questionário, os estudantes receberam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo que sua participação fosse voluntária. O documento assegurou a proteção de seus dados pessoais, preservando sua privacidade e confidencialidade. Além disso, deixou claro que, caso a pesquisa causasse qualquer impacto, os participantes teriam direito a atendimento completo e imediato, pelo tempo necessário, conforme as diretrizes da Resolução CNS nº 466/2012.

O questionário utilizado neste estudo foi elaborado pelos autores da pesquisa e composto por questões de múltipla escolha. O instrumento de coleta incluiu perguntas direcionadas a estudantes que já cursaram ou estão cursando a disciplina de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. As questões abordaram temas como os princípios básicos da Contabilidade Pública, as NBCASP, as responsabilidades do Conselho Regional de Contabilidade e outros assuntos correlatos, resultando nas variáveis apresentadas no Quadro 1.

**Quadro 1 - Instrumento de Pesquisa (variáveis)**

| Variável | Afirmativas   |
|----------|---|
| V01      | Compreensão dos princípios básicos da contabilidade pública no Brasil.  |
| V02      | Diferenças entre contabilidade pública e contabilidade privada.   |
| V03      | Conhecimento sobre as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBC TSP)  |
| V04      | Aplicação dos conceitos de execução orçamentária, financeira e patrimonial na contabilidade pública                                     |
| V05      | Papel dos órgãos de controle na fiscalização das contas públicas no Brasil.   |
| V06      | Interpretação dos relatórios contábeis produzidos no âmbito da contabilidade pública  |
| V07      | Princípios de transparência e accountability na contabilidade pública.  |
| V08      | Distinção entre despesa pública e despesa de pessoal nas demonstrações contábeis do setor público                                       |
| V09      | Compreensão do processo de elaboração e execução do orçamento público no Brasil   |
| V10      | Conhecimento sobre as mudanças recentes na legislação relacionada à contabilidade pública no Brasil                                     |
| V11      | Aplicação dos conceitos de receita e despesa pública nas operações contábeis.   |
| V12      | Preparação para lidar com as peculiaridades da contabilidade pública no Brasil em situações práticas                                    |
| V13      | Conhecimento sobre a estrutura e funcionamento do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi)      |
| V14      | Diferenciar entre os princípios contábeis adotados no setor público e no setor privado  |
| V15      | Ciência das obrigações legais e normativas relacionadas à divulgação de informações contábeis no setor público                          |
| V16      | Conhecimento sobre as técnicas de avaliação de resultados na contabilidade pública  |
| V17      | Diferenças entre o sistema orçamentário brasileiro e o sistema orçamentário de outros países  |
| V18      | Interpretação e aplicação das normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público (IPSAS).                                |
| V19      | Princípios de responsabilidade fiscal e sua aplicação na contabilidade pública brasileira   |
| V20      | Conhecimento sobre as responsabilidades e atribuições do Conselho Regional de Contabilidade (CRC) relacionadas à contabilidade pública. |

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2024)

Os dados foram coletados por meio de questionários aplicados tanto online, via Google Forms, quanto presencialmente, com os estudantes da UERN, no período de abril a maio de 2024. As respostas foram obtidas utilizando a Escala de Likert, uma medida de atitude empregada, em pesquisas sobre preferências, gostos e percepções, sendo reconhecida por sua simplicidade e alta reprodutibilidade em estudos da área. Na presente pesquisa, utilizou-se uma escala de cinco pontos, variando de ‘discordo totalmente’ a ‘concordo totalmente’, com uma opção neutra (Feijó; Vicente; Petri, 2020).

No que se refere ao tratamento dos dados, a análise foi realizada por meio de estatística descritiva e análise fatorial. A análise fatorial é uma técnica estatística utilizada para identificar padrões entre um conjunto de variáveis diretamente mensuráveis, chamadas de variáveis observadas, determinando o grau de influência delas na explicação de um fator (Feijó; Vicente; Petri, 2020).

Nesta pesquisa, os dados foram analisados utilizando estatística descritiva, combinada com a AFE. Os resultados foram confrontados com a literatura acadêmica, permitindo uma avaliação crítica com base nas respostas dos participantes. Essa abordagem possibilitou a comparação do nível de conhecimento dos estudantes sobre Contabilidade Pública com estudos anteriores sobre o tema. O objetivo foi ampliar a compreensão dos achados e aprofundar a discussão, oferecendo uma visão do fenômeno investigado (Prodanov; Freitas, 2013).

**Apresentação e análise dos resultados:**

## - Caracterização dos Respondentes

Para definir a amostra, um questionário foi utilizado, identificando os respondentes com base na Tabela 1. As perguntas incluíam idade, gênero e período do curso.

**Tabela 1 - Caracterização dos respondentes**

| Faixa Etária |                          | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------------|--------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Idade        | Menor ou igual a 20 anos | 8          | 8           | 8                  | 8                       |
|              | 21 a 25 anos             | 69         | 69          | 69                 | 77                      |
|              | 26 a 30 anos             | 9          | 9           | 9                  | 86                      |
|              | 31 a 35                  | 8          | 8           | 8                  | 94                      |
|              | Mais de 25 anos          | 6          | 6           | 6                  | 100,0                   |
|              | Total                    | 100        | 100,0       | 100,0              |                         |
| Sexo         | Feminino                 | 55         | 55          | 55                 | 55                      |
|              | Masculino                | 43         | 43          | 43                 | 98                      |
|              | Outro                    | 2          | 2           | 2                  | 100,0                   |
|              | Total                    | 100        | 100,0       | 100,0              |                         |
| Período      | 5                        | 32         | 32,0        | 32,0               | 32,0                    |
|              | 6                        | 10         | 10,0        | 10,0               | 42,0                    |
|              | 7                        | 14         | 14,0        | 14,0               | 56,0                    |
|              | 8                        | 16         | 16,0        | 16,0               | 72,0                    |
|              | 9                        | 17         | 17,0        | 17,0               | 89,0                    |
|              | 10                       | 11         | 11,0        | 11,0               | 100,0                   |
|              | Total                    | 100        | 100,0       | 100,0              |                         |
|              |                          |            |             |                    |                         |
|              |                          |            |             |                    |                         |
|              |                          |            |             |                    |                         |

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

A tabela de caracterização dos respondentes revela que a maioria é jovem, com 69% dos participantes situados na faixa etária entre 21 e 25 anos, refletindo o perfil típico de estudantes universitários. Comparando-se com a demografia brasileira, essa faixa etária representa uma parcela representativa da população jovem do país, o que pode indicar uma concentração de jovens no ambiente acadêmico.

Em relação ao gênero, 55% dos respondentes são do sexo feminino, evidenciando um número maior de estudantes mulheres. Esse dado difere do estudo realizado por Monteiro (2020), no qual 54,9% dos participantes eram do sexo masculino.

Quanto aos períodos acadêmicos, a maioria dos respondentes está matriculada no quinto período (32%), seguido pelo nono (17%) e pelo oitavo (16%). Esses dados sugerem que a maioria dos participantes se encontra na metade ou na fase final do curso, refletindo um grupo que já adquiriu uma base sólida de conhecimento, mas que ainda tem espaço para aprendizado e especialização.

## - Testes de Normalidade dos Dados

Para definir quais questionários devem ser excluídos da análise, foi fundamental avaliar a Matriz de Correlação Anti-imagem (MSA). Questões com valores de MSA inferiores a 0,5 são consideradas inadequadas para a análise fatorial e, por isso, precisam ser removidas. A Tabela 2 apresenta os questionários que devem ser excluídos com base nos valores de MSA identificados.

**Tabela 2 – matriz de correlação anti-imagem (MSA)**

| Variável | MSA   | Variável | MSA   |
|----------|-------|----------|-------|
| V5       | 0.897 | V8       | 0.860 |
| V17      | 0.847 | V9       | 0.895 |
| V19      | 0.917 | V10      | 0.934 |
| V20      | 0.898 | V11      | 0.920 |
| V2       | 0.915 | V12      | 0.952 |
| V3       | 0.954 | V13      | 0.938 |
| V4       | 0.928 | V14      | 0.922 |
| V6       | 0.946 | V15      | 0.929 |
| V7       | 0.955 | V16      | 0.948 |
|          |       | V18      | 0.865 |

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Com base na análise, todas as perguntas apresentaram valores de MSA superiores a 0,5, indicando que são adequadas para a análise fatorial e que não há necessidade de exclusão de nenhuma questão. A análise da Tabela 2 – Matriz de Correlação Anti-Imagem (MSA) confirma a adequação das variáveis para a Análise Fatorial Exploratória (AFE). O MSA, ou Medida de Adequação da Amostra, é um indicador que avalia o grau de correlação de cada variável com as demais, excluindo o efeito das outras variáveis (Vinha; Laros, 2018).

De modo geral, os altos valores de MSA indicam que as variáveis são apropriadas para AFE, evidenciando que os respondentes possuem um entendimento e aplicação dos conceitos de Contabilidade Pública. Esses valores elevados refletem uma formação sólida e um conhecimento atualizado nas áreas abordadas, aspectos essenciais para a prática contábil eficiente e conforme os padrões do setor público (Hair *et al.*, 2014).

Para determinar quais itens não atendem ao critério de normalidade para AFE, foram analisados, na Tabela 3, os valores de assimetria (*skewness*) e curtose (*kurtosis*). Em geral, para que os dados sejam considerados normalmente distribuídos, é necessário que esses valores estejam nos limites recomendados na literatura.

**Tabela 3 – Teste de Normalidade para AFE**

| Variável | Assimetria | Erro padrão da assimetria | Curtose | Erro padrão da curtose | Avaliação de normalidade |
|----------|------------|---------------------------|---------|------------------------|--------------------------|
| V02      | -0.990     | 0.241                     | 1.058   | 0.478                  | Normalidade comprometida |
| V03      | -0.071     | 0.241                     | -0.339  | 0.478                  | Aceitação para AFE       |
| V04      | 0.184      | 0.241                     | 0.150   | 0.478                  | Aceitação para AFE       |
| V05      | -0.705     | 0.241                     | -0.012  | 0.478                  | Aceitação para AFE       |
| V06      | -0.289     | 0.241                     | -0.416  | 0.478                  | Aceitação para AFE       |
| V07      | -0.136     | 0.241                     | -0.816  | 0.478                  | Aceitação para AFE       |
| V08      | -0.506     | 0.241                     | -0.316  | 0.478                  | Aceitação para AFE       |
| V09      | -0.848     | 0.241                     | 0.570   | 0.478                  | Aceitação para AFE       |
| V10      | 0.278      | 0.241                     | -0.240  | 0.478                  | Aceitação para AFE       |

| Variável | Assimetria | Erro padrão da assimetria | Curtose | Erro padrão da curtose | Avaliação de normalidade |
|----------|------------|---------------------------|---------|------------------------|--------------------------|
| V11      | -0.180     | 0.241                     | -0.223  | 0.478                  | Aceitação para AFE       |
| V12      | 0.226      | 0.241                     | -0.437  | 0.478                  | Aceitação para AFE       |
| V13      | 0.498      | 0.241                     | -0.247  | 0.478                  | Aceitação para AFE       |
| V14      | -0.548     | 0.241                     | 0.320   | 0.478                  | Aceitação para AFE       |
| V15      | -0.196     | 0.241                     | -0.311  | 0.478                  | Aceitação para AFE       |
| V16      | -0.059     | 0.241                     | -0.355  | 0.478                  | Aceitação para AFE       |
| V17      | 0.436      | 0.241                     | -0.439  | 0.478                  | Aceitação para AFE       |
| V18      | 0.625      | 0.241                     | 0.086   | 0.478                  | Aceitação para AFE       |
| V19      | 0.098      | 0.241                     | -0.324  | 0.478                  | Aceitação para AFE       |
| V20      | -0.137     | 0.241                     | -0.203  | 0.478                  | Aceitação para AFE       |

Fonte: Dados da Pesquisa

Com base nessa análise, apenas a pergunta 2 foi excluída da AFE devido à ausência de normalidade estatística. A análise da Tabela 3, Teste de Normalidade para AFE, revelou ocorrências positivas, além de uma ocorrência negativa que merece destaque. A maioria das variáveis (V03, V04, V05, V06, V07, V08, V09, V10, V11, V12, V13, V14, V15, V16, V17, V18, V19 e V20) apresentou valores de assimetria e curtose nos limites aceitáveis, indicando uma distribuição adequada para AFE. Esse resultado sugere que os dados coletados são confiáveis e que as respostas dos participantes estão bem distribuídas (Hair *et al.*, 2014).

Além disso, variáveis como V03, V04, V06, V11, V12, V13, V15, V16 e V19 apresentaram valores de assimetria e curtose muito próximos de zero, o que é ideal para garantir a normalidade dos dados. Esse comportamento reflete uma simetria na distribuição, favorecendo análises precisas.

No entanto, uma variável apresentou um resultado anormal. A variável V02 (Sinto que compreendo as diferenças entre contabilidade pública e contabilidade privada) mostrou alta assimetria negativa (-0,990) e uma curtose positiva elevada (1,058), o que indica que a distribuição dos dados está comprometida. Observou-se que as respostas dos participantes estão concentradas em um extremo da escala, o que pode distorcer os resultados e comprometer a validade da análise (Aguilar, 2019).

De maneira geral, os testes de normalidade demonstraram que a maioria das variáveis apresenta um ajuste adequado, refletindo uma distribuição de dados equilibrada e apropriada para a AFE. A única exceção foi a variável V02, cuja distribuição comprometida pode indicar a necessidade de uma revisão na formulação da questão ou no entendimento dos participantes sobre o tema. A identificação desse problema visa garantir que os dados sejam precisos e representem fielmente as percepções e conhecimentos dos respondentes.

Após a exclusão da variável V02, os dados foram rotacionados novamente, e os testes estatísticos apresentados na Tabela 4 confirmaram que os resultados se tornaram satisfatórios para a realização da AFE.

| Tabela 4 - Teste de KMO - Bartlett – Confiabilidade   |                     |          |
|---|---------------------|----------|
| Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem. |                     | 0,918    |
| Teste de esfericidade de Bartlett                     | Aprox. Qui-quadrado | 1156,462 |
|   | gl                  | 153      |
|   | Sig.                | 0,000    |
| Alfa de Cronbach                                      | 18 itens            | 0,943    |

Fonte: Dados da Pesquisa

Na análise dos testes apresentados na Tabela 4, diversas medidas auxiliam na avaliação da qua-

lidade dos dados coletados na pesquisa. Primeiramente, a Medida *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) de adequação da amostragem resultou em um valor de 0,918, indicando uma excelente adequação. Os valores de KMO variam de 0 a 1, sendo que valores acima de 0,8 são considerados ótimos, enquanto valores abaixo de 0,6 sugerem que a amostra pode não ser adequada para AFE (Matos; Rodrigues, 2019).

O Teste de Esfericidade de Bartlett apresentou um valor de qui-quadrado aproximado de 1156,462, com 153 graus de liberdade e significância (*Sig.*) de 0,000. Esse teste verifica se a matriz de correlação corresponde a uma matriz identidade, o que indicaria ausência de correlação entre as variáveis. Um valor significativo ( $p < 0,05$ ) confirma que há correlações suficientes para justificar a análise fatorial, rejeitando a hipótese nula e indicando que os dados possuem uma estrutura correlacional adequada para a redução dimensional. Isso significa que as variáveis correlacionadas podem ser agrupadas em fatores subjacentes (Hair *et al.*, 2014).

Além disso, o Alfa de Cronbach para os 18 itens avaliados foi de 0,943, indicando excelente confiabilidade interna do questionário. O Alfa de Cronbach varia de 0 a 1, sendo que valores acima de 0,7 são geralmente aceitos como indicativos de boa confiabilidade, enquanto valores superiores a 0,9 sugerem excelente consistência interna entre os itens do questionário (Matos; Rodrigues, 2019).

Em síntese, os resultados da Tabela 4 evidenciam que a amostra utilizada na pesquisa possui adequação para a AFE. As correlações entre os itens e a consistência interna das variáveis indicam qualidade elevada, o que fortalece a validade e a confiabilidade dos dados coletados. Esses achados oferecem uma base sólida para a interpretação dos resultados, garantindo que as conclusões sejam fundamentadas em informações consistentes e estatisticamente válidas, aumentando a credibilidade da pesquisa.

No que se refere à porcentagem de variação explicada, o teste indicou que os componentes extraídos na análise de componentes principais ou análise fatorial explicam 69,08% da variância total. Esse valor é elevado, sugerindo que os fatores identificados explicam uma parcela significativa da variabilidade dos dados. Para que a análise seja considerada confiável, esse indicador deve ser superior a 50% (Hair *et al.*, 2014). Após a realização dos testes e a aplicação da rotação, a Análise Fatorial Exploratória (AFE) resultou na identificação de três fatores, conforme apresentado na Tabela 5.

Tabela 5 – Comunalidades e Fatores de AFE

| Variáveis | Comunalidades | Carga Fatorial 1 | Carga Fatorial 2 | Carga Fatorial 3 |
|-----------|---------------|------------------|------------------|------------------|
| V03       | 0,658         | 0,657            |                  |                  |
| V04       | 0,656         | 0,565            |                  |                  |
| V05       | 0,744         | 0,747            |                  |                  |
| V06       | 0,595         | 0,501            |                  |                  |
| V07       | 0,698         | 0,726            |                  |                  |
| V08       | 0,777         |                  |                  | 0,846            |
| V09       | 0,651         |                  |                  | 0,636            |
| V10       | 0,682         |                  | 0,677            |                  |
| V11       | 0,648         |                  |                  | 0,666            |
| V12       | 0,630         |                  |                  | 0,646            |
| V13       | 0,655         |                  | 0,736            |                  |
| V14       | 0,657         |                  |                  | 0,707            |
| V15       | 0,601         | 0,613            |                  |                  |
| V16       | 0,630         | 0,507            |                  |                  |
| V17       | 0,792         |                  | 0,866            |                  |
| V18       | 0,686         |                  | 0,787            |                  |
| V19       | 0,635         | 0,681            |                  |                  |

|     |       |       |  |  |
|-----|-------|-------|--|--|
| V20 | 0,540 | 0,674 |  |  |
|-----|-------|-------|--|--|

Fonte: Dados da Pesquisa

A partir da Tabela 5, são apresentados os resultados da AFE, revelando os fatores que explicam a variação e as correlações entre as variáveis analisadas. Cada variável foi associada a um ou mais fatores com base em suas cargas fatoriais ou comunalidades. Para facilitar a interpretação, foi aplicada uma rotação que permitiu agrupar as variáveis em três fatores principais, conforme descrito a seguir (Hair *et al.*, 2014).

**Carga Fatorial 1 – Órgãos de Controle das Contas Públicas**, esse fator inclui variáveis relacionadas ao conhecimento e à compreensão dos órgãos de controle das contas públicas. As variáveis associadas a esse fator apresentam altos níveis de comunalidade e cargas fatoriais, indicando forte correlação entre elas.

Por exemplo, o entendimento dos órgãos de controle na fiscalização das contas públicas apresenta um MSA de 0,897, refletindo um bom nível de conhecimento dos respondentes sobre esse papel. A compreensão das diferenças entre sistemas orçamentários de diferentes países possui um MSA de 0,847, indicando um nível moderado de conhecimento sobre essas diferenças. Já o entendimento dos princípios de responsabilidade fiscal e sua aplicação na contabilidade pública brasileira obteve um MSA de 0,917, demonstrando forte compreensão desse conceito (Vinha; Laros, 2018; Aguilar, 2019).

Além disso, a preparação dos respondentes para lidar com as peculiaridades da contabilidade pública brasileira em situações práticas é refletida por um MSA de 0,952, evidenciando alta preparação técnica. Os participantes também demonstram confiança na aplicação das normas internacionais de contabilidade pública, com um MSA de 0,865. Esses altos valores de MSA e cargas fatoriais reforçam que as variáveis são representativas da Carga Fatorial 1, evidenciando um conhecimento aprofundado e uma sólida aplicação prática dos conceitos e normas de contabilidade pública, fundamentais para a formação ética dos profissionais da área (Vinha; Laros, 2018; Aguilar, 2019).

**Carga Fatorial 2 – Orçamento Público no Brasil**, esse fator inclui variáveis relacionadas ao entendimento e à aplicação do orçamento público no Brasil. As variáveis V10, V13, V17 e V18 demonstram a compreensão dos respondentes sobre aspectos específicos, como as mudanças na legislação de contabilidade pública, o funcionamento do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e a capacidade de comparar sistemas orçamentários internacionais.

Essas variáveis são essenciais para garantir que os profissionais da contabilidade pública possuam o conhecimento necessário para gerenciar o orçamento público de forma eficaz, alinhada às normas nacionais e internacionais (Hair *et al.*, 2014). **Carga Fatorial 3 – Demonstrações Contábeis no Setor Público**, esse fator engloba variáveis relacionadas à compreensão e à aplicação das demonstrações contábeis no setor público. As variáveis V8, V9, V11, V12 e V14 indicam o conhecimento dos respondentes sobre a elaboração e a interpretação de relatórios contábeis públicos.

A variável V8 trata da distinção entre despesas públicas e de pessoal, enquanto a V9 aborda a elaboração e execução orçamentária. A V11 refere-se à aplicação de conceitos de receita e despesa, e a V12 à preparação dos estudantes para a contabilidade pública. Já a V14 destaca a diferença entre os princípios contábeis do setor público e privado. Esses fatores são essenciais para a precisão na elaboração e interpretação de demonstrações contábeis, garantindo transparência e conformidade.

#### Análise fatorial entre blocos

A análise entre blocos é um método estatístico que examina dados organizados em grupos, facilitando a identificação de padrões e fatores que explicam suas variações. Essa abordagem permite entender tanto as relações dentro de cada grupo quanto entre eles, tornando a análise clara e acessível.

Esse método é especialmente útil para revelar a estrutura subjacente em conjuntos de dados amplos e multivariados, coletados sob diferentes condições ou em distintos segmentos de análise. Na Tabela 6, a Carga Fatorial 1 é examinada em detalhe, destacando as principais variáveis envolvidas e seus respectivos impactos na organização dos dados.

**Tabela 6 – Os órgãos de Controle na fiscalização das contas públicas**

| Fator 1                                   | Itens | Comunalidades | Carga Fatorial |
|---|-------|---------------|----------------|
| Os órgãos de Controle das contas públicas | V03   | 0,658         | 0,657          |
|   | V04   | 0,656         | 0,565          |
|   | V05   | 0,744         | 0,747          |
|   | V06   | 0,595         | 0,501          |
|   | V07   | 0,698         | 0,726          |
|   | V15   | 0,601         | 0,613          |
|   | V16   | 0,630         | 0,507          |
|   | V19   | 0,635         | 0,681          |
|   | V20   | 0,540         | 0,674          |

Fonte: Dados da Pesquisa

A variável V03 refere-se à compreensão do papel dos órgãos de controle na fiscalização das contas públicas. De acordo com Almeida e Ribeiro (2022) e Bitencourt e Martins (2023), a transparência, a responsabilidade fiscal e a prestação de contas contribuem para uma gestão eficiente e responsável dos recursos públicos. Para que os estudantes aprimorem seus conhecimentos sobre a atuação desses órgãos, é essencial adotar uma abordagem prática e contínua no aprendizado. Compreender a relevância da transparência nas operações dos órgãos de controle é fundamental, assim como buscar informações atualizadas sobre seu funcionamento, responsabilidades e impacto na gestão pública. A capacitação pode ser promovida por meio de seminários, workshops e palestras ministradas por profissionais experientes, proporcionando aos estudantes uma visão próxima da realidade prática da fiscalização das contas públicas.

A variável V04 está ligada à compreensão das funções dos órgãos de controle. Para fortalecer esse conhecimento, sugerisse-se o uso de práticas como seminários, *workshops* e estudos de caso, que aproximam teoria e realidade. Simulações de auditoria e atividades de campo, como visitas técnicas, também ajudam a desenvolver habilidades práticas e a familiarização com a legislação vigente, evitando redundâncias e conflitos de competência (Silva, 2019; Pinheiro; Jankowitsch, 2023).

A variável V05 aborda o conhecimento das normas que orientam os órgãos de controle. Para manter os profissionais atualizados, é essencial oferecer treinamentos contínuos e práticos. Como a complexidade da legislação pode dificultar sua aplicação, recomenda-se simplificá-la e usar exemplos práticos para tornar seu entendimento acessível (Morais; Andrade; Lui, 2023).

A variável V06 trata da capacidade de aplicar os princípios de responsabilidade fiscal na contabilidade pública. O aprimoramento dessa competência deve estar focado em educação contínua e prática. A implementação de sistemas de monitoramento e avaliação fiscal é fundamental para garantir transparência e eficiência, mas a falta de consistência na aplicação desses princípios pode comprometer a confiança pública. Para mitigar esse problema, é necessário um compromisso contínuo com a formação profissional. Além disso, estágios e programas de mentoria com profissionais experientes permitem que os estudantes observem a aplicação prática desses princípios. A promoção de uma cultura de aprendizado contínuo, por meio de fóruns, grupos de estudo e acesso a materiais atualizados, também é essencial (Ianiceli *et al.*, 2024).

A variável V07 trata da familiaridade com auditoria e fiscalização. O uso de tecnologia pode tornar esses processos eficientes, mas não deve substituir a análise ética e humana. Para um equilíbrio adequado, é essencial combinar ferramentas tecnológicas com a formação ética dos auditores, garan-

tindo alinhamento com os princípios da auditoria pública (Raschendorfer; Figueira; Furtado, 2023).

A variável V15 trata da transparência e da responsabilidade na contabilidade pública, enfatizando a necessidade de publicação periódica de relatórios detalhados, acessíveis e compreensíveis para a sociedade. Apesar dos avanços nessa área, muitos desses documentos ainda apresentam linguagem técnica complexa, dificultando o entendimento pela maioria da população. Para enfrentar esse desafio, recomenda-se que os estudantes participem de *workshops* voltados à comunicação e à simplificação de relatórios, além de desenvolver resumos explicativos que tornem as informações contábeis acessíveis ao público (Oliveira, 2023).

A variável V16 enfoca a compreensão das técnicas de avaliação de desempenho no setor público. Para aumentar a eficácia dessas avaliações, é necessário promover capacitações contínuas e fomentar o intercâmbio de práticas entre profissionais. Um dos desafios enfrentados é que as avaliações de desempenho não consideram os contextos específicos de diferentes órgãos, resultando em análises imprecisas. Os estudantes podem desenvolver essa competência participando de capacitações especializadas, focadas em técnicas de avaliação ajustadas às particularidades de cada órgão, evitando distorções nos resultados (Morais; Andrade; Lui, 2023; Ianiceli *et al.*, 2024).

A variável V19 refere-se ao conhecimento sobre o papel do CRC na contabilidade pública. Para ampliar essa compreensão, é necessário fortalecer a parceria entre o CRC e os órgãos de controle, promovendo a troca de informações. Um desafio é a percepção de distanciamento do CRC em relação à realidade dos contadores públicos. Para superar isso, o CRC deve adotar uma abordagem acessível, alinhando-se às necessidades de estudantes e profissionais da área (Pinheiro; Jankowitsch, 2023).

A variável V20 enfatiza a necessidade de compreender as atribuições e responsabilidades específicas dos órgãos de controle. Para isso, é essencial investir na educação e na formação contínua dos profissionais, permitindo que desempenhem suas funções de maneira eficaz. No entanto, a burocracia excessiva e a falta de recursos adequados frequentemente comprometem a eficiência desses órgãos. A realização de estágios em órgãos de controle pode proporcionar uma visão prática e realista sobre o funcionamento dessas instituições, permitindo que os estudantes compreendam os desafios enfrentados, como a burocracia e a escassez de recursos (Raschendorfer; Figueira; Furtado, 2023; Oliveira, 2023).

A Carga Fatorial 1, relacionada ao conhecimento dos estudantes de Ciências Contábeis sobre fiscalização das contas públicas, destaca uma abordagem prática e contínua. Seminários com profissionais experientes, estudo de casos e simulações de auditoria ajudam na aplicação da teoria. Além disso, compreender a legislação e as responsabilidades dos órgãos de controle evita redundâncias. Programas de mentoria e estágios permitem vivenciar a prática da responsabilidade fiscal, enquanto a simplificação de relatórios e resumos explicativos facilita a transparência e a compreensão das informações contábeis.

**Tabela 7 – Orçamento público no Brasil**

| Fator 2                       | Itens | Comunalidades | Carga Fatorial |
|-------------------------------|-------|---------------|----------------|
| O orçamento público no Brasil | V10   | 0,682         | 0,677          |
|                               | V13   | 0,655         | 0,736          |
|                               | V17   | 0,792         | 0,866          |
|                               | V18   | 0,686         | 0,787          |

Fonte: Dados da Pesquisa

A variável V10 destaca a relevância de os estudantes acompanharem as atualizações na legislação de contabilidade pública, que passa por revisões para garantir uma administração financeira eficiente. No entanto, sua aplicação pode ser desafiadora devido à complexidade das normas. Para facilitar esse processo, é essencial oferecer treinamentos e utilizar exemplos práticos, tornando o aprendizado dinâmico (Moro; Porteira; Cavazzana, 2019).

Por sua vez, a variável V13 aborda a necessidade de compreender a estrutura e o funcionamento do Siconfi. Esse conhecimento é essencial para garantir a transparência e a correta gestão das informações contábeis públicas. Para isso, recomenda-se investir em capacitações específicas e contínuas, que abordem tanto o uso técnico do sistema quanto a interpretação dos dados nele contidos. A inclusão de treinamentos em software e tutoriais detalhados pode auxiliar os estudantes a se familiarizarem com o Siconfi e sua aplicabilidade na contabilidade pública (Nascimento, 2023).

A variável V17 destaca a compreensão das diferenças entre o sistema orçamentário brasileiro e os de outros países. Comparar esses modelos ajuda a identificar boas práticas e melhorias. Para ampliar essa visão, é recomendável incluir estudos comparativos na contabilidade pública e incentivar intercâmbios e colaborações internacionais. Experiências acadêmicas no exterior e participação em conferências internacionais permitem contato direto com diferentes abordagens de gestão orçamentária (Nascimento, 2023).

Por fim, a variável V18 refere-se ao desafio que os profissionais enfrentam na interpretação e aplicação das normas internacionais de contabilidade pública (IPSAS). Para fortalecer essa competência, é fundamental oferecer cursos específicos sobre as IPSAS e fomentar uma cultura de aprendizado contínuo. A adaptação a essas normas pode ser desafiadora devido às diferenças culturais e legais entre os países. No entanto, fornecer recursos didáticos detalhados, promover estudos de caso internacionais e oferecer suporte contínuo por meio de tutorias e mentorias pode auxiliar na superação dessas barreiras e na assimilação prática das normas internacionais (Ianceli *et al.*, 2024).

As variáveis da Carga Fatorial 2 ressaltam a atualização sobre legislação, sistemas de informação, práticas internacionais e normas contábeis públicas. Investir nesses aspectos, com recursos e suporte adequados, fortalece a compreensão teórica e prática dos estudantes, preparando-os para uma atuação qualificada na contabilidade governamental.

No próximo fator, serão apresentadas as variáveis agrupadas que se relacionam às demonstrações contábeis no setor público.

A variável V8 refere-se à capacidade de distinguir entre despesa pública e despesa de pessoal nas demonstrações contábeis. Compreender essa diferença é essencial para uma análise precisa das finanças públicas. Enquanto a despesa pública abrange todos os gastos do governo, a despesa de pessoal se refere especificamente aos custos com salários e benefícios dos funcionários. Saber diferenciar essas categorias permite identificar onde os recursos estão sendo alocados, facilitando uma gestão eficiente e transparente. Para aprimorar essa habilidade, é fundamental que os estudantes tenham acesso a exemplos práticos e estudos de caso que ilustrem essas distinções no contexto real (Silva; Oliveira; Santos Celestino, 2023).

### Principais Revisões Realizadas

**Tabela 8 – Demonstrações contábeis no setor público**

| Fator 3                                  | Itens | Comunalidades | Carga Fatorial |
|--|-------|---------------|----------------|
| Demonstrações Contábeis no setor público | V8    | 0,777         | 0,846          |
|  | V9    | 0,651         | 0,636          |
|  | V11   | 0,648         | 0,666          |
|  | V12   | 0,630         | 0,646          |
|  | V14   | 0,657         | 0,707          |

Fonte: Dados da Pesquisa

A variável V9 envolve a compreensão do processo de elaboração e execução do orçamento público no Brasil. Entender esse processo é fundamental para garantir que as demonstrações contábeis reflitam com precisão a situação financeira e orçamentária do setor público. Além disso, deve-se compreender como o orçamento é planejado, aprovado e implementado, bem como monitorar os gastos ao

longo do ano. Proporcionar aos estudantes uma visão detalhada e prática de cada etapa do processo orçamentário, por meio de simulações, pode contribuir para o desenvolvimento da capacidade de elaborar relatórios financeiros (Campos; Oliveira, 2023).

A variável V11 refere-se à aplicação correta dos conceitos de receita e despesa pública nas operações contábeis. Esse conhecimento é para garantir que as demonstrações contábeis sejam precisas e representem fielmente as transações financeiras do setor público. Compreender como registrar corretamente as receitas (como impostos e taxas) e as despesas (como salários e aquisições) permite que os relatórios financeiros sejam transparentes, facilitando a administração eficiente dos recursos. A utilização de softwares contábeis e a prática de lançamentos contábeis em cenários simulados podem ser estratégias eficazes para fortalecer essa competência entre os estudantes (Corrêa da Silva; Jovino de Oliveira, 2024).

A variável V12 aborda a capacitação dos profissionais para lidar com as especificidades da contabilidade pública em situações práticas. Estar preparado permite que os contadores elaborem demonstrações contábeis alinhadas às normas legais e operacionais específicas do setor público. Essa preparação envolve a compreensão das regras e regulamentos da contabilidade pública, além da habilidade de aplicá-los eficientemente. Para alcançar esse objetivo, é essencial oferecer aos estudantes experiências práticas, como estágios e projetos em colaboração com órgãos públicos, permitindo que apliquem seus conhecimentos em contextos reais (Silva; Oliveira; Santos Celestino, 2023).

Por fim, a variável V14 trata da habilidade de distinguir entre os princípios contábeis aplicados no setor público e no setor privado. Compreender essas diferenças é fundamental para a elaboração de demonstrações contábeis que estejam em conformidade com as normas específicas de cada setor. Enquanto o setor privado tem foco no lucro, o setor público prioriza a prestação de serviços e a gestão eficiente dos recursos públicos. Essa distinção é para garantir que as práticas contábeis atendam às exigências legais. A promoção de debates e estudos comparativos entre casos do setor público e privado pode auxiliar os estudantes a internalizar essas diferenças e aplicar os princípios adequados em cada contexto (Campos; Oliveira, 2023; Nascimento, 2023).

As variáveis da Carga Fatorial 3 ressaltam a necessidade de um conhecimento sólido sobre os diversos aspectos das demonstrações contábeis no setor público. Ao integrar essas estratégias de ensino e práticas ao currículo de Ciências Contábeis, os estudantes estarão preparados para enfrentar as complexidades da contabilidade pública, além de desenvolverem competências para contribuir de forma efetiva na gestão dos recursos do setor público.

## **Considerações finais:**

A pesquisa revelou que os estudantes de Ciências Contábeis da UERN possuem um bom nível de conhecimento em contabilidade pública, com pontos a aprimorar. O aprimoramento dessas áreas é essencial para sua preparação na CASP. A análise de 100 estudantes identificou três fatores que influenciam sua formação acadêmica e a capacidade de atender às demandas do setor público.

O primeiro fator é a Fiscalização das Contas Públicas. Os resultados indicam que os estudantes possuem uma boa compreensão sobre gestão e acompanhamento das finanças públicas. Para aprofundar esse conhecimento, estratégias como seminários, workshops e palestras com especialistas são sugeridas. Além disso, o estudo de casos e simulações de auditoria ajudam a conectar teoria e prática, tornando o aprendizado dinâmico.

É essencial que os estudantes conheçam a legislação vigente e as funções de cada órgão para evitar redundâncias e conflitos. Programas de mentoria e estágios permitem vivenciar a aplicação dos princípios de responsabilidade fiscal. O uso equilibrado da tecnologia pode otimizar auditorias

sem comprometer aspectos éticos. Assim como, simplificar a linguagem dos relatórios contábeis com resumos explicativos aprimora a transparência. Parcerias entre o CRC e órgãos de controle, além da adaptação das avaliações às particularidades do setor público, são estratégias fundamentais para a formação dos estudantes.

**Atualização Legislativa e Normas Internacionais.** Os estudantes demonstram acompanhar as mudanças na legislação da CASP no Brasil, mas a atualização contínua é essencial. Para isso, treinamentos periódicos e revisões são recomendáveis. A simplificação da legislação, com exemplos práticos, facilita sua aplicação. Além disso, o conhecimento do Siconfi é fundamental para a atuação na área. A inclusão de estudos comparativos no currículo e a participação em intercâmbios internacionais ampliam a visão dos estudantes, permitindo contato com diferentes modelos orçamentários.

Para facilitar a interpretação e aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade Pública (IPSAS), recomenda-se a oferta de cursos específicos e a promoção de uma cultura de aprendizado contínuo. Essas iniciativas contribuem para a formação de profissionais capacitados para atuar conforme os padrões contábeis nacionais e internacionais.

**Demonstrações Contábeis no Setor Público,** os estudantes devem desenvolver a capacidade de distinguir entre despesa pública e despesa de pessoal nas demonstrações contábeis, compreender o processo de elaboração e execução do orçamento público e aplicar corretamente os conceitos de receita e despesa pública nas operações contábeis.

A análise mostrou que os estudantes se sentem confiantes na aplicação dos conceitos, mas a experiência prática é fundamental para consolidar esse conhecimento. Estágios e projetos em parceria com órgãos públicos permitem que desenvolvam demonstrações contábeis alinhadas às normas e exigências do setor, fortalecendo sua preparação para a atuação profissional.

A promoção de debates e estudos comparativos entre casos do setor público e privado pode ajudar os estudantes a compreenderem as diferenças entre esses ambientes e a aplicarem os princípios adequados a cada contexto. A integração dessas estratégias de ensino e práticas no currículo de Ciências Contábeis é essencial para preparar os estudantes para enfrentar as complexidades da contabilidade pública, proporcionando uma base sólida de conhecimentos e permitirá que esses futuros profissionais contribuam na administração dos recursos públicos.

A análise dos fatores trouxe contribuições acadêmicas ao identificar avanços no currículo de Ciências Contábeis. Na pesquisa, os achados servem de base para estudos sobre métodos de ensino eficazes. No âmbito profissional, reforça-se a necessidade de uma formação sólida em Contabilidade Pública. Socialmente, o estudo amplia o acesso à informação, beneficiando estudantes e profissionais da área.

Para pesquisas futuras, é possível explorar novas abordagens para aprimorar o ensino de contabilidade pública. Um caminho é avaliar o impacto de metodologias inovadoras, como o uso de tecnologias educacionais, incluindo simulações, plataformas interativas e gamificação. Essas ferramentas podem tornar o aprendizado dinâmico e facilitar a compreensão de conceitos complexos.

## Referências:

AGUILAR, L. E. B. Diferencias em la estimación del coeficiente de curtosis en diferentes softwares estadísticos. *Revista E-Agronegócios, Texcoco*, v. 5, n. 2, p. 1-14, 2019. Instituto Tecnológico de Costa Rica. DOI: <http://dx.DOI.org/10.18845/rea.v5i2.4456>

ALMEIDA, G. T.; RIBEIRO, E. N. Análise do grau de aderência às Leis de Responsabilidade Fiscal e Acesso à Informação: um estudo dos portais da transparência dos municípios do Estado de São Paulo com mais de 450 mil habitantes. *Revista Expectativa*, v. 21, n. 1, p. 77-98, 2022. DOI: <https://doi.org/10.48075/revex.v21i1.28452>

ALMEIDA, M. S. *Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva*. São Paulo: Atlas, 2011.

BITENCOURT, C. M.; MARTINS, L. H. N. A inteligência artificial nos órgãos constitucionais de controle de contas da administração pública brasileira. *Revista de Investigações Constitucionais*, v. 10, n. 3, p. e253, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5380/rinc.v10i3.93650>

CABELLO, O. G.; BILANCIERI, M. V.; DE AZEVEDO, R. R. Conformidade inicial das normas de contabilidade aplicadas ao setor público no Brasil. *Revista Mineira de Contabilidade*, v. 20, n. 3, p. 5-17, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21714/2446-9114RMC2019v20n3t01>

CAMPOS, J. L. M.; OLIVEIRA, A. D. Análise de demonstrações contábeis no setor público: evolução dos indicadores financeiros do estado do Rio Grande do Norte. *Revista de Administração e Contabilidade da FAT*, v. 15, n. 1, 2023.

Disponível em: <https://reacfat.com.br/index.php/reac/article/view/272> Acesso em: 8 de jun. 2024.

CORRÊA DA SILVA, M.; JOVINO DE OLIVEIRA, E. Demonstrações contábeis públicas: o que analisar? *Ge-Sec: Revista de Gestão e Secretariado*, v. 15, n. 3, 2024. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v15i3.3605>

CRUZ, A. N. de A. *O ensino de contabilidade pública e sua contribuição para a formação dos futuros contadores públicos: análise da percepção dos discentes do curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal do Rio Grande do Norte*. 2016. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/40943>. Acesso em: 23 abr. 2024.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público*. Ministério da Fazenda, Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2024/26>. Acesso em: 23 abr. 2024.

OLIVEIRA, T. M. G. DE MEYR, C. E., & WALTER, S. A. Percepção dos acadêmicos de ciências contábeis sobre a disciplina de Contabilidade Pública. *In: CONGRESSO PROFISSIONAL E ACADÊMICO EM CONTABILIDADE*, 2019, Curitiba. Anais eletrônicos [...]. Curitiba, 2019. Disponível em: [https://cpac.crepr.org.br/trabalhos\\_aprovados.html](https://cpac.crepr.org.br/trabalhos_aprovados.html). Acesso em: 22 nov. 2023.

FEIJÓ, A. M.; VICENTE, E. F. R.; PETRI, S. M. O uso das escalas Likert nas pesquisas de contabilidade. *Revista Gestão Organizacional*, v. 13, n. 1, p. 27-41, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22277/rgo.v13i1.5112GIL>, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

Hair J. *et al.* A Primer on Partial Least Squares Structural Equation Modeling (*PLS-SEM*). Thousand Oaks: Sage Publications, Inc. 328 p. 2014.

IANICELI, A. R. L. *et al.* Implicações da lei nº 14.133/2021 nas contas públicas: caso prático de aplicação da nova lei de licitações na aquisição de um grupo gerador na dependências da procuradoria regional do trabalho da 22ª Região. *Revista Contemporânea*, v. 4, n. 1, p. 238-255, 2024. DOI: <https://doi.org/10.56083/RCV4N1-013>

MATOS, D. A. S.; RODRIGUES, E. C. Análise Fatorial. Brasília: Enap. 74 p. 2019. Disponível em: <https://l1nk.dev/mthu2> Acesso em: 4 de jun. 2024

MONTEIRO, L. S. Nível de conhecimento na área de contabilidade pública: um estudo realizado com alunos do curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal da Paraíba. 2020. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17996>. Acesso em: 19 abr. 2024

MORAIS, L.; ANDRADE, W. S.; LUI, L. Mudança institucional em instituições de controle: o caso do Tribunal de Contas dos municípios de Goiás. *Revista Agenda Política*, v. 11, n. 1, p. 120-140, 2023. DOI: <https://doi.org/10.14244/agenda.2023.1.5>

MORO, G. Z.; PORTEIRA, M. H. S.; CAVAZZANA, A. Percepção da implantação do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) pelos integrantes da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda de um município do interior do Estado de São Paulo. *Revista Empreenda UniToledo Gestão, Tecnologia e Gastronomia*, v. 3, n. 1, p. 55-71, 2019.

NASCIMENTO, J. P. S. Orçamento público: o processo orçamentário e execução de despesa nas unidades de ensino da rede estadual. *Revista de Administração e Contabilidade da FAT*, v. 14, n. 1, 2023. Disponível em: <https://reacfat.com.br/index.php/reac/article/view/265> Acesso em: 3 jun. 2024.

NEVES, F. R.; GÓMEZ-VILLEGAS, M. Reforma contábil do setor público na América Latina e comunidades epistêmicas: uma abordagem institucional. *Revista de Administração Pública*, v. 54, p. 11-31, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220180157>.

OLIVEIRA, F. das C. B. Controle interno municipal: um estudo de caso dos municípios do estado do PIAUÍ. *REVISTA FOCO*, v. 16, n. 4, p. e1431-e1431, 2023. DOI: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v16n4-034>

PASCHOARELLI, L. C.; MEDOLA, F. O.; BONFIM, G. H. C. Características Qualitativas, Quantitativas de Abordagens Científicas: estudos de caso na subárea do Design Ergonômico. *Revista de Design, Tecnologia e Sociedade*, v. 2, n. 1, p. 65-78, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/design-tecnologia-sociedade/article/view/15699>.

PINHEIRO, W. S.; JANKOWITSCH, J. A Importância Dos Tribunais de Contas: Transparência e Controle. *Epitaya E-books*, v. 1, n. 31, p. 62-76, 2023. DOI: <https://doi.org/10.47879/ed.ep.2023717p62>

PITULICE, I. C.; PROFIROIU, A. G.; ȘTEFĂNESCU, A. Government Accounting Education For University Undergraduates. *Transylvani an Review of Administrative Sciences*, v., 14, SI, p. 75-91, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.24193/tras.SI2018.5>.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do

**Trabalho Acadêmico. 2. ed. São Paulo: Feevale, 2013.**

**RASCHENDORFER, É. V.; FIGUEIRA, A. R.; FURTADO, L. Elementos que Impactam a Construção de um Modelo de Governança Pública no Brasil: O Caso da Marinha do Brasil. BBR. Brazilian Business Review, v. 20, p. 76-98, 2023. DOI: <https://doi.org/10.15728/bbr.2023.20.1.5.pt>**

**RODRIGUES, C. P.; SILVA, S. M.; GOES, C.P.; CAFFÉFILHO, H.P. O Uso da Lei da Responsabilidade Fiscal e o Cumprimento no Município de Petrolina/PE: Um Estudo Voltado ao Nível de Conhecimento da Lei e sua Efetividade no Período 2014 a 2017. Revista de psicologia, v. 15, n. 54, p. 617-637, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14295/online.v15i54.2934>.**

**RUBIO, A. C.; GUIMARÃES, T. S. Ensino da Contabilidade Governamental nas Universidades Públicas Brasileiras frente à Convergência com as Normas Internacionais. In: ENCONTRO DA ANPAD, 2022. Anais eletrônicos [...]. 2022. Disponível em: <https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/4fbe073f17f161810fdf-3dab1307b30f.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2024.**

**SILVA, D. M. O papel do controle interno na contabilidade pública municipal. 2019. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Universidade de Brasília, Anápolis – GO, 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/26138>. Acessado em: 22 nov. 2023.**

**SILVA, M. C.; OLIVEIRA, E. J.; SANTOS CELESTINO, M. Ensaio teórico sobre a teoria da divulgação aplicada ao setor público brasileiro. Revista de Gestão e Secretariado, v. 14, n. 10, p. 18889-18906, 2023. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i10.2921>**

**SILVA, M. V. D. C.; CERQUEIRA, A. J. F. Contabilidade governamental. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2020.**

**TRINDADE, Alesandro da Silva. A contabilidade pública na visão dos estudantes de ciências contábeis da UFRGS. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis). Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/25794>. Acesso em: 23 abr. 2024.**

**VINHA, L. G. DO A.; LAROS, J. A. Dados ausentes em avaliações educacionais: comparação de métodos de tratamento. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 29, n. 70, p. 156-187, 2018. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eac/article/view/3916/3560>. Acesso em 5 jun. 2024.**

# Capítulo III

## DETERMINANTES DA AUDITORIA CONTÁBIL: PERCEPÇÃO DOS DISCENTES

*DETERMINANTS OF ACCOUNTING AUDITING: PERCEPTION OF STUDENTS*

*Autores: Poliana Rayssa de Oliveira<sup>11</sup>; Sérgio Luiz Pedrosa Silva<sup>12</sup>; Jandeson Dantas da Silva<sup>13</sup>; Wênyka Preston Leite Batista da Costa<sup>14</sup>; Camila Karen Alves Pedro-  
sa<sup>15</sup>*

---

11 Bacharel em Ciências Contábeis pela UERN.

12 Doutor em Geografia Econômica pela UFPE. Professor do Departamento de Ciências Contábeis pela UERN.

13 Doutor em Ciências Contábeis pela UNISINOS-PR. Professor do curso de Ciências Contábeis da UERN.

14 Pós Doutorado em Ciências Contábeis pela UNISINOS-PR. Professora do curso de Ciências Contábeis pela UERN.

15 Bacharel em Ciências Contábeis pela UFERSA, mestranda em Administração pela UFERSA

## Resumo:

A pesquisa teve como objetivo analisar a percepção dos alunos do curso de Ciências Contábeis sobre a Auditoria Contábil. A metodologia envolveu uma abordagem quantitativa, com coleta e análise de dados por meio do *Google Forms*. Os principais achados foram organizados em três fatores. O primeiro fator, ‘conhecimento e compreensão das normas de auditoria’, mostrou que os alunos valorizam a clareza e a atualização das legislações e práticas contábeis abordadas nas aulas. Eles destacaram a eficácia dos métodos de ensino que facilitam a compreensão das leis e normas, embora a complexidade desses regulamentos ainda represente um desafio. O segundo fator, ‘adequação do currículo e práticas de auditoria’, revelou percepções mistas sobre a preparação oferecida pela disciplina de auditoria. Enquanto muitos alunos valorizam a integração entre teoria e prática, outros consideram que a carga horária e a experiência prática poderiam ser robustas. A interação com profissionais da área e a discussão de casos práticos foram vistas como pontos fortes, mas há um desejo por mais tempo e recursos para aprofundar esses aspectos. O terceiro fator, ‘engajamento e perspectivas de carreira na auditoria’, indicou que muitos alunos estão entusiasmados com as oportunidades de crescimento profissional na auditoria contábil, mas a confiança em suas habilidades práticas ainda pode ser aprimorada. A atualização constante dos conteúdos ensinados para refletir as demandas atuais do mercado foi considerada essencial. Essas práticas podem aumentar a confiança dos alunos e sua preparação, capacitando-os para enfrentar os desafios profissionais e contribuir para a transparência e integridade das informações financeiras nas organizações.

**Palavras-chave:** Auditoria Contábil. Ensino de Auditoria. Percepção dos Alunos. Ciências Contábeis. Formação Profissional.

### *Abstract*

*The research aimed to analyze the perception of Accounting students regarding Financial Auditing. The methodology involved a quantitative approach, with data collection and analysis conducted through Google Forms. The main findings were organized into three factors. The first factor, ‘knowledge and understanding of auditing standards’, showed that students value clarity and updates in the legislation and accounting practices covered in classes. They highlighted the effectiveness of teaching methods that facilitate the understanding of laws and regulations, although the complexity of these standards still represents a challenge. The second factor, ‘curriculum adequacy and auditing practices’, revealed mixed perceptions about the preparation offered by the auditing course. While many students appreciate the integration of theory and practice, some believe that the workload and practical experience could be more robust. Interaction with professionals in the field and the discussion of real-world cases were seen as strengths, but there is a desire for more time and resources to deepen these aspects. The third factor, ‘engagement and career perspectives in auditing’, indicated that many students are enthusiastic about professional growth opportunities in financial auditing, but their confidence in practical skills can still be improved. The constant updating of course content to reflect current market demands was considered essential. These practices can enhance students’ confidence and preparation, enabling them to face professional challenges and contribute to the transparency and integrity of financial information in organizations.*

**Keywords:** *Accounting Audit. Auditing Teaching. Student Perception. Accounting Sciences. Professional qualification.*

## **Introdução:**

A origem exata da auditoria é incerta, mas estudos indicam que sua forma moderna surgiu na Inglaterra no século XVIII. Esse avanço foi motivado pela necessidade das empresas emergentes de garantir estabilidade financeira. Com a evolução dos negócios e da economia, a auditoria tornou-se essencial para apoiar a tomada de decisões, identificar falhas, prevenir fraudes e corrigir irregularidades na gestão (Fernandes *et al.*, 2023).

A auditoria tem a função de revisar as demonstrações contábeis de uma organização para identificar distorções relevantes e emitir um relatório que auxilie os *stakeholders* na tomada de decisões. Com as transformações no setor, surgiram subdivisões, sendo as principais: Auditoria Externa, conduzida por um auditor independente, e Auditoria Interna, realizada por um colaborador da própria organização (Sammour, 2019).

A disciplina de Auditoria foi oficialmente incorporada aos cursos de Ciências Contábeis com o Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945, tornando-se obrigatória pela Resolução nº 3, de 5 de outubro de 1992. Esse contexto ressalta a relevância do ensino de auditoria na formação de futuros contadores. O modo como essa disciplina é ensinada nas Instituições de Ensino Superior (IES) influencia a percepção dos alunos sobre essa atividade profissional (Krüger *et al.*, 2023).

O presente estudo tomou como base artigos de autores que abordaram a percepção de discentes sobre o tema, como Bianchi, Venturini e Machado (2019), além de pesquisas sobre a origem, evolução e desenvolvimento da auditoria, como as de Crepaldi (2006) e Ricardino e Carvalho (2002), que analisaram o desenvolvimento das atividades de auditoria no Brasil.

Investigar a percepção dos estudantes de Ciências Contábeis acerca da disciplina de Auditoria é essencial para avaliar tanto a eficiência do processo de ensino quanto o envolvimento dos alunos. Sendo a Auditoria um pilar essencial para assegurar a integridade e transparência das informações financeiras das organizações, sua compreensão se torna imprescindível. Avaliar como os estudantes enxergam essa disciplina permite aos educadores adaptar técnicas e conteúdos pedagógicos para atender às suas necessidades e expectativas. Essa análise também possibilita identificar o nível de valorização da disciplina pelos alunos, o que pode impactar sua motivação e desempenho acadêmico (Lima *et al.*, 2022).

Além disso, a forma como os estudantes percebem a Auditoria pode influenciar suas decisões de carreira. Muitos recém-formados optam por se especializar na área, inspirados por experiências acadêmicas positivas. Compreender essas percepções permite que as instituições de ensino identifiquem e reforcem os aspectos valorizados pelos alunos, contribuindo para uma formação alinhada às demandas do mercado e para a capacitação de profissionais aptos a atuar em um setor desafiador e promissor (Santos; Oliveira; Galvão, 2023).

Considerando esse cenário, apresenta-se a seguinte questão de pesquisa: como os estudantes do curso de Ciências Contábeis percebem a Auditoria Contábil? Com base nisso, este estudo tem como propósito analisar a visão desses alunos sobre essa área de atuação.

Compreender a percepção dos estudantes sobre a auditoria pode contribuir para o desenvolvimento de abordagens pedagógicas eficazes. A partir das opiniões coletadas, é possível adaptar métodos de ensino para tornar o aprendizado dinâmico e alinhado à prática profissional. Estratégias como estudos de caso, simulações e visitas técnicas aproximam os alunos da realidade da auditoria. Dessa forma, a pesquisa busca identificar dificuldades na assimilação do conteúdo, reforçando sua relevância para a formação de futuros contadores.

## Referencial teórico:

### - Evolução da Auditoria Contábil:

A auditoria é definida por Eduardo *et al.* (2023) como uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e a eficácia do controle patrimonial implantado, com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado. A auditoria das demonstrações contábeis tem como foco as informações contidas nesses documentos, sendo evidente que todos os itens, formas e métodos que as influenciam também serão examinados. O processo de auditoria envolve a verificação documental, a análise de livros e registros, além da obtenção de evidências de informações internas ou externas relacionadas ao controle do patrimônio, à exatidão dos registros e às respectivas demonstrações. A ênfase dada a cada situação depende de fatores oriundos dos diferentes segmentos que compõem a organização (Carazas *et al.*, 2023).

Como mencionado, o conceito de auditoria surgiu na Inglaterra durante o século XVIII, impulsionado pela necessidade das empresas emergentes da época de garantir estabilidade econômica e financeira. Há registros que confirmam a criação do primeiro cargo específico para auditor nesse período. Segundo Crepaldi (2006), a Revolução Industrial, ocorrida na segunda metade do século XVIII na Inglaterra, gerou uma crescente demanda por capital e expandiu as atividades empresariais, resultando em desafios contábeis complexos e alterando o desenvolvimento prático da contabilidade no país.

Entretanto, foi somente com a institucionalização do investidor capitalista, uma nova classe que não participava diretamente da administração, que a necessidade da contabilidade pública, ou auditoria, realmente se consolidou. Esses investidores passaram a exigir relatórios imparciais que garantissem a integridade de seus investimentos e a transparência dos resultados financeiros dos empreendimentos. A Inglaterra, berço da auditoria moderna, também foi pioneira na disseminação dessas técnicas para outros países (Lima *et al.*, 2022).

Em 1845, a *Railway Companies Consolidation Act* (lei que consolidava, em um único ato, disposições geralmente inseridas em leis que autorizavam a construção de ferrovias) tornou obrigatória a verificação anual dos balanços por auditores. Entre outros fatores que impulsionaram a evolução da auditoria, destaca-se o avanço do sistema capitalista, que tornou sua prática indispensável. Inicialmente, as empresas eram fechadas ou pertenciam a grupos familiares. No entanto, com o crescimento do mercado e das instituições, tornou-se necessário aprimorar os controles e os procedimentos internos, visando à redução de custos e ao aprimoramento da gestão (Gonçalves *et al.*, 2022).

No Brasil, uma das primeiras evidências da prática de auditoria remonta ao início do século XX. Entre junho de 1899 e dezembro de 1902, os auditores da *Cia. São Paulo Tramway, Light & Power Co.* realizaram uma auditoria dos livros e das contas da filial brasileira dessa empresa multinacional. Segundo Eduardo *et al.* (2023), o desenvolvimento da auditoria no país está associado a diversos fatores: a presença de filiais e subsidiárias de empresas estrangeiras; o financiamento de empresas brasileiras por entidades internacionais; o crescimento e a necessidade de descentralização e diversificação das atividades econômicas das empresas nacionais; a evolução do mercado de capitais; a criação de normas de auditoria pelo Banco Central do Brasil em 1972; e a criação da Comissão de Valores Mobiliários e da Lei das Sociedades por Ações (Fernandes *et al.*, 2023).

A auditoria envolve a análise das operações e registros de uma empresa para garantir que estejam em conformidade com as normas e técnicas estabelecidas. O auditor externo emite um relatório ao contratante, avaliando as demonstrações financeiras com base na legislação vigente. Embora não seja responsável por prevenir fraudes e erros, ele pode recomendar medidas corretivas quando necessário (Círico; Telles; Costa, 2023).

Em resumo, a auditoria contábil tem sido fundamental desde sua origem na Inglaterra do século XVIII, quando surgiu para garantir estabilidade econômica em um contexto de crescente complexidade

nos negócios. Essencial para a confiança dos investidores e para a integridade dos relatórios financeiros, a auditoria se adaptou às necessidades de um capitalismo em expansão. No Brasil, sua relevância aumentou com a internacionalização da economia e a criação de normas específicas na década de 1970. Hoje, a auditoria vai além da mera verificação de conformidades, desempenhando um papel consultivo ao sugerir melhorias, sem, contudo, ser responsável direto pela prevenção de fraudes (Círico; Telles; Costa, 2023).

## **- O ensino da auditoria contábil nos cursos de contábeis**

A disciplina de Auditoria consolidou-se ao longo dos anos como um dos pilares fundamentais nos currículos dos cursos superiores de Ciências Contábeis. Formalmente estabelecida pelo Decreto-Lei nº 7.988, de 1945, essa integração marcou o reconhecimento de seu papel estratégico, não apenas no desenvolvimento de habilidades, mas também como base para uma prática contábil ética e transparente. Inicialmente denominada ‘Revisões e Perícia Contábil’, a auditoria foi introduzida nos programas acadêmicos com um enfoque técnico e investigativo, tendo como objetivo principal a inspeção e validação das práticas contábeis e financeiras das organizações (Trindade *et al.*, 2023).

Com a crescente demanda por transparência e governança, a auditoria expandiu seu papel no meio acadêmico e profissional. Além de revisar e verificar informações, tornou-se essencial para identificar riscos, fortalecer controles internos e garantir a ética nos negócios. Hoje, a auditoria desempenha uma função estratégica, contribuindo para o aprimoramento das práticas corporativas e a credibilidade das informações financeiras (Maia *et al.*, 2023).

Além disso, a incorporação de temas como contabilidade pública e legislação tributária, com a auditoria no currículo de Ciências Contábeis, demonstra uma visão integrada e abrangente da formação contábil. Essa estratégia educacional não apenas prepara os estudantes para lidar com as complexidades do cenário financeiro moderno, mas também os capacita a enfrentar desafios éticos e técnicos, por meio de um conhecimento interdisciplinar robusto. A integração curricular ressalta a compreensão das inter-relações entre as diversas áreas da contabilidade e o impacto dessas conexões na integridade e credibilidade das atividades financeiras e fiscais das empresas (Vasconcelos *et al.*, 2023).

A reformulação do currículo de Ciências Contábeis teve um marco em 1963, com a Resolução S/N, de 8/1963. Nesse momento, a disciplina passou a se chamar “Auditoria e Análise de Balanços”, ampliando seu escopo e alinhando-se ao cenário global. A mudança buscou superar interpretações restritas do termo anterior, acompanhando a evolução dos setores empresarial e financeiro. Com isso, tornou-se essencial que os profissionais desenvolvessem habilidades analíticas e uma visão crítica aprofundada (Malaquias; Júnior, 2023).

Em 1992, a Resolução nº 3, de 5 de outubro, do Conselho Federal de Educação, redefiniu a estrutura e a carga horária do curso de Ciências Contábeis. A mudança segmentou o currículo e consolidou a Auditoria como um componente essencial da formação. Essa inclusão reforçou sua relevância no ensino contábil, preparando os estudantes para atuar com qualificação e alinhamento às demandas do mercado (Steigleder; Pereira, 2023).

A atualização constante do currículo de Ciências Contábeis e sua adaptação às demandas do mercado foram ampliadas em 2002 pelo Parecer CES/CNE nº 0146/2002, que integrou a Auditoria a outras áreas, como a Controladoria e a Atuária. Esse alinhamento reforça a interligação e a relevância dessas disciplinas tanto no setor público quanto no privado. Essa orientação curricular evidencia o compromisso com uma formação contábil que não apenas atende às demandas práticas e teóricas da profissão, mas também prepara os alunos para enfrentar desafios complexos nos contextos financeiro e gerencial (Trindade *et al.*, 2023).

Em resumo, desde sua formalização em 1945, a disciplina de Auditoria, tornou-se um componente essencial nos currículos de Ciências Contábeis, evoluindo de revisões e perícias iniciais para uma

ferramenta-chave na gestão de riscos e na integridade corporativa. As atualizações curriculares de 1963 e 1992, assim como sua integração com áreas como Controladoria e Atuária, refletem a adaptação da auditoria às exigências do ambiente financeiro contemporâneo. Essas mudanças não apenas preparam os estudantes para enfrentar desafios técnicos e éticos, mas também os capacitam a fortalecer a confiança e a credibilidade no setor empresarial e financeiro (Trindade *et al.*, 2023).

## **- Percepção e mercado de trabalho**

Com a constante expansão do mercado de trabalho, a atuação da auditoria contábil reflete o crescimento e o desenvolvimento das empresas. A auditoria é uma especialidade da área contábil focada na avaliação da eficiência e da eficácia dos controles patrimoniais, com o objetivo de emitir opiniões sobre informações específicas. Essa atividade é aplicável a todas as entidades, pois aumenta a confiabilidade das informações contábeis. Os serviços de auditoria podem ser oferecidos de diversas formas: por profissionais liberais atuando individualmente, sociedades de profissionais liberais, associações de classe, como a Câmara de Peritos-Contadores, ou por dois ou mais profissionais liberais que, embora não estejam juridicamente associados, atuam em consórcio (Malaquias; Júnior, 2023).

Apesar de os auditores prestarem diferentes tipos de serviços, Sá (2002) afirma que a forma dominante de atuação é por meio de empresas especializadas em prestação de serviços de auditoria. O autor explica que o principal motivo para a associação desses profissionais em uma sociedade empresária é a distribuição das responsabilidades. Se um auditor atuar individualmente, todo o ônus recai exclusivamente sobre ele; porém, ao atuar em conjunto com outros auditores, essas responsabilidades são compartilhadas, reduzindo os riscos e aumentando a segurança do trabalho realizado.

As empresas do setor industrial têm investido em soluções técnicas e metodológicas para reduzir o risco de emitir pareceres inadequados sobre as demonstrações contábeis. No entanto, não basta apenas desenvolver ferramentas ou compreender as complexas dinâmicas das atividades comerciais. É igualmente essencial compartilhar esse conhecimento com os futuros profissionais que assumirão essas funções. Esse processo de transferência de conhecimento começa com os auditores iniciantes, recrutados anualmente das universidades, que desempenham um papel fundamental na renovação profissional das empresas. Dessa forma, eles são preparados desde o início para a prática profissional (Oliveira *et al.*, 2023).

Devido aos avanços tecnológicos e à crescente competitividade do mercado, desafios surgirão caso as avaliações não estejam alinhadas com os conteúdos ensinados ou se não considerarem os diferentes estilos de aprendizagem dos alunos. Para que os futuros auditores realizem suas análises de forma justa e concreta, é essencial possuir o máximo de conhecimento e prática na área, de modo a inspecionar e avaliar normas, planos, procedimentos e documentos (Leite; Melo; Silva, 2023).

Um dos principais deveres das instituições de ensino é preparar adequadamente os futuros contadores para sua inserção no mercado de trabalho, oferecendo currículos alinhados às exigências do setor e adaptados às constantes mudanças. Frequentemente, os alunos enfrentam dificuldades em conectar os conceitos teóricos da auditoria contábil com situações práticas. Para superar esse desafio, as instituições devem integrar práticas de ensino que promovam essa conexão, como estudos de caso, simulações, estágios e projetos colaborativos com empresas (Silva *et al.*, 2023).

O ensino exige atualização contínua para acompanhar inovações, estimular o engajamento dos estudantes e ampliar sua percepção da realidade. A motivação e uma experiência acadêmica enriquecedora impactam o interesse pela auditoria e pelo mercado de trabalho. Enquanto o estímulo adequado favorece envolvimento, a falta de incentivo pode resultar em uma participação limitada no ensino superior (Sousa; Silva; Moraes, 2023).

A auditoria contábil desempenha um papel relevante na transparência e credibilidade das informações financeiras. Com as mudanças no mercado, a formação em Ciências Contábeis deve integrar

teoria e prática para preparar os alunos para os desafios profissionais. O incentivo à participação ativa e à postura investigativa fortalece o aprendizado, enquanto metodologias dinâmicas e adaptáveis são essenciais para formar profissionais qualificados.

## **- Estudos relacionados**

A seguir, são apresentados estudos empíricos anteriores relacionados ao tema e seus respectivos resultados. Bianchi, Venturini e Machado (2019), ao investigarem a relação entre a percepção dos estudantes do curso de Ciências Contábeis e do curso de Especialização em Perícia e Auditoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) sobre o ensino da auditoria e sua preparação para o mercado de trabalho, obtiveram os seguintes resultados: os alunos de Ciências Contábeis frequentemente não se sentem preparados para atuar na área de auditoria ao concluírem o curso, enfrentando dificuldades para ingressar no mercado de trabalho. Entretanto, os estudantes que já possuem experiência prática nesse campo sentem-se capacitados para continuar atuando nele.

Portanto, fica evidente que, além da qualidade do ensino da auditoria nas graduações em Ciências Contábeis, a experiência prática é essencial. Adequar o currículo acadêmico à realidade profissional é tão relevante quanto o conteúdo ensinado e a metodologia aplicada, visando à integração dos graduandos ao mercado de trabalho.

Ricardino (2002) realizou uma tese de doutorado com o objetivo de examinar se o conteúdo sobre auditoria ensinado nas IES do país atende à proposta de qualificação dos discentes para sua inserção no mercado de trabalho. O estudo apontou que a formação acadêmica dos docentes e suas experiências profissionais são, na maioria, insuficientes, além de haver uma considerável discrepância entre os conteúdos do ensino acadêmico e as exigências do mercado empresarial. Constatou-se que a maioria dos materiais de apoio utilizados nas disciplinas não estava atualizada.

No que diz respeito ao treinamento, verificou-se que as empresas priorizam garantir que os aprendizes tenham o desempenho satisfatório em um curto período, implementando uma programação estruturada para essa finalidade. Esse processo inclui programas e simulações de auditoria, soluções padronizadas, correção e feedback imediato dos eventuais erros cometidos, além de avaliações periódicas de desempenho. Em comparação com o ensino acadêmico da disciplina de Auditoria, que se mostrou minimalista em relação à programação prática, o treinamento corporativo revelou-se eficaz para inserir o aprendiz rapidamente no ambiente profissional.

Em outra pesquisa, Silva (2008) analisou a percepção acerca do ensino da disciplina Auditoria Contábil nos cursos de Ciências Contábeis no Brasil sob a ótica das IES e dos Auditores Independentes. Os resultados indicaram que, embora ambos concordem sobre o semestre ideal para a oferta da disciplina de Auditoria, há divergências quanto à escolha da disciplina pré-requisito. Os auditores acreditam que essa disciplina deve ser Análise das Demonstrações Contábeis, enquanto as IES defendem que o pré-requisito deveria ser Contabilidade de Custos.

Quanto à carga horária, bibliografia utilizada, experiência profissional dos docentes, regime de contratação, metodologia teórica versus prática e interesse dos alunos pela disciplina, constatou-se que ambos os grupos reconhecem a necessidade de que os discentes vivenciem, ainda no ambiente acadêmico, uma experiência prática profissional. Essa conclusão reforça a adoção de metodologias que vão além do ensino tradicional em sala de aula, alinhando a formação acadêmica às exigências do mercado de trabalho. Assim, as instituições de ensino devem preparar adequadamente os futuros contadores para sua inserção profissional.

No estudo de Krüger, Santos e Lopes (2021), a relação entre a escolha da carreira em auditoria e o envolvimento profissional foi analisada. Os resultados indicaram que a decisão de atuar na área é influenciada pelo julgamento pessoal de cada profissional. Além disso, as normas subjetivas mostraram uma influência moderada do círculo social, especialmente a opinião de colegas de profissão.

Além disso, no que diz respeito ao controle comportamental percebido, os autores destacaram que auditores predominantemente jovens (com menos de 30 anos e até cinco anos de experiência na área) sentem-se confiantes e acreditam em sua capacidade de desempenhar as funções da carreira de auditoria. Por fim, constatou-se uma alta intenção de escolha e permanência na área, revelando que esses profissionais estão satisfeitos com sua trajetória e pretendem crescer na carreira nos próximos anos (Krüger; Santos; Lopes, 2021).

## - Método de pesquisa

Esta pesquisa teve como objeto de estudo as turmas do 7º, 8º e 9º períodos do curso de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), em Mossoró-RN. O período de realização deste estudo compreendeu os meses de setembro de 2023 a julho de 2024, caracterizando-se como uma pesquisa transversal. O campo de estudo ocorreu na cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil.

Este estudo é classificado como uma pesquisa descritiva, pois tem o propósito de apresentar as características de um grupo específico. De acordo com Raupp e Beuren (2006), essa abordagem situa-se entre a pesquisa exploratória, que busca compreender um fenômeno de maneira inicial, e a explicativa, que investiga relações de causa e efeito de forma aprofundada.

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de um levantamento de dados, realizado por meio da coleta de informações de uma determinada população. Segundo Gil (2008), esse procedimento caracteriza-se pela interrogação direta de indivíduos, por meio da solicitação de informações a um grupo de pessoas sobre o problema estudado, para, em seguida, mediante análise quantitativa, obter conclusões baseadas nos dados coletados.

No que diz respeito à abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa quantitativa, na qual são utilizadas técnicas estatísticas para análise dos dados. Segundo Richardson (1999), a pesquisa quantitativa consiste no emprego da quantificação na coleta e no tratamento dos dados, utilizando métodos estatísticos que variam dos simples aos complexos.

**Quadro 1 - variáveis que foram utilizadas no questionário para a coleta de dados**

| Variáveis   |
|---|
| 1 Auditoria contábil é fundamental para garantir a transparência nas empresas.                          |
| 2 A formação que recebo em auditoria na instituição me prepara efetivamente para o mercado de trabalho. |
| 3 Sinto-me confiante para trabalhar com auditoria contábil após concluir minha graduação.               |
| 4 Os métodos de ensino utilizados nas disciplinas de auditoria são eficazes.                            |
| 5 A auditoria contábil desempenha um papel na detecção de fraudes.                                      |
| 6 Há uma boa integração entre teoria e prática nas aulas de auditoria.                                  |
| 7 A disciplina de auditoria é apresentada de forma interessante pelos professores.                      |
| 8 Considero a auditoria contábil uma área com grande potencial de crescimento profissional.             |
| 9 A carga horária dedicada à auditoria é suficiente para o entendimento completo da matéria.            |
| 10 Os recursos disponíveis (livros, softwares etc.) para estudar auditoria são adequados.               |
| 11 A experiência prática durante o curso é suficiente para entender os desafios da auditoria contábil.  |
| 12 Sinto que os conceitos de auditoria são aplicáveis no contexto atual das empresas.                   |
| 13 A interação com profissionais de auditoria durante o curso é frequente e enriquecedora.              |
| 14 A legislação relacionada à auditoria é claramente explicada durante as aulas.                        |
| 15 Os casos práticos discutidos em aula ajudam a compreender a realidade do mercado de auditoria.       |
| 16 As avaliações em auditoria são justas e refletem meu verdadeiro entendimento da disciplina.          |

| Variáveis   |
|---|
| 17 O conteúdo de auditoria contábil é atualizado frequentemente para refletir as mudanças no mercado. |
| 18 As discussões em sala de aula sobre auditoria são profundas e estimulam o pensamento crítico.      |
| 19 Me sinto motivado(a) e preparado(a) para seguir carreira na área de auditoria.                     |

Fonte: Dados da Pesquisa

A coleta de dados desta pesquisa foi realizada por meio de um questionário com perguntas fechadas e alternativas, aplicado a todos os alunos presentes em sala de aula no momento da aplicação e também disponibilizado para resposta online. Para a categorização dos resultados e análise dos efeitos observados, foi realizado um comparativo entre a teoria apresentada no referencial teórico e as respostas fornecidas pelos participantes. O tratamento estatístico dos dados foi conduzido com o auxílio do *Google Forms*, e os resultados foram organizados e apresentados por meio de tabelas, elaboradas com o suporte do Microsoft Office.

## Apresentação e análise dos resultados:

### - Caracterização dos Respondentes

A análise da caracterização dos respondentes revela informações sobre a faixa etária, gênero e semestre dos alunos envolvidos na pesquisa sobre os conteúdos ministrados na disciplina de auditoria.

**Tabela 1 - Caracterização dos respondentes**

| Faixa Etária |              | Frequência | Porcentagem  | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------------|--------------|------------|--------------|--------------------|-------------------------|
| Idade        | 18 a 25 anos | 68         | 67,3         | 67,3               | 67,3                    |
|              | 26 a 30 anos | 27         | 26,7         | 26,7               | 94,1                    |
|              | 31 a 35 anos | 6          | 5,9          | 5,9                | 100,0                   |
|              | <b>Total</b> | <b>101</b> | <b>100,0</b> | <b>100,0</b>       |                         |
| Sexo         | Feminino     | 54         | 53,5         | 53,5               | 53,5                    |
|              | Masculino    | 47         | 46,5         | 46,5               | 100,0                   |
|              | <b>Total</b> | <b>101</b> | <b>100,0</b> | <b>100,0</b>       |                         |
| Semestre     | 7            | 33         | 32,7         | 32,7               | 32,7                    |
|              | 8            | 27         | 26,7         | 26,7               | 59,4                    |
|              | 9            | 41         | 40,6         | 40,6               | 100,0                   |
|              | <b>Total</b> | <b>101</b> | <b>100,0</b> | <b>100,0</b>       |                         |

Fonte: Dados da Pesquisa

A análise da caracterização dos respondentes revela informações sobre a faixa etária, gênero e semestre dos alunos envolvidos na pesquisa sobre os conteúdos ministrados na disciplina de Auditoria.

A maioria dos participantes (67,3%) está na faixa etária de 18 a 25 anos. Esse dado é esperado, uma vez que os estudantes de graduação se encontra nesse intervalo, indicando que estão na fase inicial de suas carreiras acadêmicas e profissionais. A segunda faixa etária corresponde aos alunos de 26 a 30 anos, representando 26,7% dos respondentes. Por fim, apenas 5,9% dos participantes têm entre 31 e 35

anos, o que pode indicar que esses estudantes retornaram aos estudos após um período de trabalho ou outras atividades.

A literatura sobre educação superior aponta que a predominância de estudantes jovens está relacionada à continuidade direta dos estudos após o ensino médio, enquanto faixas etárias elevadas podem refletir uma busca por requalificação profissional ou mudança de carreira (Trindade *et al.*, 2023).

Quanto ao gênero, a amostra apresenta um equilíbrio, com 53,5% dos respondentes do sexo feminino e 46,5% do sexo masculino. Esse equilíbrio é um aspecto positivo, pois demonstra uma participação igualitária entre homens e mulheres no curso de Ciências Contábeis, refletindo a diversidade de gênero no ambiente acadêmico e profissional. A presença expressiva de mulheres na área contábil acompanha a tendência observada em pesquisas, que indicam um aumento na representação feminina em cursos de Contabilidade e Auditoria (Chaise; Eliot, 2023).

No que se refere ao semestre, a maioria dos alunos está concentrada nas etapas finais do curso. O 9º semestre registra a maior participação, com 40,6%, seguido pelo 7º semestre, que representa 32,7%, e pelo 8º semestre, com 26,7%. Esse cenário indica que a disciplina de Auditoria é ministrada nas fases avançadas da graduação, possivelmente voltada para estudantes que já adquiriram fundamentos contábeis e financeiros, favorecendo uma abordagem analítica e prática dos conceitos da área.

A progressão dos estudantes pelos semestres reflete a estrutura curricular do curso, na qual disciplinas avançadas e especializadas, como Auditoria, são geralmente alocadas nos períodos finais. Isso garante que os alunos tenham a preparação necessária para lidar com conteúdo complexo, favorecendo uma assimilação dos conceitos teóricos e práticos abordados (Carozzo *et al.*, 2020).

Em resumo, os respondentes são na maioria jovens, com equilíbrio entre os gêneros e maior concentração nos semestres finais do curso. Esses dados ajudam a compreender o contexto da disciplina de Auditoria, permitindo ajustes nas estratégias de ensino para atender às necessidades e expectativas dos alunos.

## - Testes de Adequação dos dados para AFE

Na sequência, na Tabela 2, para realizar a análise fatorial, foi utilizada a matriz de correlação anti-imagem (MAS). Essa matriz funciona como um ‘teste de qualidade’ para as variáveis, avaliando sua adequação e a relação entre elas antes da aplicação da análise fatorial. A MAS mede a proporção da variabilidade de cada variável que pode ser explicada pelos fatores, verificando se as relações entre elas são suficientemente fortes. Caso uma variável apresente baixa correlação anti-imagem, ela pode não ser útil para a análise, tornando-se essencial garantir a precisão e a confiabilidade dos resultados (Hair *et al.*, 2014).

A tabela de correlação anti-imagem *Measure of Sampling Adequacy* (MSA) foi utilizada para avaliar a adequação das variáveis antes da análise fatorial. O índice MSA indica a pertinência das variáveis para esse método, sendo que valores próximos de 1 sugerem maior compatibilidade e ajuste para a análise.

Nesta análise, observou-se que a maioria das variáveis apresentou valores de MSA superiores a 0,8, o que indica adequação satisfatória. Por exemplo, a variável ‘Os métodos de ensino utilizados nas disciplinas de auditoria são eficazes’ apresentou um MSA de 0,894, enquanto, ‘A experiência prática durante o curso é suficiente para entender os desafios da auditoria contábil’, obteve um MSA de 0,895. Esses valores sugerem que essas variáveis são bem explicadas pelos fatores subjacentes e, portanto, são apropriadas para inclusão na análise fatorial (Hair *et al.*, 2014).

Já variáveis com valores de MSA ligeiramente menores, como ‘A auditoria contábil é fundamen-

tal para garantir a transparência nas empresas’ (MSA = 0,586) e ‘A auditoria contábil desempenha um papel relevante na detecção de fraudes’ (MSA = 0,573), indicam adequação moderada. Embora esses valores sejam baixos, ainda são considerados aceitáveis para a análise fatorial, mas sugerem que essas variáveis possuem menor correlação com os fatores latentes em comparação com as demais.

Em resumo, a maioria das variáveis na tabela apresentou alta adequação (MSA > 0,8), confirmando sua pertinência para a análise fatorial. Já as variáveis com valores mais baixos ainda são consideradas aceitáveis, porém exigem atenção adicional na interpretação de seus resultados na AFE (Hair *et al.*, 2014).

A análise dos testes de normalidade das variáveis relacionadas à auditoria contábil revela padrões relevantes para a compreensão dos dados. A variância entre as respostas demonstra a dispersão dos valores em torno da média, com algumas variáveis apresentando variabilidade, como ‘A formação que recebo em auditoria na instituição me prepara efetivamente para o mercado de trabalho’ (variância de 1,232) e ‘As discussões em sala de aula sobre auditoria são profundas e estimulam o pensamento crítico’ (variância de 1,248). Esses resultados indicam uma diversidade de opiniões entre os respondentes sobre essas questões (Vinhas; Laros, 2018).

**Tabela 2 – Teste de adequação para AFE**

| Variável | Variância | Assimetria | Erro de Assimetria | Curto-se | Erro de Curtose | MSA   |
|----------|-----------|------------|--------------------|----------|-----------------|-------|
| V1       | 0,347     | 3,135      | 0,240              | 15,023   | 0,476           | 0,586 |
| V2       | 1,232     | -0,406     | 0,240              | -0,703   | 0,476           | 0,862 |
| V3       | 1,009     | -0,444     | 0,240              | -0,421   | 0,476           | 0,754 |
| V4       | 0,974     | 0,542      | 0,240              | -0,570   | 0,476           | 0,894 |
| V5       | 0,294     | 1,512      | 0,240              | 3,617    | 0,476           | 0,573 |
| V6       | 1,178     | -0,268     | 0,240              | -0,756   | 0,476           | 0,891 |
| V7       | 0,850     | 0,367      | 0,240              | -0,386   | 0,476           | 0,900 |
| V8       | 0,598     | 0,721      | 0,240              | 0,440    | 0,476           | 0,793 |
| V9       | 0,842     | -0,646     | 0,240              | 0,321    | 0,476           | 0,760 |
| V10      | 1,054     | 0,274      | 0,240              | 4,651    | 0,476           | 0,821 |
| V11      | 0,838     | -0,726     | 0,240              | 0,554    | 0,476           | 0,895 |
| V12      | 0,627     | 0,434      | 0,240              | -0,242   | 0,476           | 0,850 |
| V13      | 1,187     | -0,729     | 0,240              | -0,125   | 0,476           | 0,871 |
| V14      | 0,812     | 0,828      | 0,240              | 0,128    | 0,476           | 0,851 |
| V15      | 1,213     | 0,168      | 0,240              | -0,998   | 0,476           | 0,875 |
| V16      | 0,953     | 0,409      | 0,240              | -0,496   | 0,476           | 0,884 |
| V17      | 0,750     | 0,472      | 0,240              | -0,282   | 0,476           | 0,886 |
| V18      | 1,248     | -0,099     | 0,240              | -0,924   | 0,476           | 0,899 |
| V19      | 1,106     | -0,242     | 0,240              | -0,628   | 0,476           | 0,794 |

Fonte: Dados da Pesquisa

A assimetria e a curtose auxiliam na compreensão da distribuição das respostas. A variável ‘Auditoria contábil é fundamental para garantir a transparência nas empresas’ apresenta uma alta assimetria positiva (3,135), sugerindo que a maioria dos respondentes concorda fortemente com a afirmação, enquanto alguns discordam, criando uma cauda longa na distribuição. A alta curtose (15,023) dessa variável indica que as respostas estão fortemente concentradas em torno da média, com poucos valores extremos (Aguilar, 2019). A variável ‘A auditoria contábil desempenha um papel relevante na detecção de fraudes’ apresenta assimetria positiva (1,512) e alta curtose (3,617), o que demonstra que muitos respondentes concordam com essa afirmativa, mas ainda há alguma dispersão de opiniões. Esse resultado pode refletir percepções distintas sobre esse aspecto específico da auditoria.

De maneira geral, a análise dos testes de normalidade revela que algumas variáveis apresentam

distribuições uniformes, enquanto outras demonstram uma alta concentração de respostas positivas, sugerindo um consenso sobre determinados aspectos da auditoria contábil. Esses padrões são essenciais para compreender como os alunos percebem a formação e os métodos de ensino em auditoria, permitindo identificar áreas onde a educação pode ser homogênea e outras que necessitam de adaptações para atender às diferentes expectativas dos estudantes (Hair *et al.*, 2014).

Variáveis com valores de assimetria superiores a 2 e/ou valores de curtose superiores a 7 são geralmente consideradas problemáticas. No presente caso, as variáveis relacionadas à transparência nas empresas, à detecção de fraudes e à adequação dos recursos disponíveis para o estudo da auditoria apresentam valores extremos tanto em assimetria quanto em curtose, indicando uma distribuição anormal. Dessa forma, essas variáveis devem ser excluídas para garantir uma correlação equilibrada entre as demais. Com isso, 16 variáveis são consideradas adequadas para a realização da Análise Fatorial Exploratória (AFE), com base nos critérios de variância, assimetria e curtose (Vinhas; Laros, 2018).

Na Tabela 3, apresentam-se os testes de normalidade com as 16 variáveis selecionadas para a realização da AFE.

| Tabela 3 – Teste de Normalidade                       |                     |         |
|---|---------------------|---------|
| Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem. |                     | 0,865   |
| Teste de esfericidade de Bartlett                     | Aprox. Qui-quadrado | 821,285 |
|   | gl                  | 136     |
|   | Sig.                | 0,000   |
| Alfa Cronbach   | 16 itens            | 0,897   |

Fonte: Dados da Pesquisa

Para entender a adequação dos dados para a AFE, é essencial realizar testes que determinem se a amostra e as variáveis são apropriadas para essa análise. Primeiramente, a Medida *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) de adequação da amostragem é um teste que verifica se os dados são adequados para a AFE. O valor obtido foi 0,865, o que é considerado muito bom, indicando que a amostra é suficientemente adequada e que as variáveis possuem correlações parciais elevadas, sendo apropriadas para a AFE.

Em seguida, o teste de esfericidade de Bartlett foi utilizado para verificar a hipótese de que a matriz de correlação é uma matriz identidade, ou seja, que as variáveis não são correlacionadas. O resultado aproximado do qui-quadrado foi 821,285, com 136 graus de liberdade e um nível de significância de 0,000. Esse resultado é estatisticamente significativo, o que permite rejeitar a hipótese nula de que as variáveis não são correlacionadas. Em outras palavras, as correlações entre as variáveis são suficientemente para justificar a realização da AFE (Matos; Rodrigues, 2019).

O Alfa de Cronbach é uma medida de consistência interna, utilizada para verificar a confiabilidade das variáveis empregadas no estudo. O valor obtido foi 0,897, indicando um excelente nível de consistência interna, sugerindo que as variáveis são correlacionadas entre si e medem de maneira confiável o mesmo constructo subjacente. Esses testes, em conjunto, demonstram que os dados são apropriados para a AFE, fornecendo uma base para a interpretação dos fatores latentes subjacentes às variáveis estudadas (Hair *et al.*, 2014).

A análise da variância total explicada na AFE destacou que três componentes principais foram identificados, explicando juntos 59,294% da variância total dos dados. O primeiro componente capturou 40,872% da variância inicial, o segundo 10,837% e o terceiro 7,585%. Após a rotação, a variância foi redistribuída, com o primeiro componente explicando 23,688%, o segundo 20,783% e o terceiro 14,823%. Esses resultados indicam que esses três fatores preservam a maior parte da informação original dos dados.

Além disso, as variáveis apresentaram cargas fatoriais elevadas nos componentes identificados, facilitando a interpretação e evidenciando a correlação entre as variáveis e os fatores subjacentes (Ma-

**Tabela 4 – Comunalidades e Fatores de AFE**

| Variáveis | Comunalidades | Fator 1 | Fator 2 | Fator 3 |
|-----------|---------------|---------|---------|---------|
| 2         | ,602          |         | ,720    |         |
| 3         | ,495          |         |         | ,678    |
| 4         | ,629          | ,721    |         |         |
| 6         | ,516          |         | ,528    |         |
| 7         | ,591          | ,712    |         |         |
| 8         | ,471          |         |         | ,658    |
| 9         | ,691          |         | ,826    |         |
| 11        | ,549          |         | ,677    |         |
| 12        | ,471          |         |         | ,633    |
| 13        | ,728          |         | ,801    |         |
| 14        | ,739          | ,847    |         |         |
| 15        | ,580          |         | ,560    |         |
| 16        | ,700          | ,735    |         |         |
| 17        | ,621          | ,743    |         |         |
| 18        | ,634          |         | ,554    |         |
| 19        | ,656          |         |         | ,745    |

Fonte: Dados da Pesquisa

Com base na Tabela 4, que apresenta o resultado da AFE, foi possível identificar fatores subjacentes que explicam a variação e as correlações entre as variáveis observadas. Cada variável foi associada a um ou mais fatores, com base em suas cargas fatoriais ou comunalidades. A rotação realizada na análise estabeleceu o agrupamento das variáveis em três fatores (Hair *et al.*, 2014), os quais são descritos a seguir.

O Fator 1, denominado ‘Conhecimento e Compreensão das Normas de Auditoria’, agrupa as variáveis relacionadas ao entendimento e à clareza das legislações e práticas contábeis abordadas na disciplina. Esse fator inclui variáveis como os métodos de ensino utilizados nas disciplinas de auditoria (0,721), a apresentação interessante da disciplina pelos professores (0,712), a explicação clara da legislação relacionada à auditoria durante as aulas (0,847), a justiça e o reflexo do verdadeiro entendimento da disciplina nas avaliações (0,735) e a atualização frequente do conteúdo para refletir as mudanças no mercado (0,743). Esses aspectos ressaltam uma abordagem pedagógica transparente para garantir a eficácia do ensino da auditoria contábil.

O Fator 2, denominado ‘Adequação do Currículo e Práticas de Auditoria’, destaca a percepção dos estudantes sobre a adequação do tempo e do conteúdo dedicado à disciplina. Entre as variáveis incluídas nesse fator estão a preparação efetiva para o mercado de trabalho (0,720), a integração entre teoria e prática (0,528), a carga horária suficiente para o entendimento completo da matéria (0,826), a experiência prática durante o curso (0,677), a interação frequente e enriquecedora com profissionais de auditoria (0,801), a discussão de casos práticos para compreender a realidade do mercado (0,560) e a profundidade das discussões em sala de aula (0,554). Esse fator enfatiza a necessidade de um currículo bem estruturado, que equilibre teoria e prática, garantindo que os estudantes estejam preparados para os desafios do mercado de trabalho.

O Fator 3, denominado ‘Engajamento e Perspectivas de Carreira na Auditoria’, agrupa as variáveis que refletem o interesse e a confiança dos estudantes em seguir uma carreira na área de auditoria. Esse fator inclui a confiança para trabalhar com auditoria contábil após a graduação (0,678), a percep-

ção do potencial de crescimento profissional na área de auditoria contábil (0,658), a aplicabilidade dos conceitos de auditoria no contexto atual das empresas (0,633) e a motivação e o preparo para seguir carreira na área de auditoria (0,745). Esses resultados evidenciam a necessidade de estimular e manter o interesse dos estudantes pela auditoria contábil, bem como alinhar o ensino com as expectativas e exigências do mercado profissional.

Esses três fatores fornecem uma visão abrangente sobre como diferentes aspectos da disciplina de auditoria são percebidos pelos estudantes e destacam áreas-chave passíveis de aprimoramento para aumentar a eficácia do ensino e a preparação profissional dos futuros auditores.

## Análise Fatorial entre blocos

A análise de blocos é uma técnica estatística utilizada para examinar dados organizados em diferentes grupos. Essa abordagem facilita a compreensão das relações tanto em cada grupo quanto entre eles, reduzindo a complexidade dos dados e destacando os principais fatores que explicam as variações observadas. Dessa forma, a análise de blocos permite explorar as conexões entre os grupos, investigando a variação comum entre eles e revelando a estrutura subjacente em conjuntos de dados complexos e multivariados, coletados sob diferentes condições ou entre distintos grupos.

Na Tabela 5, o Fator 1 foi analisado detalhadamente, proporcionando uma visão sobre sua composição e as relações entre as variáveis associadas.

**Tabela 5 – Conhecimento e Compreensão das Normas de Auditoria (F1)**

| Fator 1  | Variáveis | Comunalidades | Carga fatorial |
|--|-----------|---------------|----------------|
| Conhecimento e Compreensão das Normas de Auditoria | 4         | 0,629         | 0,721          |
|  | 7         | 0,591         | 0,712          |
|  | 14        | 0,739         | 0,847          |
|  | 16        | 0,700         | 0,735          |
|  | 17        | 0,621         | 0,743          |

Fonte: Dados da Pesquisa

Para compreender as percepções dos alunos sobre auditoria contábil, é possível explorar cinco variáveis que refletem suas opiniões sobre diferentes aspectos do ensino e aplicação da auditoria.

No que se refere aos métodos de ensino utilizados nas disciplinas de auditoria, conforme a Variável 4 (os métodos de ensino utilizados nas disciplinas de auditoria são eficazes), os alunos apresentam opiniões diversas. A eficácia dos métodos de ensino é essencial para o aprendizado, e a literatura sugere que abordagens interativas, como discussões em grupo e estudos de caso, são eficazes do que palestras tradicionais. No entanto, alguns alunos podem sentir que esses métodos nem sempre são bem implementados ou que falta inovação na abordagem didática. As dificuldades podem incluir a adaptação dos professores a novas metodologias pedagógicas e a necessidade de recursos adequados para essas práticas interativas (Silva *et al.*, 2023; Leite; Melo; Silva, 2023).

Em relação à Variável 7 (a disciplina de auditoria é apresentada de forma interessante pelos professores), os alunos tendem a valorizar a capacidade dos professores de tornar o conteúdo atrativo. Evidencia-se que o engajamento dos alunos está diretamente relacionado à forma como o material é apresentado. Professores que utilizam exemplos práticos, histórias envolventes e técnicas de ensino dinâmicas geralmente conseguem captar a atenção dos estudantes. No entanto, a variação na experiência e habilidade dos professores pode impactar essa percepção, levando alguns alunos a sentirem que a apresentação do material poderia ser cativante (Jimenez; Narvaez; Jarquín, 2023).

No que diz respeito à legislação aplicada à auditoria, conforme a Variável 14 (a legislação relacionada à auditoria é claramente explicada durante as aulas), os alunos reconhecem a necessidade de compreender a legislação para sua formação, ressalta-se a necessidade de uma educação clara e detalhada sobre as normas e regulamentos que regem a auditoria. Entretanto, a complexidade da legislação e a densidade do material podem tornar essa tarefa desafiadora tanto para alunos quanto para professores. Assim, explicações claras e o uso de exemplos práticos são fundamentais para facilitar essa compreensão (Eduardo *et al.*, 2023; Delgado; Moreira, 2024).

A justiça das avaliações é outro aspecto relevante, conforme a Variável 16 (as avaliações em auditoria são justas e refletem meu verdadeiro entendimento da disciplina). Os alunos esperam que as avaliações estabeleçam de maneira precisa seu conhecimento e habilidades adquiridas. A literatura educacional destaca que avaliações bem elaboradas devem refletir o conteúdo ensinado e os objetivos de aprendizagem do curso. No entanto, podem surgir desafios se as avaliações não estiverem alinhadas com os conteúdos ministrados ou se não considerarem diferentes estilos de aprendizagem. Assim, avaliações justas e transparentes são para garantir que os alunos se sintam reconhecidos por seus esforços acadêmicos (Leite; Melo; Silva, 2023).

Por fim, a atualização do conteúdo de auditoria contábil para acompanhar as mudanças no mercado, conforme a Variável 17 (o conteúdo de auditoria contábil é atualizado frequentemente para refletir as mudanças no mercado), reflete a necessidade dos alunos de se manterem atualizados com as práticas e normas recentes. A literatura enfatiza a relevância de currículos dinâmicos, que evoluem conforme as exigências do mercado de trabalho, preparando adequadamente os futuros profissionais. Entretanto, a rápida evolução do setor de auditoria pode representar um desafio para as instituições de ensino, que precisam adaptar seus programas constantemente. Garantir que o material de ensino esteja sempre atualizado exige um esforço contínuo dos educadores (Oliveira; Santos; Acuna, 2023).

Em suma, as percepções dos discentes sobre auditoria contábil nessas variáveis indicam métodos de ensino eficazes, apresentações envolventes, clareza na explicação da legislação, avaliações justas e conteúdo atualizado. Esses fatores são essenciais para uma educação de qualidade que prepare os alunos para os desafios do mercado de trabalho na área de auditoria. Na sequência, passa-se à análise do Fator 2, conforme Tabela 6.

**Tabela 6 - Adequação do Currículo e Práticas de Auditoria (F2)**

| Fator 2  | Variáveis | Comunalidades | Carga Fatorial |
|--|-----------|---------------|----------------|
| Adequação do Currículo e Práticas de Auditoria | 2         | 0,602         | 0,720          |
|  | 6         | 0,516         | 0,528          |
|  | 9         | 0,691         | 0,826          |
|  | 11        | 0,549         | 0,677          |
|  | 13        | 0,728         | 0,801          |
|  | 15        | 0,580         | 0,560          |
|  | 18        | 0,634         | 0,554          |

Fonte: Dados da Pesquisa

No Fator 2, analisam-se as variáveis correlacionadas a adequação do currículo e práticas de auditoria. Em relação à Variável 02 (a formação que recebo em auditoria na instituição me prepara efetivamente para o mercado de trabalho), os alunos avaliam que essa preparação é essencial para seu desenvolvimento profissional. Assim, torna-se necessário um currículo que equilibre teoria e prática, proporcionando uma formação abrangente que inclua estudos de caso, estágios e simulações práticas. No entanto, os alunos frequentemente percebem uma desconexão entre o conteúdo acadêmico e as exigências reais do mercado de trabalho. Para que a preparação seja efetiva, as instituições devem manter um diálogo constante com o setor empresarial e atualizar seus programas conforme as necessidades do mercado (Sousa; Silva; Morais, 2023).

No estudo de Ricardino (2002), observou-se que as empresas focam em garantir que os aprendizes alcancem um desempenho satisfatório em um curto período. Em contraste, o ensino acadêmico da disciplina de Auditoria mostrou-se limitado em termos de programação, enquanto o processo de treinamento nas empresas revelou-se eficaz para inserir os aprendizes imediatamente no campo profissional.

A variável 06 (há uma boa integração entre teoria e prática nas aulas de auditoria) representa a percepção dos estudantes sobre a aplicação prática dos conceitos teóricos. A incorporação de atividades como projetos e exercícios de simulação contribui para o fortalecimento do aprendizado, permitindo que os alunos utilizem os conhecimentos adquiridos em cenários reais. A possibilidade de colocar a teoria em prática facilita a assimilação do conteúdo e auxilia na preparação para os desafios profissionais. Entretanto, quando os conceitos são abordados de forma isolada, sem uma conexão direta com a prática, podem surgir dificuldades na compreensão e na aplicação do conhecimento, tornando o aprendizado menos dinâmico (Cirico; Telles; Costa, 2023).

Sobre a Variável 09 (a carga horária dedicada à auditoria é suficiente para o entendimento completo da matéria), os alunos destacam a necessidade de um tempo adequado para abordar todos os aspectos da disciplina. Trindade *et al.* (2023) afirmam que a carga horária deve ser suficiente para permitir discussões, prática e revisão. No entanto, alguns alunos percebem que o tempo dedicado à auditoria é insuficiente, especialmente quando o currículo é muito denso ou as aulas são excessivamente teóricas, sem espaço para atividades práticas.

A Variável 11 (a experiência prática durante o curso é suficiente para entender os desafios da auditoria contábil) revela que os alunos frequentemente valorizam experiências práticas, que os ajudam a enfrentar desafios reais. Estágios, projetos de campo e parcerias com empresas são métodos eficazes para proporcionar essa experiência. A literatura ressalta que essas oportunidades são essenciais para o desenvolvimento de competências profissionais. No entanto, as dificuldades surgem quando há poucas oportunidades práticas ou quando essas experiências não são bem estruturadas, deixando os estudantes com uma visão incompleta dos desafios profissionais (Carozzo *et al.*, 2020; Sousa; Silva; Moraes, 2023).

Fica evidente que, além de um ensino teórico sólido em auditoria nos cursos de Ciências Contábeis, a experiência prática e a adaptação do currículo às exigências do mercado de trabalho são tão necessários quanto o conteúdo e a metodologia de ensino, facilitando a inserção dos estudantes no mercado profissional (Bianchi; Venturini; Machado, 2019).

A Variável 13 (a interação com profissionais de auditoria durante o curso é frequente e enriquecedora) aborda o contato direto com profissionais da área. Os alunos beneficiam-se de palestras, workshops e mentorias conduzidas por especialistas, pois esses eventos oferecem percepções atualizadas sobre a prática da auditoria. Chaise e Elliot (2023) destacam que essa interação pode inspirar os alunos e proporcionar redes de contatos essenciais para suas carreiras.

No entanto, essa interação pode enfrentar restrições devido à disponibilidade dos profissionais e à estrutura das instituições de ensino. Silva (2008), ao analisar a relação entre IES e Auditores Independentes, identificou um consenso sobre oferecer experiências práticas aos alunos ao longo da graduação. Métodos de ensino que extrapolam o ambiente tradicional de sala de aula tornam-se relevantes, contribuindo para a formação de contadores preparados para os desafios do mercado de trabalho.

Sobre a Variável 15 (os casos práticos discutidos em aula ajudam a compreender a realidade do mercado de auditoria), os alunos tendem a considerar esses casos essenciais para a conexão entre teoria e prática. Carraro, Theodoro e Pinto (2023) observam que o uso de estudos de caso pode ajudar no entendimento de como aplicar conceitos teóricos em situações reais. No entanto, a efetividade desses casos depende da relevância e da atualidade dos exemplos utilizados. Se os casos apresentados não refletem as realidades e desafios atuais do mercado, os alunos podem ter dificuldades para relacioná-los à prática profissional.

A percepção de que ‘as discussões em sala de aula sobre auditoria são profundas e estimulam o pensamento crítico’ (Variável 18) está relacionada ao desenvolvimento de habilidades analíticas e reflexivas. Mury (2022) ressalta que debates estruturados e argumentações embasadas são estratégias que favorecem a capacidade dos alunos de analisar cenários complexos e solucionar problemas. No campo da auditoria, essas competências são essenciais, pois a interpretação e a avaliação de informações fazem parte da rotina profissional. No entanto, dificuldades podem surgir quando as discussões não são conduzidas de forma a incentivar a participação ativa dos estudantes ou quando não exploram temas de maneira aprofundada.

Os estudantes de Ciências Contábeis reconhecem a relevância da auditoria para sua formação profissional e preferem um currículo que equilibre teoria e prática. Métodos como estudos de caso, estágios e atividades simuladas oferecem uma preparação abrangente. No entanto, percebem desafios quando há um distanciamento entre o ensino acadêmico e as demandas do mercado. Para atender às exigências profissionais, as IES devem manter diálogo com o setor empresarial e atualizar seus programas. A seguir, inicia-se a análise do Fator 3, conforme apresentado na Tabela 7.

**Tabela 7 - Engajamento e Perspectivas de Carreira na Auditoria**

| Fator 3   | Variáveis | Comunalidades | Carga    |
|---|-----------|---------------|----------|
|   |           |               | Fatorial |
| Engajamento e Perspectivas de Carreira na Auditoria | 3         | 0,495         | 0,678    |
|   | 8         | 0,471         | 0,658    |
|   | 12        | 0,471         | 0,633    |
|   | 19        | 0,656         | 0,745    |

Fonte: Dados da Pesquisa

O Fator 3, ‘Engajamento e Perspectivas de Carreira na Auditoria’, reflete a motivação dos alunos em seguir a profissão e sua confiança na preparação oferecida pelo curso. A percepção de crescimento na área e a aplicabilidade dos conceitos de auditoria no contexto empresarial são aspectos fundamentais para despertar o interesse e a dedicação dos futuros auditores. Compreender esses elementos é essencial para ajustar o currículo e proporcionar uma formação que inspire e capacite os discentes para os desafios do mercado de trabalho (Silva *et al.*, 2023).

A Variável 03 (sinto-me confiante para trabalhar com auditoria contábil após concluir minha graduação) reflete a confiança dos alunos em sua preparação profissional. Segundo Jimenez, Narvaez e Jarquín (2023), a confiança dos alunos está diretamente relacionada à qualidade do ensino e à relevância dos conteúdos abordados durante o curso. Quando os alunos participam de atividades práticas, estudos de caso e simulações realistas, sentem-se preparados para enfrentar o mercado de trabalho.

No entanto, essa confiança pode ser fragilizada se houver uma desconexão entre o que é ensinado e as exigências reais do mercado, deixando os alunos inseguros sobre suas habilidades práticas. Comparando com o estudo de Bianchi, Venturini e Machado (2019), observa-se um resultado semelhante, em que os alunos de Ciências Contábeis não se sentem preparados para a área de auditoria ao concluir o curso, enfrentando dificuldades para ingressar no mercado de trabalho.

A Variável 08 (considero a auditoria contábil uma área com potencial de crescimento profissional) indica que os alunos, de forma geral, possuem uma visão otimista sobre as oportunidades na área de auditoria. Kruger *et al.* (2023) observam que a auditoria é percebida como uma carreira estável e em evolução, com oportunidades de crescimento impulsionadas pelas mudanças regulatórias e pelo aumento da demanda por transparência financeira. A percepção de um futuro promissor na auditoria motiva os alunos a se aprofundarem nos estudos e buscarem oportunidades de desenvolvimento profissional. No entanto, essa visão pode ser impactada por mudanças econômicas ou pela percepção de saturação

no mercado de trabalho.

Sobre a Variável 12 (sinto que os conceitos de auditoria são aplicáveis no contexto atual das empresas), os alunos avaliam a prática do conteúdo aprendido. A literatura enfatiza que a aplicação prática dos conceitos teóricos é essencial para preparar os alunos para o mercado de trabalho. Quando os conteúdos de auditoria estão alinhados com as práticas atuais e as necessidades das empresas, os alunos conseguem enxergar a utilidade imediata do aprendizado. As dificuldades surgem quando os currículos não são atualizados com frequência suficiente, tornando os conteúdos defasados em relação às mudanças no ambiente empresarial. Essa defasagem pode gerar uma sensação de que os conhecimentos adquiridos são pouco aplicáveis ou irrelevantes (Halik; Alberton, 2023).

A Variável 19 (me sinto motivado(a) e preparado(a) para seguir carreira na área de auditoria) reflete a motivação e a preparação geral dos alunos para ingressar no mercado de trabalho. Rosa e Zanetti (2023) observam que a motivação dos alunos é influenciada por diversos fatores, incluindo a qualidade do ensino, a relevância dos conteúdos, as oportunidades práticas e a interação com profissionais da área. Alunos motivados tendem a buscar estágios, participar de atividades extracurriculares e se envolver em projetos que ampliem sua experiência e desenvolvam suas habilidades. No entanto, a falta de apoio institucional, recursos inadequados ou experiências educacionais pouco estimulantes podem reduzir a motivação dos alunos, impactando sua preparação e entusiasmo para seguir carreira na auditoria.

Silva (2008), em seu estudo, constatou que, embora haja consenso sobre o semestre ideal para a oferta da disciplina de Auditoria, existem divergências quanto à disciplina pré-requisito. Enquanto os auditores acreditam que o pré-requisito deve ser Análise das Demonstrações Contábeis, nas IES é considerado Contabilidade de Custos. Além disso, há um consenso sobre a necessidade de proporcionar aos alunos uma experiência prática durante o curso, indo além das metodologias tradicionais de ensino em sala de aula. Essas conclusões reforçam a ideia de que as instituições de ensino devem preparar adequadamente os futuros contadores, oferecendo um ensino que combine teoria e prática para facilitar sua inserção no mercado de trabalho.

## Considerações finais:

Esta pesquisa buscou compreender a percepção dos estudantes de Ciências Contábeis sobre a auditoria contábil, analisando sua assimilação e impacto na formação acadêmica e na futura trajetória profissional. Para isso, foram aplicados questionários a alunos dos períodos finais do curso, possibilitando uma análise detalhada de suas perspectivas e experiências.

A pesquisa revelou percepções dos alunos em relação à auditoria contábil, identificando três fatores que influenciam essas percepções. Cada fator abordou diferentes aspectos do ensino e da aplicação prática da auditoria, proporcionando uma visão dos desafios e oportunidades na formação desses futuros profissionais.

O primeiro fator evidenciou a necessidade de tornar as legislações e práticas contábeis claras e atualizadas no contexto das aulas. Os estudantes demonstram preferência por métodos de ensino que tornem acessível a compreensão das normas que regulam a auditoria. A eficiência dessas abordagens foi observada na Variável 04 (os métodos de ensino utilizados nas disciplinas de auditoria são eficazes), na qual a maioria dos alunos avaliaram positivamente a forma como o conteúdo é apresentado, considerando-o envolvente e útil para o entendimento da legislação. Entretanto, a complexidade das normas ainda é percebida como um obstáculo, levando os estudantes a sugerirem o uso de exemplos práticos e explicações detalhadas para facilitar a assimilação do conteúdo.

O segundo fator revelou percepções sobre a adequação do tempo e do conteúdo dedicado à disciplina de auditoria. A Variável 02 (a formação que recebo em auditoria na instituição me prepara efetivamente para o mercado de trabalho) mostrou que os alunos possuem opiniões divergentes sobre a preparação oferecida. Embora muitos valorizem a integração entre teoria e prática, evidenciada pela Variável 06 (há uma boa integração entre teoria e prática nas aulas de auditoria), alguns sentiram que a carga horária e a experiência prática poderiam ser ampliadas. A interação com profissionais da área e a discussão de casos práticos foram apontadas como pontos positivos, mas os alunos manifestaram o desejo de tempo e recursos para aprofundar esses aspectos.

O terceiro fator abordou a motivação e o interesse dos alunos em seguir uma carreira na área de auditoria. A Variável 19 (me sinto motivado(a) e preparado(a) para seguir carreira na área de auditoria) indicou que os alunos estão entusiasmados com as oportunidades de crescimento profissional na auditoria contábil, conforme também evidenciado pela Variável 08 (considero a auditoria contábil uma área com potencial de crescimento profissional). No entanto, a confiança dos alunos em suas habilidades práticas, representada pela Variável 03 (sinto-me confiante para trabalhar com auditoria contábil após concluir minha graduação), ainda pode ser aprimorada por meio de oportunidades de prática e atualização constante dos conteúdos, garantindo que as demandas atuais do mercado sejam refletidas no ensino.

Os resultados da pesquisa mostram que, embora os estudantes reconheçam a relevância da auditoria contábil, ainda há aspectos a aprimorar para fortalecer sua confiança na área. Para isso, as IES devem investir em abordagens interativas, experiências práticas e currículos alinhados às exigências mercadológicas. Essas iniciativas são fundamentais para que os auditores desenvolvam as competências, atuem com segurança e promovam a transparência das informações financeiras nas organizações.

O estudo atingiu seu objetivo ao analisar a percepção dos alunos sobre a auditoria contábil, destacando metodologias de ensino eficazes, a necessidade de atividades práticas e a atualização dos conteúdos. Os achados permitiram identificar as expectativas e demandas dos estudantes, oferecendo subsídios para que educadores e IES aprimorem seus programas acadêmicos.

No campo acadêmico, a pesquisa aprofunda a compreensão sobre a percepção dos estudantes de Ciências Contábeis em relação à auditoria, contribuindo para a literatura e incentivando novos estudos e debates na área. Socialmente, destaca a relevância de uma formação contábil qualificada, essencial

**para a credibilidade das informações financeiras. Além disso, evidencia o papel dos auditores para a transparência e segurança no ambiente corporativo.**

**Do ponto de vista prático, a pesquisa sugere que as instituições de ensino superior adotem currículos dinâmicos e integrados, equilibrando teoria e prática de maneira eficaz. Também destaca a ampliação e a interação com profissionais da área por meio de palestras, workshops e estágios, preparando os alunos para os desafios do mercado.**

**Para estudos futuros, recomenda-se aprofundar a análise das experiências práticas dos estudantes durante a graduação, avaliando a eficácia de diferentes abordagens pedagógicas e o impacto do contato com profissionais. Além disso, é essencial investigar como o avanço das tecnologias digitais influencia o ensino da auditoria, identificando as novas competências necessárias para atender às demandas do mercado.**

## Referências:

AGUILAR, B. Diferencias en la estimación del coeficiente de curtosis en diferentes softwares estadísticos. *Revista E-Agronegócios, Texcoco*, v. 5, n. 2, p. 1-14, 2019. Instituto Tecnológico de Costa Rica. DOI: <http://dx.doi.org/10.18845/rea.v5i2.4456> Acesso em: 13 jun. 2024.

ARAGÃO, M. Auditoria e Controle na Administração Pública: Finalidades, Formas e Tipos e Normas de Auditoria. *Gran Cursos Online*, 2022. Disponível em: <https://encr.pw/YLIjY> Acesso em: 29 set. 2023.

ATTIE, W. Auditoria: conceitos e aplicações. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2018. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/auditoria-conceitos-e-aplicacoes-william-attie-2018-pdf-free.html> Acesso em: 29 set. 2023.

BIANCHI, Márcia *et al.* Percepção dos discentes do curso de Ciências Contábeis e da Especialização em Perícia e Auditoria acerca do ensino e do mercado de trabalho em Auditoria. *Revista Ambiente Contábil-UFRN*, v. 11, n. 2, p. 266-285, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/16529/11859> Acesso em: 29 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CES n. 0146/2002, de 3 de abril de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/14602DCEACTHSEMMDTD.pdf> Acesso em: 29 set. 2023.

CARAZAS, R. *et al.* Auditoría por teletrabajo y su influencia en la optimización de los servicios de auditoría externa. *ULEAM Bahía Magazine (UBM)*, n.4, v.7, p. 84-98, 2023. Disponível em: [https://revistas.uleam.edu.ec/index.php/uleam\\_bahia\\_magazine/article/view/371](https://revistas.uleam.edu.ec/index.php/uleam_bahia_magazine/article/view/371) Acesso em: 22 jan. 2024.

CARRARO, H.; THEODORO, R.; PINTO, S. Percepções Quanto ao Uso de Ferramentas Tecnológicas na Aprendizagem de Contabilidade. *EaD em Foco*, v. 12, n. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18264/eadf.v12i1.1611> Acesso em: 13 jun. 2024.

CARROZZO, S. *et al.* Reflexividade do exame de suficiência frente ao estabelecido pelo currículo mundial ONU/UNCTAD/ISAR e a eixos de competências requeridas dos profissionais da área contábil. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 17, n. 45, p. 82-99, 2020. Doi: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2020v17n45p82> Acesso em: 9 jun. 2024.

CHAISE, M.; ELLIOT, G. Avaliação da qualidade da Auditoria Estratégia Saúde da Família no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. *Revista Meta*, 2023. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/4589> Acesso em: 9 jun. 2024.

CÍRICO, J.; TELLES, S.; COSTA C. Demandas contemporâneas na educação contábil: uma investigação sobre a adequação das ementas curriculares das disciplinas de tecnologia em contabilidade às demandas de mercado no Brasil, Estados Unidos e Portugal. *Revista Mineira de Contabilidade*, v. 24, n. 2, p. 36-47, 2023. DOI: <https://doi.org/10.51320/rmc.v24i2.1429> Acesso em: 9 jun. 2024.

CREPALDI, S. A. Contabilidade-Auditoria: Origem, evolução e Desenvolvimento da auditoria. *Revista Contábil & Empresarial Fiscolegis*, v. 26, 2006.

CREPALDI, S. A. CREPALDI. Auditoria Contábil: Teoria e Prática. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

DELGADO, F.; MOREIRA, G. Bolívia-alguns aspectos de convergência ao processo de harmonização às normas internacionais de contabilidade. *Revista Foco*, v. 17, n. 5, 2024. Doi; [https://doi.org/ 10.54751/revistafoco.v17n5-055](https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n5-055) Acesso em: 9 jun. 2024.

EDUARDO, S. *et al.* A percepção de relevância da auditoria independente em micro e pequenas empresas no Vale do Ivinhema-MS. *Peer Review*, v. 5, n. 5, p. 104-121, 2023. DOI: <https://doi.org/10.53660/285.prw610> Acesso em: 9 jun. 2024.

FERNANDES, C. *et al.* Caminhando pela estrada imperial de Mangaratiba: evidências de atividades de auditoria contábil no Brasil em 1861. *ConTexto*, v. 23, p. 37-51, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/136097>. Acesso em: 23 abr. 2024.

GIL, C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf> Acesso em: 29 set. 2023.

HAIR, J. *et al.* *A Primer on Partial Least Squares Structural Equation Modeling (PLS-SEM)*. Thousand Oaks: Sage Publications, Inc. 328 p. 2014. Acesso em: 13 jun. 2024.

HALIK, R.; ALBERTON, L. Determinantes das assimetrias na remuneração dos auditores externos privados e públicos. *Contribuciones a las ciencias sociales*, v. 16, n. 7, p. 5769-5789, 2023. Doi: <https://doi.org/10.55905/rev-conv.16n.7-090> Acesso em: 13 jun. 2024.

JIMÉNEZ, G.; NARVÁEZ, N.; JARQUÍN, J. A contabilidade pública e as normas internacionais de auditoria (NIA): El contador público y las normas Internacionales de auditoria (NIA). *Brazilian Journal of Business*, v. 5, n. 1, p. 134-157, 2023. Doi: <https://doi.org/10.34140/bjbv5n1-008> Acesso em: 9 jun. 2024.

KRÜGER, C. *et al.* Determinantes da intenção em seguir a carreira na contabilidade: Uma análise à luz da teoria do comportamento planejado. *SINERGIA-Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis*, v. 27, n. 1, p. 141-158, 2023. Doi: <https://doi.org/10.17648/2236-7608-v27n1-14971> Acesso em: 13 jun. 2024.

LEITE, L.; MELO, G.; SILVA, R. A auditoria interna como ferramenta para a tomada de decisões nas organizações. *Revista de Administração e Contabilidade da FAT*, v. 13, n. 1, 2023. Disponível em: <https://www.reacfat.com.br/index.php/reac/article/view/251> Acesso em: 13 jun. 2024

LIMA, J. *et al.* Auditoria externa nas entidades do terceiro setor: análise da percepção dos discentes do curso de ciências contábeis e gestores dessas organizações. *ConTexto*, v. 22, n. 50, p. 34-47, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/119909/84782> Acesso em: 21 jan. 2024.

MAIA, B. *et al.* Disciplinas tecnológicas evidenciadas nas matrizes curriculares do curso de contabilidade de IES do Ceará. *GeSec: Revista de Gestão e Secretariado*, v. 14, n. 9, p. 15779-15799, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2836/1623> Acesso em: 19 abr. 2024.

MALAQUIAS, F.; JUNIOR, A. Instrumentos Financeiros: Aderência dos Currículos dos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis aos Pronunciamentos Técnicos do

CPC. *Pensar Contábil*, v. 24, n. 85, 2023. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/view/3967/2813> Acesso em: 19 abr. 2024.

MATOS, S.; RODRIGUES, C. Análise Fatorial. Brasília: Enap. 74 p. 2019. Disponível em: <https://11nk.dev/mthu2> Acesso em: 4 de jun. 2024

MURY, M. Avaliando desigualdade por meio da auditoria operacional: Um estudo de caso na área da educação sob a ótica da equidade. Revista Simetria do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, v. 1, n. 9, p. 164-179, 2022. Doi: <https://doi.org/10.61681/revistasimetria.v1i9.117> Acesso em: 4 de jun. 2024

OLIVEIRA, F.; SANTOS, L.; ACUNA, B. Inconsistências na Petrobras e sua relação com os testes de auditoria. Management Journal, v. 5, n. 1, p. 23-38, 2023. Doi: <https://doi.org/10.6008/CBPC2674-6417.2023.001.0003> Acesso em: 4 de jun. 2024

PRANGUTTI, A. Fraudes Contábeis: percepção dos alunos de ciências contábeis sob a ótica da auditoria. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) Universidade de Caxias do Sul, Caxias Do Sul, RS, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/12337/TCC%20Augusto%20Prangutti.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 29 set. 2023.

RAUPP, M.; BEUREN, M. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 2006. Disponível em: [https://www.geocities.ws/cienciascontabeisfecea/estagio/Cap\\_3\\_Como\\_Elaborar.pdf](https://www.geocities.ws/cienciascontabeisfecea/estagio/Cap_3_Como_Elaborar.pdf) Acesso em: 19 out. 2023.

RICARDINO, Á.; CARVALHO, N. Auditoria: ensino acadêmico X treinamento profissional. 2002. Tese de Doutorado (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Contabilidade e Atuária) - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2002. Disponível em: <https://www.sindcontsp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/3d3b7e07d6dd5daf714e6301683f2e2c.pdf> Acesso em: 29 set. 2023.

RICHARDSON, J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034822/mod\\_resource/content/1/Texto%20-%20Pesquisa%20social.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034822/mod_resource/content/1/Texto%20-%20Pesquisa%20social.pdf) Acesso em: 29 set. 2023.

ROSA, W.; ZANETTI, C. Estresse ocupacional dos auditores independentes na ótica do inventário de sintomas de stress (ISSL) DE LIPP (2000). JAMES-Journal of Accounting Management Economics and Sustainability, v. 1, n. 2, 2023. Disponível em: <https://periodicojames.com.br/index.php/james/article/view/17> Acesso em: 11 jun. 2024

SÁ, A. L. Curso de Auditoria. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SAMMOUR, R.; CINTRA, B. Auditoria externa X interna: Funções e Diferenças. Revista de Estudos Interdisciplinares do Vale do Araguaia-REIVA, v. 2, n. 02, p. 14-14, 2019. Disponível em: <https://reiva.unifaj.edu.br/reiva/article/view/85/67> Acesso em: 29 set. 2023.

SANTOS, F.; OLIVEIRA, S.; GALVÃO, N. M. Percepção dos estudantes sobre a monitoria no processo de aprendizagem: um estudo no curso de ciências contábeis. Criar Educação, v. 12, n. 1, p. 264-276, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/view/7993/6630> Acesso em: 20 abr. 2024.

SILVA, A. A percepção dos profissionais de auditoria quanto ao ensino de auditoria contábil nos cursos de graduação em Ciências Contábeis do Brasil. 2008. Dissertação (Mestrado, Programa Multiinstitucional e Inter-Regional em Ciências Contábeis) - UNB, UFPB, 2008. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/>

bitstream/10482/4875/1/2008\_AmiltonPaulinoSilva.pdf Acesso em: 29 set. 2023.

SILVA, B. *et al.* Avaliações de carreira: o exame de suficiência em Contabilidade e os conteúdos com os mais baixos índices de acertos. *Revista de Carreiras e Pessoas*, v. 14, n. 1, p. 99-117, 2024. Doi: <https://doi.org/10.23925/recape.v14i1.64419> Acesso em: 4 de jun. 2024

SILVA, G. *et al.* Análise dos pareceres de auditoria contábil sob enfoque das demonstrações contábeis a partir da adoção das IFRS no Brasil. *Revista de Gestão e Secretariado*, v. 14, n. 5, p. 8523-8539, 2023. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i5.2225> Acesso em: 4 de jun. 2024

SILVA, Q. Auditoria Interna: estudo sobre a percepção dos alunos do Curso de Ciências Contábeis da UEPB – Campus VI – Monteiro/PB. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual Da Paraíba, Monteiro, PB, 2016. Disponível Em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/13927/1/PDF%20-%20Darllan%20Queiroz%20da%20Silva.pdf> Acesso em: 29 set. 2023

SOUSA, R.; SILVA, T.; MORAIS, M. Matrizes curriculares de contabilidade nas universidades públicas Norte-rio-grandenses e o Currículo Mundial. *GeSec*, v. 14, n. 3, 2023. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i3.1875> Acesso em: 4 de jun. 2024

STEIGLEDER, L.; PEREIRA, P. A contabilidade e o mercado de trabalho: o perfil de empregabilidade profissional dos egressos do curso de ciências contábeis da FACCAT. *Revista Eletrônica de Ciências Contábeis*, v. 12, n. 2, p. 1-30, 2023. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/contabeis/article/view/2831> Acesso em: 14 abr. 2024.

TRINDADE, L. *et al.* O nível de paridade entre o Currículo Mundial de Contabilidade e a matriz curricular do curso de Ciências Contábeis das principais Instituições de Ensino Superior do município de Feira de Santana-Ba. *Revista de Administração e Contabilidade da FAT*, v. 15, n. 1, p. 96-111, 2023. Disponível em: <https://www.reacfat.com.br/index.php/reac/article/view/280> Acesso em: 20 abr. 2024.

VASCONCELOS, K. *et al.* A influência do currículo acadêmico de ciências contábeis na formação de contabilistas digitais. *Cadernos da FUCAMP*, v. 22, n. 55, p.103-124, 2023. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2944> Acesso em: 19 abr. 2024.

VINHA, L.; LAROS, J. Dados ausentes em avaliações educacionais: comparação de métodos de tratamento. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 29, n. 70, p. 156-187, 2018. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/3916/3560>. Acesso em 5 jun. 2024.

# Capítulo IV

## PERÍCIA CONTÁBIL: A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

*ACCOUNTING EXPERTISE: THE PERCEPTION OF ACCOUNTING*

*STUDENTS*

*Autores: Jhonata do Nascimento Silva<sup>16</sup>; Sérgio Luiz Pedrosa Silva<sup>17</sup>; Wênyka Preston Leite Batista da Costa<sup>18</sup>; Jandeson Dantas da Silva<sup>19</sup>; Camila Karen Alves pedrosa<sup>20</sup>*

16 Bacharel em Ciências Contábeis pela UERN.

17 Doutor em Geografia Econômica pela UFPE. Professor do Departamento de Ciências Contábeis pela UERN.

18 Pós Doutorado em Ciências Contábeis pela UNISINOS-PR. Professora do curso de Ciências Contábeis pela UERN.

19 Doutor em Ciências Contábeis pela UNISINOS-PR. Professor do curso de Ciências Contábeis da UERN.

20 Bacharel em Ciências Contábeis pela UFRSA, mestranda em Administração pela UFRSA

## Resumo:

A pesquisa teve como objetivo evidenciar a percepção dos discentes sobre a disciplina Perícia Contábil e a função do perito contador no curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da UERN, campus central. O estudo, de caráter transversal, foi realizado ao longo de três meses, e os dados foram coletados por meio de um questionário eletrônico aplicado aos alunos do 8º ao 10º período do curso de Ciências Contábeis. Os principais achados indicam que a maioria dos participantes afirmou ter recebido uma formação adequada na graduação, com metodologia e domínio de conteúdo por parte dos docentes. No entanto, evidenciaram conhecimento relativo sobre essa área, o que faz com que boa parte dos alunos não tenha interesse em seguir a carreira de perito, por não se sentirem seguros para atuar. Além disso, apontaram a falta de incentivos durante o curso para despertar o interesse nessa linha de atuação. Ainda assim, consideram a possibilidade de se especializarem e trabalharem como peritos contábeis. Este estudo contribui para tornar evidente o ramo da perícia contábil, fomentando o desenvolvimento acadêmico nessa área. Sugere-se que pesquisas semelhantes sejam realizadas em outras universidades públicas e privadas, a fim de comparar possíveis semelhanças e divergências em relação a este estudo, podendo, ainda, ser aplicadas a profissionais peritos de diferentes regiões do país.

**Palavras-chave:** Perícia. Perito. Litígio. Magistrado.

### *Abstract*

*The research aimed to highlight students' perception of the Forensic Accounting course and the role of the forensic accountant in the Accounting Sciences program at the Faculty of Economic Sciences of UERN, central campus. The study, of a cross-sectional nature, was conducted over three months, and data were collected through an electronic questionnaire applied to students from the 8th to the 10th semester of the Accounting Sciences program. The main findings indicate that most participants stated they had received adequate training during their undergraduate studies, with appropriate methodology and content mastery by professors. However, they demonstrated only a relative understanding of this field, which leads a significant portion of students to lack interest in pursuing a career as a forensic accountant due to a lack of confidence in their ability to perform in the role. Additionally, they pointed out the lack of incentives during the course to stimulate interest in this career path. Despite these challenges, some students consider the possibility of specializing and working as forensic accountants. This study contributes to increasing awareness of the forensic accounting field, fostering academic development in this area. It is suggested that similar research be conducted in other public and private universities to compare potential similarities and differences in relation to this study. Moreover, this research approach could be extended to forensic accounting professionals from different regions of the country to provide broader insights into the field.*

**Keywords:** Expertise. Expert. Litigation. Magistrate.

## **Introdução:**

A Contabilidade, uma das ciências antigas da história, desenvolveu-se a partir da necessidade de as pessoas administrarem seus bens e suas ações na gestão patrimonial. Por meio de uma variedade de teorias e técnicas, a contabilidade divide-se em diferentes áreas, considerando as necessidades dos usuários, evoluindo de uma simples ferramenta de manutenção de registros para um instrumento de gestão (Bandeira, 2022; Brito, 2022).

Dentro da Contabilidade, há subdivisões além daquelas voltadas ao controle do patrimônio, com áreas de estudo e atuação específicas, como é o caso da perícia contábil. Dessa forma, o foco de discussão deste trabalho será a perícia contábil (Oliveira Morais *et al.*, 2022).

A perícia contábil é um ramo da Contabilidade que apoia o Judiciário na condução de processos, fornecendo subsídios técnicos para a tomada de decisões. Para isso, aplica princípios contábeis, técnicas de investigação e provas periciais, resultando em um documento técnico que formaliza a análise do perito: o laudo pericial (Aizia *et al.*, 2021).

O perito contador desempenha um papel relevante na solução de disputas que exigem conhecimento técnico específico, sobrepujando a competência do advogado e do magistrado. Dessa forma, é fundamental que esse profissional compreenda a responsabilidade do seu trabalho e sua contribuição para a resolução de conflitos, em âmbito judicial e extrajudicial. Por esse motivo, é necessário que os estudantes adquiram, ao longo da graduação, a capacitação adequada para exercer essa função com segurança e precisão (Barros Neto *et al.*, 2021; Brito, 2022).

Pesquisas anteriores, como a de Aizia *et al.* (2021), concluíram que a perícia contábil é um meio adequado para apurar a veracidade dos fatos, corrigir contradições e esclarecer questões no âmbito da persecução judicial, sendo, portanto, um instrumento de prestação de contas. Já Vitto *et al.* (2020) reconhecem a necessidade de profissionais qualificados, pois, à medida que o mundo evolui e as demandas se tornam complexas, é imprescindível contar com especialistas capacitados para atender a essas exigências.

Nesse sentido, Andrade *et al.* (2022) afirmam que, devido à falta de conhecimento técnico dos juízes sobre determinados aspectos processuais, os profissionais contábeis devem estar sempre atualizados em relação às mudanças tecnológicas, normativas e legislativas. Dessa forma, poderão agir com justiça e ética para garantir a igualdade no processo judicial.

Segundo Henrique *et al.* (2022), a justificativa para esta pesquisa reside nos avanços contínuos da perícia contábil, que criam a necessidade de compreender esse campo de estudo e seu impacto sobre os profissionais, magistrados, assistentes técnicos e demais envolvidos no auxílio às demandas judiciais. A percepção dos discentes sobre essa área do conhecimento é fundamental para seu aprimoramento.

Na busca por compreender essas percepções, destacam-se estudos nacionais de França e Barbosa (2015), Martins, Medeiros e Araújo (2017), Oliveira e Martins (2020), Marinho, Brito, Noronha e Macêdo (2020), Barros Neto *et al.* (2021), Batista *et al.* (2022), Henrique *et al.* (2022), Brito (2022), Oliveira Morais *et al.* (2022) e Silva, Araújo *et al.* (2022), entre outros. Essas pesquisas analisaram a percepção dos discentes em relação a essa área de atuação da Contabilidade.

A percepção dos discentes sobre a perícia contábil evidencia-se pelo fato de se tratar de uma área especializada da Contabilidade, que envolve o uso de habilidades investigativas e analíticas para detectar fraudes financeiras e fornecer suporte a litígios judiciais e extrajudiciais. O entendimento dessa percepção é essencial para que as instituições de ensino possam adequar seus currículos às necessidades da profissão contábil. Além disso, permite identificar lacunas e propor melhorias, incentivando os discentes a desenvolverem interesse por essa área de atuação (Batista *et al.*, 2022; Henrique *et al.*, 2022).

Com base nesse contexto, a pesquisa busca responder: qual é a contribuição da perícia contábil e do perito contador no meio acadêmico para os estudantes? O objetivo do estudo é compreender a percepção dos discentes sobre a disciplina de Perícia Contábil e o papel do perito contador no curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da UERN, campus central.

A estrutura do artigo segue a seguinte organização: inicia-se com a introdução, seguida pelo referencial teórico, que aborda conceitos sobre perícia contábil, atuação do perito e sua formação profissional. Em seguida, são apresentados a metodologia e a análise dos resultados, que constituem o núcleo da pesquisa. Por fim, o estudo é concluído com as considerações finais e as referências utilizadas.

## **Referencial teórico:**

### **- A Evolução e Regulamentação da Perícia Contábil no Brasil**

Segundo Martins, Medeiros e Araújo (2017), a perícia contábil no Brasil foi introduzida em 1939 no Código de Processo Civil (CPC), que passou a conter as regulamentações do trabalho pericial contábil, bem como os aspectos pertinentes à nomeação dos peritos auxiliares da Justiça e à indicação dos assistentes técnicos. Apesar de a perícia contábil ter sido regulamentada em 1939, somente em 1946 foi formalizada por meio do Decreto-Lei nº 9.295/46.

Conforme Oliveira e Martins (2020), para atuar como perito contábil no Brasil, é necessário que o profissional seja bacharel em Ciências Contábeis, aprovado no Exame de Suficiência do Conselho Regional de Contabilidade (CRC), requisito essencial para a obtenção do registro profissional. Além disso, deve obter aprovação no Exame de Qualificação Técnica (EQT) para ser incluído no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC), sendo que este último, atualmente, ainda não é obrigatório para o exercício da perícia contábil. A perícia contábil é uma especialização na área contábil e pode ser exercida exclusivamente por bacharéis em Ciências Contábeis. Diante disso, o CFC estabeleceu normas profissionais e técnicas para regulamentar a profissão (Picoli; Souza; Ribeiro; De Melo, 2022).

A perícia contábil tem como objetivo fornecer análises técnicas para esclarecer questões específicas em processos judiciais. Sua atuação envolve a coleta de informações e a apresentação de elementos que auxiliam na tomada de decisões. Conforme a Lei nº 13.105/2015, em seu artigo 156, “o juiz será auxiliado por um perito quando a prova de fato depender de conhecimento técnico-científico”. No âmbito do processo civil, magistrados lidam com situações que exigem avaliação especializada, tornando essencial o suporte de profissionais capacitados para esclarecer aspectos técnicos que possam influenciar o desfecho da ação (Arantes, 2018; Vitto *et al.*, 2020).

No que se refere às divisões da perícia contábil, distinguem-se a perícia judicial e a extrajudicial. A primeira corresponde à modalidade na qual o trabalho pericial é requerido pelo juízo das varas e tribunais de justiça, sendo o laudo pericial essencial para a resolução dos litígios. Esse tipo de perícia é comum em processos criminais, execuções fiscais, falências e na Justiça do Trabalho. Já a perícia extrajudicial não tem vínculo com os tribunais, tratando-se de um contrato em que as partes envolvidas contratam os serviços de um perito para a execução de ações específicas, abrangendo toda e qualquer perícia realizada fora do âmbito judicial (Santos; Bortolotti; Calil, 2018; Henrique; Pereira; Saporito; Silva, 2022).

Sendo uma atividade regulamentada, a perícia contábil está sujeita às Normas Brasileiras de Contabilidade, que estabelecem diretrizes e condutas a serem seguidas pelos profissionais na execução de suas atividades. Essas normas se dividem em: Norma Brasileira de Contabilidade, Profissional do Perito (NBC PP 01 - R1), que trata da conduta ética e profissional do perito, e Norma Brasileira de Contabilidade, Técnica de Perícia (NBC TP 01 - R1), que regula os procedimentos técnicos aplicados na

perícia contábil (Brito, 2022; Manoel; Priebe; Strassburg; Serafim, 2023).

## **- A Formação do Perito Contábil: Regulamentação, Funções e Desafios**

O perito contábil é o profissional contador que possui conhecimentos científicos e técnicos e atua mediante nomeação de um juízo ou magistrado de varas judiciais, como empregado em órgãos do Estado ou como assistente técnico das partes, exercendo trabalhos de perícia contábil. Para isso, deve estar regularmente registrado no CRC (Barros Neto *et al.*, 2021; Santos; Rodrigues; Scherer; Barros, 2022).

Nos Estados Unidos, a atividade do profissional de contabilidade segue as diretrizes dos *Princípios Contábeis Geralmente Aceitos* (GAAP), desenvolvidos pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB). Esses princípios estabelecem um conjunto padronizado de normas para a elaboração de relatórios financeiros, promovendo uniformidade e precisão nas informações apresentadas por diferentes setores. Além disso, a certificação como *Certified Public Accountant* (CPA) exige uma formação acadêmica abrangente e experiência prática na área contábil, garantindo a qualificação dos profissionais para atuar no mercado (Peng, 2019; Kotb *et al.*, 2019).

Segundo Manoel *et al.* (2023), o perito contábil é o profissional especialista habilitado em matérias contábeis que auxilia o magistrado no esclarecimento de litígios. O assistente técnico contábil possui as mesmas habilidades e especializações, diferenciando-se pelo fato de que o perito contábil é indicado pelo magistrado, enquanto o assistente técnico é contratado pelas partes envolvidas no processo.

Na condição de assistente do magistrado, o perito deve ter consciência de suas obrigações sociais, morais e éticas, conduzindo seu trabalho com base nos princípios de justiça e equidade. A legislação prevê penalidades para profissionais que agirem inadequadamente no exercício da função pericial, podendo incluir multas, restrições ao exercício da profissão e, em alguns casos, reclusão. Além das sanções legais, os conselhos e entidades de classe aos quais o perito está vinculado também podem aplicar medidas disciplinares, sendo essas penalidades de aplicação simultânea (Santos *et al.*, 2022; Batista *et al.*, 2022).

O laudo pericial é o documento que formaliza o trabalho desenvolvido pelo perito contábil, registrando todos os procedimentos realizados e as conclusões obtidas. Nele, devem constar os estudos, análises e exames efetuados pelo perito na busca de evidências, com o objetivo de responder aos quesitos formulados pelo magistrado e esclarecer eventuais dúvidas sobre o objeto da perícia (Andrade *et al.*, 2022; Picoli *et al.*, 2022).

Segundo Aizia *et al.* (2021), o laudo pericial serve como prova da realização da perícia. No entanto, isso não significa que o objetivo para o qual foi designado tenha sido alcançado, pois, se os dados apresentados não forem embasados em pesquisas e investigações que comprovem os fatos, o trabalho pericial torna-se nulo. Sem bases concretas para sustentar suas conclusões, o laudo perde credibilidade e pode não convencer os juízes e as partes envolvidas no processo.

Embora o laudo pericial contemple as respostas aos quesitos formulados pelo magistrado e não contenha juízo de valor por parte do perito contábil, visto que a atribuição de julgar cabe ao magistrado, é essencial que o documento apresente aspectos analíticos das evidências levantadas, detalhando suas particularidades e características. Dessa forma, sua natureza e relevância ficam claras e objetivas (Henrique *et al.*, 2022; Andrade *et al.*, 2022). No contexto da perícia contábil e da atuação do perito contador, torna-se relevante discutir os atributos necessários à formação acadêmica desse profissional.

A formação de peritos contábeis nas universidades brasileiras é um processo que envolve uma combinação de abordagens teóricas e práticas, abrangendo áreas da Contabilidade, como financeira, gerencial, auditoria e tributária, entre outras. O currículo é estruturado para fornecer aos alunos uma base em princípios e práticas contábeis, além de incentivar o desenvolvimento do pensamento crítico, da capacidade de resolução de problemas e das habilidades de comunicação (Marinho *et al.*, 2020; Brito, 2022).

Os métodos de ensino adotados incluem palestras, estudos de caso, projetos em grupo, trabalhos de pesquisa e estágios. Essas abordagens visam proporcionar aos discentes experiências práticas e exposição às complexidades da profissão contábil. A formação de peritos contadores nas universidades brasileiras é ainda reforçada pela atuação de órgãos profissionais relevantes, como o CFC (Oliveira Morais *et al.*, 2022; Batista *et al.*, 2022).

Para os graduandos em Ciências Contábeis, tornar-se perito na esfera judicial é um processo complexo e desafiador, sendo um dos principais obstáculos o aprendizado da linguagem e das terminologias jurídicas. Como não possuem familiaridade com esses termos, os estudantes enfrentam dificuldades para compreender conceitos jurídicos e aplicá-los a situações financeiras (Oliveira; Martins, 2020; Marinho *et al.*, 2020).

Atuar como perito contábil judicial exige qualificação rigorosa, incluindo conhecimento da jurisprudência, domínio dos padrões da profissão e experiência na área contábil e financeira. O trabalho requer paciência, atenção aos detalhes e compreensão dos procedimentos jurídicos. Além disso, o perito deve ser capaz de analisar volumes de informações e transformá-los em argumentos técnicos sólidos, respeitando as diretrizes éticas da profissão (Araújo Júnior; Alves, 2021; Henrique *et al.*, 2022).

Diante das mudanças na contabilidade, é fundamental que os estudantes estejam em aprendizado contínuo para acompanhar as atualizações da área. Embora os cursos de Ciências Contábeis forneçam uma base para a especialização em perícia, é recomendável buscar aperfeiçoamento por meio de cursos extras, certificações específicas e experiências práticas, que ampliem o conhecimento e desenvolvam habilidades essenciais para a atuação profissional (Batista *et al.*, 2022; Picoli *et al.*, 2022).

## - Estudos relacionados

No Quadro 1 apresentam-se os objetivos e resultados de estudos que abordam temas semelhantes ao presente estudo, no qual será base para análise da corrente pesquisa.

Quadro 1 - Estudos anteriores

| Autores                           | Objetivos  | Resultados  |
|-----------------------------------|--|---|
| França e Barbosa (2015)           | Verificar como as IES ofertam o conteúdo de perícia contábil visando a preparar seus egressos para atender ao mercado de Perito-Contador.    | Os resultados apontam que as instituições de ensino superior que oferecem cursos de Ciências Contábeis em Brasília devem incorporar conteúdo específicos como parte da grade curricular obrigatória, além de promover iniciativas que despertem o interesse dos estudantes pela área. Para ampliar o conhecimento técnico, também é essencial divulgar aos setores interessados a carência de profissionais qualificados em perícia contábil, favorecendo o reconhecimento e a expansão dessa especialização no mercado.                          |
| Martins, Medeiros e Araújo (2017) | Verificar a percepção dos estudantes de graduação a respeito das habilidades e competências desenvolvidas na disciplina de Perícia Contábil. | Os dados revelaram que a compreensão geral sobre a norma é considerada adequada pelos respondentes. No entanto, quando se trata da aplicação prática da atividade, a maioria não se sente segura. Esse cenário pode estar relacionado à escassez de oportunidades de estágio voltadas especificamente para a área de perícia, além da maior disponibilidade de vagas em outros segmentos da contabilidade. Essa realidade limita a experiência prática dos estudantes e dificulta a aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo da graduação. |

|                               |   |   |
|-------------------------------|---|---|
| Oliveira e Martins (2020)     | Qual o nível de conhecimento de alunos concluintes de cursos de Ciências Contábeis acerca dos temas perícia e arbitragem?   | Na área de perícia contábil, os resultados indicaram um desempenho satisfatório, com apenas uma das cinco questões analisadas apresentando maior índice de respostas incorretas. A pesquisa também mostrou que os alunos têm familiaridade com o processo de arbitragem, já que os questionários foram elaborados para abranger seus aspectos essenciais, permitindo uma avaliação do nível de conhecimento sobre o tema.   |
| Marinho <i>et al.</i> (2020)  | Quais os fatores que motivam os estudantes do Curso de Ciências Contábeis do Estado da Paraíba a escolherem ou não, a área de Perícia para atuação profissional?  | Na região paraibana, a profissão de perito contábil desperta pouco interesse entre os estudantes de Ciências Contábeis. A baixa procura pode estar relacionada à dificuldade de acesso ao mercado e à falta de divulgação sobre as atribuições da área. A escassez de informações e oportunidades específicas pode desestimular o engajamento dos alunos nessa carreira.  |
| Silva <i>et al.</i> (2022)    | Qual o nível de conhecimento dos estudantes acerca dos laudos periciais/pareceres técnicos contábeis?   | Os resultados indicam que os estudantes de Ciências Contábeis em instituições do Nordeste reconhecem a perícia contábil como uma área relevante. No entanto, enfrentam desafios na compreensão do tema, sugerindo a necessidade de uma abordagem aprofundada e de atividades práticas ao longo da formação acadêmica.   |
| Batista <i>et al.</i> (2022)  | O objetivo desta pesquisa foi conduzir uma investigação sobre os principais influenciadores que impactam o processo de tomada de decisão de contadores aspirantes e estabelecidos em optar por seguir uma carreira na área de Perícia Contábil. | Os resultados mostram que a expectativa de uma remuneração atrativa é um dos fatores que influenciam a escolha pela carreira em Perícia Contábil. Além disso, foi identificada a necessidade de incluir disciplinas práticas na formação, proporcionando uma visão ampla sobre a atuação no mercado. O fortalecimento desse conhecimento pode despertar interesse e oferecer segurança aos estudantes que consideram seguir essa área.  |
| Henrique <i>et al.</i> (2022) | O objetivo desta investigação acadêmica foi examinar o ponto de vista e a atitude dos graduandos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de São Paulo em relação ao ofício de perito contador.                                   | Após a realização do estudo, verificou-se que os estudantes avaliam de forma positiva a disciplina nas Instituições de Ensino Superior (IES), especialmente em relação ao cumprimento do cronograma e à abordagem do conteúdo previsto ao longo do semestre. As IES procuram profissionais com experiência na área contábil para compartilhar conhecimentos e habilidades com os alunos, ao mesmo tempo em que necessitam de contadores qualificados para acompanhar a gestão financeira das próprias instituições, contribuindo para a qualidade da formação acadêmica e profissional. |

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Para compreender a percepção dos estudantes e futuros profissionais sobre a perícia contábil, foram analisados estudos que, embora apresentem enfoques distintos, compartilham o objetivo de investigar esse campo de atuação. Este estudo segue a mesma linha de pesquisa.

Com base nas pesquisas listadas na Tabela 1, a análise será conduzida a partir dos métodos e modelos adotados pelos autores citados, permitindo a comparação dos dados coletados. Esse processo possibilita identificar semelhanças e diferenças entre os estudos anteriores e a presente pesquisa, contribuindo para uma avaliação aprofundada e fortalecendo a discussão dos resultados.

## - Método de pesquisa

A pesquisa possui abordagem quantitativa, pois busca mensurar a percepção dos estudantes de forma objetiva. Os dados foram coletados por meio de um questionário, cujo propósito é analisar a visão dos alunos sobre a disciplina de Perícia Contábil e o papel do perito contador no curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), campus central. Quanto à classificação, trata-se de um estudo descritivo que utiliza o método

*survey*, com foco na quantificação das respostas obtidas.

O tempo necessário para a realização de uma pesquisa varia de acordo com o campo de estudo e os objetivos propostos. Um estudo pode ser classificado como longitudinal quando acompanha uma variável ao longo de períodos distintos dentro da mesma amostra, analisando suas transformações ao longo do tempo. Já uma pesquisa transversal examina uma variável em um momento específico, utilizando amostras diferentes para a análise (Menezes; Duarte; Carvalho; Souza, 2019).

Este estudo baseia-se na coleta de dados utilizando o método *survey*, com o intuito de compreender a percepção dos estudantes do curso de Ciências Contábeis sobre a perícia contábil. A coleta foi conduzida dentro de um intervalo previamente definido, entre 10/12/2022 e 10/02/2023, seguindo um corte transversal. Os participantes da pesquisa estão listados na Tabela 2.

**Tabela 1 – Respondentes alvo da pesquisa *survey***

| Curso de Ciências Contábeis - UERN |            |                           |                       |
|------------------------------------|------------|---------------------------|-----------------------|
| Período                            | Nº alunos  | Nº de alunos respondentes | Percentual da amostra |
| 8º                                 | 42         | 33                        |                       |
| 9º                                 | 37         | 28                        |                       |
| 10º                                | 31         | 25                        |                       |
| <b>Total</b>                       | <b>110</b> | <b>86</b>                 | <b>78%</b>            |

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Conforme a Tabela 2, a pesquisa alcançou 78% da amostra almejada, contando com a participação de respondentes dos 8º, 9º e 10º períodos do curso de Ciências Contábeis. Isso demonstra que a pesquisa não foi realizada de forma aleatória, pois o público-alvo consistiu especificamente em alunos dos últimos períodos, que já haviam cursado a disciplina de Perícia Contábil.

Para responder às questões levantadas neste estudo e, assim, atingir o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em revistas científicas, livros, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Destaca-se que o objetivo deste estudo é evidenciar a percepção dos alunos do curso de Ciências Contábeis sobre a perícia contábil (Gil, 2010).

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, a pesquisa classifica-se como *survey*, pois utiliza questionários como principal fonte de coleta de dados, formulando perguntas para compreender o conhecimento dos alunos sobre o tema (Beuren, 2006). O instrumento de coleta de dados foi elaborado por meio da plataforma *Google Forms*, contendo questões baseadas em estudos de autores que já desenvolveram pesquisas relacionadas ao tema, conforme apresentado na Tabela 2.

**Tabela 2 – Questionário elaborado e motivação de autores na elaboração**

| Questões  | Autores que motivaram as questões |
|---|-----------------------------------|
| 1 - Tenho conhecimento sobre a área da Perícia contábil.  | Donega (2021).                    |
| 2 - Recebi uma boa formação acadêmica em perícia contábil.  | França e Barbosa (2015).          |
| 3 - Os Docentes que lecionaram a disciplina de perícia contábil tinham uma boa metodologia e um bom domínio do assunto. |                                   |
| 4-Possuo interesse no estudo da disciplina de perícia contábil.   | Martins, Medeiros e Araujo (2017) |

|   |  |
|---|--|
| 5- Após cursar a disciplina de Perícia Contábil, pretendo seguir à carreira nessa área?   | Marinho <i>et al.</i> , (2020)   |
| 6- Acredito que formação acadêmica que recebi durante a disciplina de perícia contábil, contribuiu para meu interesse de ingressar nas atividades de perito contábil.   | França e Barbosa, (2015); Marinho <i>et al.</i> , (2020)                                 |
| 7- Fiquei satisfeito (a) com as noções de Perícia Contábil que recebi durante o curso de Ciências Contábeis.  | Martins, Medeiros e Araujo (2017)  |
| 8- Houve incentivos acadêmicos para o ingresso na área da Perícia Contábil durante o curso de Ciências Contábeis.   | Marinho <i>et al.</i> , (2020); Silva <i>et al.</i> , (2022)                             |
| 9- Possuo interesse em me especializar na área da perícia contábil.   | França e Barbosa, (2015); Marinho <i>et al.</i> , (2020)                                 |
| 10- Já tive contato com as atividades de perícia contábil.  | Martins, Medeiros e Araujo, (2017); Silva <i>et al.</i> , (2022)                         |
| 11- Em minha opinião o mercado de trabalho de Perícia Contábil é amplo e atende às expectativas salariais.  | (Marinho <i>et al.</i> , (2020); Henrique <i>et al.</i> (2022)                           |
| 12- Tenho conhecimentos sobre os procedimentos de planejamento e execução dos trabalhos do Perito Contador.   | Santos, Bortolotti e Calil, (2018); Silva <i>et al.</i> , (2022)                         |
| 13- Acredito que os meus conhecimentos sobre Contabilidade são suficientes para auxiliar um juiz ou as partes em um processo judicial.  | (Manoel <i>et al.</i> , (2023); Silva <i>et al.</i> , (2022).                            |
| 14- Em sua opinião qual dessas características é a relevante para um perito contábil?   | Aizia <i>et al.</i> (2021); Silva <i>et al.</i> , (2022)                                 |
| 15- Em sua opinião qual dessas habilidades é a fundamental para um perito contábil? Eficiência na comunicação escrita, Capacidade investigativa, identificar questões chaves, responder quesitos, Habilidade de planejar / Entender o caso.   | Aizia <i>et al.</i> (2021); Silva <i>et al.</i> , (2022); Batista <i>et al.</i> , (2022) |
| 16- Em sua opinião qual dessas outras habilidades é a essencial para um perito contábil? Analisar e interpretar as demonstrações financeiras, Rastreamento de dados, Detecção de fraudes, Resolução de conflitos, Conhecimento da legislação. | Aizia <i>et al.</i> (2021); Silva <i>et al.</i> , (2022); Batista <i>et al.</i> , (2022) |

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

O questionário foi elaborado com perguntas fechadas, predefinidas e padronizadas sobre o mesmo tema, conforme apresentado na Tabela 3. As respostas foram capturadas por meio da escala de Likert, uma escala utilizada em estudos que envolvem preferências, gostos e percepções. Essa escala destaca-se por sua simplicidade e alta reprodutibilidade em pesquisas da área. Optou-se por utilizar uma escala com cinco opções, variando de uma atitude polarizada a outra. Assim, nesta pesquisa, foram adotadas as seguintes categorias: discordo totalmente, discordo, indiferente, concordo e concordo totalmente (Marconi; Lakatos, 2009; Feijó; Vicente; Petri, 2020).

Os dados foram analisados por meio do compilamento das respostas em uma planilha do Excel, extraída do *Google Forms*. Para a análise, utilizou-se a abordagem descritiva, apresentando medidas numéricas, gráficos e tabelas. Esse procedimento permitiu obter informações sobre as características do conjunto de dados, possibilitando a comparação entre diferentes populações e a determinação de relações entre as variáveis analisadas (Feijó; Vicente; Petri, 2020).

Apresentação e discussão e análise dos resultados

Este tópico apresenta e analisa os resultados da pesquisa, que teve como instrumento de coleta um questionário de múltipla escolha em escala de Likert, disponibilizado para os respondentes com o intuito de alcançar o objetivo proposto neste estudo.

Foram colhidas 86 respostas de discentes do curso de Ciências Contábeis da UERN. Na caracterização por gênero, 43 respondentes (50%) se identificaram como do sexo feminino, 38 (44,19%) como do sexo masculino, e 5 (5,81%) optaram por não se identificar. Os dados da Tabela 4 assemelham-se aos resultados dos estudos de Henrique *et al.* (2022), nos quais a maioria dos respondentes também era do sexo feminino (59,18%), enquanto 40,82% eram do sexo masculino. Da mesma forma, no estudo de Martins, Medeiros e Araújo (2017), os resultados foram semelhantes, com 54% dos respondentes do sexo feminino e 46% do sexo masculino.

Esses resultados indicam que, apesar das variações numéricas, a predominância de estudantes do sexo feminino nos cursos de Ciências Contábeis é uma tendência observada em diferentes estudos, sugerindo um interesse e participação feminina na área contábil.

**Tabela 3 – Caracterização dos respondentes**

| Perfil dos Respondentes |                  | <i>f<sub>i</sub></i> | %       |
|-------------------------|------------------|----------------------|---------|
| Gênero                  | Feminino         | 43                   | 50,00%  |
|                         | Masculino        | 38                   | 44,19%  |
|                         | Não declarado    | 05                   | 5,81%   |
|                         | Total            | 86                   | 100,00% |
| Idade                   | Até 20 anos      | 02                   | 2,33%   |
|                         | De 20 a 30 anos  | 48                   | 55,81%  |
|                         | De 30 a 40 anos  | 26                   | 30,23%  |
|                         | Acima de 40 anos | 10                   | 11,63%  |
| Respondentes - UERN     |                  | 86                   | 100%    |
| Total                   |                  | 86                   | 100,00% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Quanto à idade informada pelos respondentes, os resultados foram os seguintes: até 20 anos, 2 participantes, representando 2,33% da amostra; entre 20 e 30 anos, 48 participantes, correspondendo a 55,81% da amostra; de 30 a 40 anos, 26 participantes, equivalendo a 30,23% da amostra; e acima de 40 anos, 10 participantes, totalizando 11,63% da amostra.

Nos resultados apresentados por Henrique *et al.* (2022), a distribuição etária dos respondentes foi a seguinte: de 18 a 25 anos, 44%; de 26 a 30 anos, 30%; de 31 a 35 anos, 16%; e acima de 35 anos, 10%.

A comparação entre os estudos revela que a maior parte dos estudantes de Ciências Contábeis está na faixa etária de 20 a 30 anos, sendo classificados como jovens adultos. Esse perfil indica que muitos ingressam na graduação logo após concluírem o ensino médio ou nos primeiros anos de experiência profissional, buscando consolidar a formação acadêmica antes de uma atuação estruturada no mercado de trabalho.

### - A percepção dos discentes do curso de Ciências Contábeis

Para a pesquisa, foi aplicado um questionário online baseado na escala de Likert, composto por 16 questões. Dentre elas, quatro tiveram o objetivo de compreender a percepção dos alunos sobre os conhecimentos adquiridos na disciplina de Perícia Contábil. Cinco questões buscaram identificar o interesse dos respondentes pela matéria e o desejo de ingressar na área da perícia contábil. Outras quatro abordaram como os alunos percebem o mercado de trabalho e se se consideram aptos a exercer as atividades de perito contador. Por fim, três questões investigaram o ponto de vista dos participantes

sobre as principais características e habilidades necessárias para um perito contador.

Os resultados referentes à percepção dos discentes sobre os conhecimentos adquiridos na disciplina de Perícia Contábil estão expressos na Tabela 4.

**Tabela 4 - Conhecimentos adquiridos na disciplina de Perícia contábil**

| Questões  | DT    | D      | I      | C      | CT     | Total | Desvio Padrão |
|---|-------|--------|--------|--------|--------|-------|---------------|
| Tenho completo conhecimento sobre a área da perícia contábil.   | 2,33% | 12,79% | 31,40% | 43,02% | 10,47% | 100%  | 14,2          |
|   | (4)   | (11)   | (27)   | (37)   | (7)    | (86)  |               |
| Recebi uma boa formação acadêmica na disciplina de perícia contábil.  | 1,16% | 10,47% | 29,07% | 44,19% | 15,12% | 100%  | 14,5          |
|   | (1)   | (9)    | (25)   | (38)   | (13)   | (86)  |               |
| Os Docentes que lecionaram a disciplina de perícia contábil tinham uma boa metodologia um bom domínio do assunto. | 2,33% | 10,47% | 22,09% | 41,86% | 23,26% | 100%  | 12,2          |
|   | (4)   | (9)    | (19)   | (36)   | (18)   | (86)  |               |
| Fiquei satisfeito(a) com as noções de Perícia Contábil que recebi durante o curso de Ciências Contábeis.          | 3,49% | 6,98%  | 26,74% | 43,02% | 19,77% | 100%  | 13,7          |
|   | (3)   | (6)    | (23)   | (37)   | (17)   | (86)  |               |

Legendas; DT (discordo totalmente), D (discordo), I (indiferente), C (concordo), CT (Concordo Totalmente). Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Ao analisar a Tabela 5, percebe-se que os resultados estão inter-relacionados, indicando que os conhecimentos sobre a perícia contábil adquiridos por meio dos professores foram classificados entre regulares e bons, contribuindo para assegurar que os respondentes possuem um conhecimento considerável sobre a área. Ao somar os extremos da escala de respostas, observa-se que 53,49% dos participantes (C/CT) afirmaram ter adquirido conhecimento satisfatório, enquanto 15,12% (D/DT) relataram não ter compreendido completamente a disciplina de perícia contábil.

O desvio padrão obtido foi de 14,2, demonstrando a dispersão dos respondentes em relação ao valor médio. Além disso, identificaram-se quatro respostas incomuns (*outliers*), nas quais os participantes afirmaram não ter obtido conhecimento suficiente sobre a disciplina. Esse fato pode estar relacionado a alunos que não possuem afinidade com a perícia contábil, conforme apontado por Silva *et al.* (2022).

Os discentes também indicaram que 59,3% (C/CT) receberam uma boa formação na disciplina de perícia contábil, enquanto 12,07% (D/DT) discordaram dessa afirmação e 29,07% foram indiferentes ou não souberam avaliar esse aspecto. Em pesquisa realizada por Batista *et al.* (2022), identificou-se uma deficiência nas metodologias, estratégias de ensino e bibliografias utilizadas pelos docentes no ensino da perícia contábil, indicando a necessidade de métodos que aproximem a teoria da prática profissional. No entanto, os resultados deste estudo demonstram um cenário parcialmente divergente, com cerca de 60% dos participantes avaliando positivamente a formação recebida na área. Destaca-se ainda um *outlier*, representado por um respondente (1,16% da amostra), que afirmou não possuir um bom conhecimento sobre perícia contábil.

Em relação à metodologia utilizada na disciplina de perícia contábil, 65,12% (C/CT) avaliaram positivamente os métodos adotados pelos docentes, enquanto 12,80% (D/DT) consideraram-nos insatisfatórios e 22% (I) não souberam avaliar. Como *outliers*, quatro respondentes afirmaram que os docentes não possuíam domínio sobre o assunto nem utilizavam metodologias pertinentes, o que sugere a necessidade de uma análise aprofundada sobre os motivos dessa percepção e a busca pelo aperfeiçoamento das práticas de ensino (Oliveira; Martins, 2020).

No que se refere à satisfação com o conteúdo ministrado e assimilado na disciplina, 62,79% (C/CT) dos participantes declararam estar satisfeitos com o conhecimento adquirido, enquanto 12,8% (D/DT) expressaram insatisfação e 27% mostraram-se indiferentes. Esse resultado evidencia que cerca de 60% dos discentes reconhecem a metodologia adotada como eficiente e avaliam positivamente o conteúdo transmitido. No entanto, três alunos apresentaram respostas discrepantes (*outliers*), discordando sobre a qualidade do conteúdo recebido, o que demonstra que não há unanimidade nesse quesito.

Os achados deste estudo corroboram as observações de Brito (2022), que evidencia o pouco destaque da disciplina de perícia contábil entre os alunos, apesar de sua relevância. O autor observou que apenas 42% dos respondentes de sua pesquisa tiveram aulas específicas de perícia contábil, 46% buscaram estudar o tema por conta própria e 12% não tiveram nenhum contato com a disciplina. Além disso, 93% dos entrevistados acreditam que a perícia contábil deveria receber destaque nas universidades.

No que diz respeito à formação de peritos nos Estados Unidos, observa-se que essa área é um componente crítico dos sistemas financeiros e da estabilidade econômica. O campo exige uma compreensão abrangente dos relatórios financeiros, procedimentos tributários e técnicas de análise financeira, sendo essencial para que as organizações mantenham conformidade com os regulamentos. Além da formação contábil, os profissionais devem possuir habilidades específicas para atuar na contabilidade forense, incluindo a análise documental para identificar discrepâncias, o conhecimento jurídico e a capacidade de lidar com fraudes corporativas e litígios judiciais. Nota-se que os requisitos necessários para o exercício da profissão nos Estados Unidos não divergem daqueles exigidos no Brasil (Baker; Persson, 2021; Cohen *et al.*, 2020).

Na Tabela 5, são apresentadas questões relacionadas ao interesse dos alunos em seguir a carreira de perito contábil.

Tabela 5 - Interesse em seguir a carreira de Perito contábil

| Questões   | DT    | D      | I      | C      | CT     | Total | Desvio |
|--|-------|--------|--------|--------|--------|-------|--------|
|  |       |        |        |        |        |       | Padrão |
| Possuo interesse no estudo da disciplina de perícia contábil.  | 3,49% | 8,14%  | 33,72% | 34,88% | 19,77% | 100%  | 12,3   |
|  | (3)   | (7)    | (29)   | (30)   | (17)   | (86)  |        |
| Após cursar a disciplina de Perícia Contábil, pretendo seguir à carreira nessa área.   | 8,14% | 10,47% | 38,37% | 29,07% | 13,95% | 100%  | 11,3   |
|  | (7)   | (9)    | (33)   | (25)   | (12)   | (86)  |        |
| Acredito que formação acadêmica que recebi durante a disciplina de perícia contábil, contribuiu para meu interesse de ingressar nas atividades de perito contábil. | 4,65% | 16,28% | 29,07% | 33,72% | 16,28% | 100%  | 11,8   |
|  | (4)   | (5)    | (25)   | (29)   | (23)   | (86)  |        |
| possuo interesse em me especializar na área da Perícia contábil.   | 5,81% | 16,28% | 33,72% | 27,91% | 16,28% | 100%  | 11,4   |
|  | (5)   | (5)    | (29)   | (24)   | (23)   | (86)  |        |
| Houve incentivos acadêmicos para o ingresso na área da Perícia Contábil durante o curso de Ciências Contábeis.   | 2,33% | 19,77% | 23,26% | 37,21% | 17,44% | 100%  | 10,8   |
|  | (2)   | (17)   | (20)   | (32)   | (15)   | (86)  |        |

Legendas; DT (discordo totalmente), D (discordo), I (indiferente), C (concordo), CT (Concordo Totalmente). Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Conforme os resultados da Tabela 6, cerca de 54,65% (C/CT) dos respondentes demonstraram interesse na área de estudo da perícia contábil, entretanto, apenas 43,02% (C/CT) afirmaram que pretendem seguir carreira na área. Além disso, 44,19% (C/CT) dos alunos manifestaram interesse em se especializar em perícia contábil, o que pode estar relacionado ao fato de que 54% (C/CT) desses estudantes consideraram ter recebido uma formação adequada durante o curso, o que os inspirou a explorar essa área.

Neste estudo, cerca de 55,81% dos alunos afirmaram não ter intenção de seguir carreira em perícia contábil ou estão indecisos quanto a essa escolha. No estudo de Martins, Medeiros e Araújo (2017), 48% dos participantes também demonstraram desinteresse em atuar como peritos contábeis, justificando a falta de estratégias e incentivos para aprimorar suas aptidões e competências nessa área. Além disso, o pouco interesse no exercício da função e a carência de pesquisas relacionadas foram apontados como fatores desmotivadores. Como *outliers* nessa questão, sete discentes afirmaram não ter nenhum interesse em seguir carreira como perito contábil. Segundo Miranda *et al.* (2022), a contabilidade é uma área ampla, e é natural que os bacharéis optem por diferentes campos de atuação.

Quanto à influência da formação acadêmica na decisão de seguir a carreira de perito contábil, cerca de 62% (C/CT) avaliaram essa influência como positiva, enquanto 38% discordaram ou se mostraram indiferentes. Nesse contexto, uma pesquisa sobre a atuação dos peritos contábeis no Brasil indicou que, especialistas concordam que a atividade pericial é pouco valorizada nas universidades e que os alunos aprendem pouco sobre o assunto durante a graduação (Souza Miranda; Marques; De Lima; Pontes, 2022).

Com relação à intenção de seguir carreira como perito contábil, os estudos de Martins, Batista *et al.* (2022) e Silva *et al.* (2022) apresentaram resultados semelhantes aos desta pesquisa, evidenciando que os cursos de Ciências Contábeis precisam promover incentivos para despertar o interesse dos discentes por essa área de atuação.

Ao questionar os estudantes sobre o interesse em se especializar na área, apenas 44% (C/CT) sinalizaram positivamente, enquanto 34% (I) se mantiveram neutros e 21% demonstraram não ter interesse em seguir essa especialização. No estudo de Silva *et al.* (2022), concluiu-se que há uma falta de incentivo acadêmico e profissional para os alunos na disciplina de perícia contábil, sendo necessária uma conexão entre teoria e prática para estruturar o aprendizado e qualificar os futuros profissionais.

Sobre a existência de incentivos no curso para despertar o interesse pela área de perícia contábil, 54% dos respondentes afirmaram que há incentivos, enquanto 55% (I/D/DT) discordaram, afirmando que não existem estímulos suficientes para seguir essa carreira. Esses percentuais demonstram a necessidade de revisão dos conteúdos e metodologias do curso. Segundo Marinho *et al.* (2020), para aumentar o interesse dos discentes, as IES deveriam oferecer disciplinas voltadas à perícia contábil, proporcionando uma compreensão abrangente do processo investigativo. Além disso, a oferta de estágios e oportunidades de inserção profissional na área, assim como a participação em conferências, seminários e outros eventos do setor, são estratégias para estimular o interesse dos estudantes nesse campo de atuação.

Na Tabela 6, são apresentados os resultados sobre como os discentes enxergam o mercado de trabalho na perícia contábil e se se consideram aptos a exercer essa profissão.

Tabela 6 - Visão dos alunos sobre o mercado de trabalho da Perícia Contábil

| Questões   | DT    | D      | I      | C      | CT     | Total | Desvio Padrão |
|--|-------|--------|--------|--------|--------|-------|---------------|
| Em minha opinião o mercado de trabalho de Perícia Contábil é amplo e atende às expectativas salariais. | 2,33% | 10,47% | 32,56% | 32,56% | 22,09% | 100%  | 11,6          |
|  | (2)   | (9)    | (28)   | (28)   | (19)   | (86)  |               |

|  |        |        |        |        |        |      |      |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|------|------|
| Já tive contato com as atividades de perícia contábil.   | 10,47% | 25,58% | 22,09% | 31,39% | 10,47% | 100% | 8,0  |
|  | (9)    | (22)   | (19)   | (27)   | (9)    | (86) |      |
| Tenho conhecimentos sobre os procedimentos de planejamento e execução dos trabalhos do Perito Contador.                            | 4,65%  | 10,47% | 32,56% | 43,02% | 9,30%  | 100% | 14,4 |
|  | (4)    | (9)    | (28)   | (37)   | (8)    | (86) |      |
| Acredito que os meus conhecimentos sobre Contabilidade são suficientes para auxiliar um juiz ou as partes em um processo judicial. | 3,49%  | 27,91% | 29,06% | 27,91% | 11,63% | 100% | 10,1 |
|  | (3)    | (24)   | (25)   | (24)   | (10)   | (86) |      |

Legendas; DT (discordo totalmente), D (discordo), I (indiferente), C (concordo), CT (Concordo Totalmente). Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Inicialmente, buscou-se compreender a percepção dos alunos sobre o mercado de trabalho da perícia contábil. Observou-se que cerca de 54,65% (C/CT) avaliaram a amplitude do mercado e suas perspectivas salariais. Por outro lado, 12,8% (D) discordaram dessa visão, enquanto 32,56% (I) se mostraram indiferentes, indicando uma possível falta de conhecimento sobre as oportunidades na área pericial, o que pode justificar a dificuldade de um percentual dos discentes em responder a esse quesito.

No estudo de Marinho *et al.* (2020), os resultados foram opostos aos do presente estudo. Nele, 67% dos respondentes discordaram da afirmação de que o mercado de perícia contábil é amplo e oferece boas oportunidades salariais. Segundo os autores, essa percepção pode estar relacionada à falta de desenvolvimento da área judicial em algumas regiões, além da existência de outros segmentos da contabilidade, como a contabilidade fiscal, que apresentam elevado nível de empregabilidade.

Verificou-se que 41,86% dos discentes afirmaram ter tido contato com atividades relacionadas à perícia contábil, enquanto 36,05% indicaram não ter essa familiaridade e 22,09% se mostraram indiferentes. Embora 15,12% dos alunos neguem ter conhecimento sobre os procedimentos de planejamento e execução do trabalho do perito contábil e 32,56% tenham se mantido neutros, 52,32% afirmaram possuir essa noção.

Dentre os respondentes que tiveram contato com a área e conhecem os procedimentos de planejamento da perícia contábil, apenas 39,54% se consideram aptos a auxiliar um juiz em um processo judicial com seus conhecimentos, enquanto 31,40% não se sentem preparados para essa função e 29,06% permaneceram neutros.

A pesquisa de Oliveira e Martins (2020) apresenta resultados semelhantes. Embora 70% da amostra desses autores tenha afirmado possuir um bom conhecimento sobre as normas e procedimentos da perícia contábil, apenas 41% se consideram aptos a auxiliar um juiz em um processo judicial, sugerindo que, apesar do conhecimento técnico adquirido, os alunos não se sentem preparados para assumir essa responsabilidade. No contexto do presente estudo, essa mesma situação se reflete: os estudantes, mesmo reconhecendo seu potencial, não demonstram plena confiança para assumir as responsabilidades exigidas pelo cargo de perito contábil.

Esses questionamentos também são reforçados pela pesquisa de Martins, Medeiros e Araújo (2017), que indicaram que os alunos reconhecem ter adquirido conhecimento sobre perícia contábil, mas não acreditam que esse aprendizado seja suficiente para atuar no mercado. Apesar do domínio teórico demonstrado pelos professores, o curto período destinado à disciplina limita o desenvolvimento da aptidão prática dos discentes, sendo esse apontado como um dos principais desafios para ingressar na área.

Nesse mesmo sentido, Batista *et al.* (2022) destacam, em sua pesquisa, a necessidade de trabalhar com os alunos de forma prática, proporcionando uma compreensão abrangente sobre a profissão e sua

relevância para o mercado.

Na última seção do questionário, buscou-se identificar quais características e habilidades são consideradas essenciais para um perito contador, cujos resultados estão apresentados nas Tabelas 7 e 8.

**Tabela 7 - Características de um perito contador**

| Em sua opinião qual dessas características é relevante para um perito contábil? |           |            |     |        |
|---|-----------|------------|-----|--------|
|   | <i>fi</i> | <i>Fn%</i> | Fac | Fri%   |
| Ético   | 23        | 26,74%     | 23  | 26,74% |
| Sigiloso  | 22        | 25,58%     | 45  | 52,32% |
| Analítico   | 17        | 19,77%     | 62  | 72,09% |
| Investigativo   | 16        | 18,60%     | 78  | 90,69% |
| Critico   | 8         | 9,31%      | 86  | 100%   |
| Total   | 86        | 100%       |     |        |

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

No mercado de trabalho da perícia contábil, é imprescindível que os profissionais possuam determinadas habilidades e características, dado que essas competências são essenciais para o desempenho adequado da função. Foram elencadas cinco das principais características necessárias ao perito contador, conforme Silva, Lima, Carvalho e Santos (2022). Ao serem questionados sobre quais dessas habilidades consideravam relevantes, os alunos destacaram, em ordem de preferência, as seguintes qualidades: ‘ético’ (26,74%), ‘sigiloso’ (25,58%) e ‘analítico’ (19,77%), evidenciando esses atributos no exercício da profissão.

Na pesquisa de Batista *et al.* (2022), verificou-se que a característica ‘ético’ também foi representativa entre os respondentes, com 16,33% das respostas, corroborando os resultados deste estudo. Em seguida, destacaram-se ‘investigativo’ (13,95%) e ‘sigiloso’ (12,59%), o que diverge parcialmente dos achados da presente pesquisa, onde as preferências foram ordenadas da seguinte forma: ético, sigiloso, analítico, investigativo e crítico.

O estudo de Barros Neto *et al.* (2021) destaca a ética na atuação do perito contador. Para os estudantes, a conduta ética é fundamental na prática profissional, e a formação acadêmica desempenha um papel essencial no desenvolvimento da consciência crítica e moral. No entanto, apesar de estarem familiarizados com o Código de Ética e as normas, acreditam que essas diretrizes não são suficientes para atender às expectativas do mercado e da sociedade.

A pesquisa conduzida por Henrique *et al.* (2022) com estudantes da Universidade de São Paulo (USP) apontou que os atributos mencionados para o exercício da perícia contábil foram ética, capacidade analítica e perfil investigativo. Esses achados reforçam a necessidade de preparar os futuros peritos para enfrentar desafios técnicos e dilemas morais inerentes à profissão.

No cenário internacional, a contabilidade forense tem sido um recurso relevante na identificação de irregularidades financeiras e na apuração de fraudes. Na África do Sul, contadores especializados tiveram participação ativa na investigação de casos de corrupção em setores público e privado. Na Índia e na Rússia, esses profissionais desempenharam um papel essencial na detecção de condutas financeiras indevidas. Nos Estados Unidos, a contabilidade forense consolidou-se como um campo de atuação que combina conhecimentos contábeis com práticas investigativas, atraindo profissionais que buscam uma abordagem analítica e detalhista no combate a fraudes (Rebele; Pierre, 2019; Adams; Larrinaga, 2019; Baker; Persson, 2021).

O cenário profissional da contabilidade tem se reconfigurado, demandando novas competências dos atuantes na área. Além da necessidade de uma conduta ética e moral bem fundamentada, os conta-

dores devem ampliar seus conhecimentos e acompanhar as atualizações que surgem com as transformações do setor e as exigências do mercado (Silva *et al.*, 2022).

A Tabela 8 apresenta a distribuição das habilidades consideradas fundamentais e essenciais para a atuação de um perito contábil, de acordo com a percepção dos respondentes.

Na primeira coluna, referente às habilidades fundamentais, a maioria dos participantes (34,88%) indicou a capacidade de ‘responder aos quesitos’ como a relevante. Essa habilidade está diretamente ligada ao papel do perito na elucidação técnica dos pontos questionados pelas partes e pelo juiz, sendo essencial para a condução adequada do processo pericial.

Em seguida, 23,26% dos respondentes destacaram a habilidade de ‘identificar questões-chave’, reforçando a relevância de o perito saber focar nos pontos centrais do caso, evitando dispersões e garantindo a objetividade do laudo. A ‘capacidade investigativa’ foi mencionada por 20,92% dos participantes, demonstrando a necessidade de uma postura ativa do perito na busca de evidências e na análise detalhada das informações apresentadas.

**Tabela 8 - Habilidade para um perito contador**

| Em sua opinião qual dessas habilidades é a fundamental para um perito contábil? |           |            |     |             | Em sua opinião qual dessas outras habilidades é a essencial para um perito contábil? |           |            |     |             |
|---|-----------|------------|-----|-------------|--|-----------|------------|-----|-------------|
| Questões  | <i>fi</i> | <i>Fn%</i> | Fac | <i>Fri%</i> | Questões   | <i>fi</i> | <i>Fn%</i> | Fac | <i>Fri%</i> |
| Responder os Quesitos   | 30        | 34,88%     | 30  | 34,88%      | Resolução dos conflitos  | 32        | 37,21%     | 32  | 37,21%      |
| Identificar questões chaves   | 20        | 23,26%     | 50  | 58,14%      | Rastreamento de Dados  | 16        | 18,60%     | 48  | 55,81%      |
| Capacidade Investigativa  | 18        | 20,92%     | 68  | 79,06%      | Conhecimento da legislação   | 14        | 16,28%     | 62  | 72,09%      |
| Habilidade de planejar/ compreender o caso                                      | 9         | 10,47%     | 77  | 89,53%      | Deteccção de fraudes   | 14        | 16,28%     | 76  | 88,37%      |
| Eficiência na comunicação   | 9         | 10,47%     | 86  | 100%        | Analisar e interpretar as demonstrações contábeis                                    | 10        | 11,63%     | 86  | 100%        |
| Total   | 86        | 100%       |     |             | Total  | 86        | 100%       |     |             |

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Por outro lado, ‘habilidade de planejar e compreender o caso’ e ‘eficiência na comunicação’ foram apontadas por uma menor porcentagem, 10,47% cada, indicando que essas competências, embora fundamentais, não são vistas como prioritárias pela maioria dos respondentes.

Na segunda parte da tabela, que questiona quais habilidades são essenciais, a ‘resolução de conflitos’ foi a mais citada, mencionada por 37,21% dos participantes. Esse resultado reflete a necessidade de o perito ser capaz de mediar e esclarecer divergências técnicas que possam surgir entre as partes envolvidas, atuando como um facilitador no processo judicial.

Em segundo lugar, aparece o ‘rastreamento de dados’ (18,60%), uma habilidade essencial para garantir a precisão na análise de documentos e informações contábeis. A ‘deteccção de fraudes’ e o ‘conhecimento da legislação’ foram indicados por 16,28% dos respondentes, sugerindo que, embora relevantes, esses aspectos são percebidos como complementares na atuação do perito.

A habilidade de analisar e interpretar demonstrações contábeis foi mencionada por 11,63% dos participantes, sugerindo que, apesar de essencial na perícia contábil, é vista como uma competência técnica e operacional no conjunto de requisitos da profissão. Os dados indicam que a comunicação clara

**e precisa é fundamental para a atuação do perito, enquanto a gestão de conflitos se evidencia como um fator relevante para a condução eficaz de uma perícia.**

## Considerações finais:

O presente estudo teve como objetivo investigar a percepção dos discentes sobre a disciplina de perícia contábil e a função do perito contador no curso de Ciências Contábeis da UERN, campus central. A pesquisa atingiu seus objetivos ao analisar as respostas dos alunos quanto à formação recebida, ao interesse pela área e à visão sobre o mercado de trabalho para peritos contábeis. Os resultados obtidos fornecem contribuições tanto para a academia quanto para a sociedade, auxiliando na compreensão do papel da educação contábil na formação de profissionais qualificados para atuar como peritos.

Os resultados apontaram que a maior parte dos estudantes avaliou a formação acadêmica em perícia contábil de maneira positiva, com 59,3% dos respondentes afirmando que os docentes demonstraram conhecimento sobre o tema e utilizaram metodologias compatíveis com o ensino da disciplina. Entretanto, uma parcela dos alunos manifestou indiferença ou insatisfação em relação à preparação recebida, sugerindo a necessidade de um maior alinhamento entre os aspectos teóricos e as aplicações práticas ao longo da graduação.

Em relação ao interesse em seguir carreira como perito contábil, os dados revelam que apenas 43,02% dos alunos manifestaram intenção de atuar nessa área após cursarem a disciplina. Esse resultado sugere uma falta de segurança e motivação para exercer a profissão, o que pode estar diretamente relacionado à percepção de que há carência de incentivos ao longo da graduação para despertar o interesse nessa linha de atuação. Além disso, 55,81% dos alunos afirmaram não se sentir seguros ou estarem indecisos quanto à possibilidade de atuar como peritos, mesmo reconhecendo a relevância da disciplina.

A pesquisa analisou a percepção dos alunos sobre as habilidades e características essenciais para o perito contábil. A capacidade de responder aos quesitos foi fundamental por 34,88% dos discentes, enquanto a resolução de conflitos foi apontada por 37,21% dos participantes. Além disso, características como ética e sigilo foram valorizadas, evidenciando que o perito contábil não deve apenas dominar conhecimentos técnicos, mas também desenvolver habilidades interpessoais e analíticas para mediar conflitos e atuar com imparcialidade.

Sobre o mercado de trabalho, 54,65% dos estudantes acreditam que a perícia contábil oferece boas oportunidades de emprego e remuneração. No entanto, 32,56% demonstraram incerteza sobre as perspectivas da área, possivelmente devido à falta de informações sobre as possibilidades de atuação. Além disso, alguns alunos relataram não ter tido contato direto com atividades práticas ligadas à perícia contábil, o que pode aumentar a insegurança em relação ao exercício da profissão.

Do ponto de vista social, esta pesquisa destaca a perícia contábil na resolução de disputas judiciais e extrajudiciais, mas também evidencia desafios na formação de profissionais qualificados, que podem impactar a qualidade das decisões em processos financeiros e técnicos.

No âmbito acadêmico, os achados apontam para a necessidade de ajustes na grade curricular dos cursos de Ciências Contábeis, especialmente no ensino da perícia contábil. Para aproximar os estudantes da prática profissional, as instituições de ensino devem incentivar estágios, atividades práticas e maior interação com o mercado de trabalho. Além disso, eventos e seminários podem despertar o interesse pela área, apresentando suas diversas possibilidades de atuação e demandas da profissão.

Sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas em outras universidades públicas e privadas para identificar possíveis variações regionais ou institucionais na percepção dos estudantes sobre a perícia contábil. Também seria relevante investigar a visão de profissionais já atuantes na área, analisando de que forma a formação acadêmica influenciou suas carreiras e como avaliam o mercado atual. Outra linha de estudo poderia examinar a eficácia das metodologias de ensino utilizadas nos cursos de Ciências Contábeis, verificando se a adoção de práticas interativas e dinâmicas poderia despertar maior interesse dos alunos por essa especialização.

## Referências:

ADAMS, C. A.; LARRINAGA. Progress: engaging with organisations in pursuit of improved sustainability accounting and performance. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1108/AAAJ-03-2018-3399>

AIZIA, G. DE L.; FIRMINO, M. M.; SANITÁ, J. Y.; AVELINO, C. H.; SPIRONELLI, F. C. A importância da Perícia Contábil em uma Ação de Prestação de Contas ao Poder Público. *Revista e-humanit@s*, Araçatuba-SP, v.1, n. 9, p. 103-128, 2021. Disponível em: <https://unisalesiano.com.br/aracatuba/wp-content/uploads/2022/01/Artigo-Cientifico-Grazielle-e-Miria-502-Pronto.pdf> Acesso em: 12 dez. 2023.

ANDRADE, A. B.; ANDRADE, T. C.; MARTINS, S. N.; STROHSCHOEN, A. Metodologias ativas no ensino de Ciências Contábeis: Problem Based Learning (PBL) na disciplina de arbitragem e perícia contábil. *Revista Thema*, Pelotas-RS, v. 21, n. 2, p. 527-547, 2022. <https://doi.org/10.15536/thema.V21.2022.527-547.1718>

ARANTES, T. O. O perito e a prova pericial segundo o novo código de processo civil. *Revista Especialize On-line IPOG*, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 1-16, 2018. Disponível em: <https://ipog.edu.br/wp-content/uploads/2020/11/thaiany-oliveira-arantes-pfcam003-258415.pdf> Acesso em: 11 dez. 2023.

ARAÚJO JÚNIOR, E. L. DE; ALVES, M. F. A Atuação do Perito Contador na Justiça do Trabalho Frente a Reforma Trabalhista. *Revista de Ciências Gerenciais*, Londrina-PR, v. 25, n. 42, p. 145-153, 2021. <https://doi.org/10.17921/1415-6571.2021v25n42p145-153>

BAKER, C. R.; PERSSON, M. E. The Influence of Accounting Theory on the FASB Conceptual Framework. *In Historical Developments in the Accountancy Profession, Financial Reporting, and Accounting Theory*, v. 25, p. 51-66, 2021. Emerald Publishing Limited. <https://doi.org/10.1108/S1479-350420210000025004>

BANDEIRA, L. dos S. Perícia Contábil o Desenvolvimento de um Conceito. *Pensar Contábil*, Rio de Janeiro, 23(83), 40-47, 2022. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/3768/2798> Acesso em: 12 dez. 2023.

BARROS NETO, R. B., SANTOS, G. C., OLIVEIRA, E. R., BITENCOURT, F. L. D., SANTOS, D. L. J. S. Análise da percepção dos acadêmicos do curso de Ciências Contábeis de uma Instituição de ensino superior privada de Goiânia sobre as condutas éticas do profissional contador. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, Curitiba-PR, v. 12, n. 2, p. 42-62, 2021. <http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v12i2.74030>

BATISTA, A. K. R.; ANDRADE, N. A.; LOPES, P. D.; CASTRO, W. A. Percepção de alunos e egressos de Oliveira/MG e região em relação a carreira de Perícia Contábil. *Revista E-Acadêmica*, Vargem Grande Paulista-SP, v. 3, n. 3, p. e7333397-e7333397, 2022. <https://doi.org/10.52076/eacad-v3i3.397>

BEUREN, I. M. (Organizador). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2006.

BRITO, B. O. A percepção dos discentes da disciplina de Perícia Contábil nas universidades da grande São Paulo. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/62713> Acesso em: 21 nov. 2023.

FEIJÓ, A. M.; VICENTE, E. F. R.; PETRI, S. M. O uso das escalas Likert nas pesquisas de contabilidade. *Revis-*

ta Gestão Organizacional, Chapecó-SC, v. 13, n. 1, p. 27-41, 2020. <https://doi.org/10.22277/rgo.v13i1.5112>

CARNEIRO, Y. F. F., SZUSTER, N., SIQUEIRA, J. R. M., FONSECA, A, C. P. D. de. Contabilidade forense: a aplicação da atividade contábil investigativa e sua perspectiva futura no brasil. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 56-73, 2017. Disponível em: [www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/UERJ/issue/view/281](http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/UERJ/issue/view/281) Acesso em: 21 dez. 2023.

COHEN, J. R.; DALTON, D. W.; HOLDER-WEBB, L. L.; MCMILLAN, J. J. An analysis of glass ceiling perceptions in the accounting profession. Journal of Business Ethics, v. 164, p. 17-38, 2020. <https://doi.org/10.1007/s10551-018-4054-4>

FRANÇA, J. A.; BARBOSA, A. B. O ensino da perícia contábil em Brasília: percepções dos estudantes do curso de Ciências Contábeis. Revista Catarinense da Ciência Contábil, Florianópolis, v. 14, n. 43, p. 63-73, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v14n43p63-73>. Acesso em: 22 dez. 2023.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HASBUN, E. C.; DE MEDEIROS LIMA, V. G.; BORGES, E. F. Perícia contábil trabalhista: experiências, características e habilidades relevantes na opinião de peritos e alunos. Revista Uniabeu, [s.l.], v. 10, n. 25, p. 1-12, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/268395704.pdf>. Acesso em: 12 set. 2023.

HENRIQUE, M. R. *et al.* A percepção dos discentes acerca da profissão do perito contador na Universidade Federal de São Paulo. Cadernos de Gestão e Empreendedorismo, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 18-38, 2022. <https://doi.org/10.32888/cge.v10i3.56071>.

KOTB, A. *et al.* Information technology in the British and Irish undergraduate accounting degrees. Accounting Education, v. 28, n. 5, p. 445-464, 2019. <https://doi.org/10.1080/09639284.2019.1588135>.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARINHO, A. C. da S. *et al.* Perícia contábil: existirá (des)motivação nos estudantes de Ciências Contábeis da Paraíba pela área profissional? XVII Congresso da USP de iniciação Científica, São Paulo, 29 a 31 julho de 2020. Disponível em: <https://congress USP.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/2710.pdf>.

Acesso em: 9 set. 2023.

MATHIAS, L. R. G. M.; SERAFIM JUNIOR, V. Impactos da reforma trabalhista na perícia contábil sob a perspectiva dos peritos contábeis do TRT 9ª região do estado do Paraná. RAGC, Monte Carmelo-MG, v. 8, n. 37, p. 35-53, 2020. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/2179>. Acesso em: 2 set. 2023.

MANOEL, G. T. *et al.* Estratégias de legitimidade de Suchman evidenciadas no cadastro da justiça do Paraná-CAJU, referente a atividade de perito contábil. Revista de Gestão e Secretariado, v. 14, n. 1, p. 1049-1067, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i1.1570>. Acesso em: 12 set. 2023.

MARTINS, J. D.; MEDEIROS, M. A.; ARAÚJO, A. O. A percepção dos discentes do curso de Ciências Contábeis quanto às habilidades e competências desenvolvidas na disciplina de perícia contábil. *REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade, Campina Grande-PB*, v. 7, n. 2, p. 67-84, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18696/reunir.v7i2>. Acesso em: 22 set. 2023.

MENEZES, A. H. N. et al. Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância. Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina-PE, 2019. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/noticias/univasf-publica-livro-digital-sobre-metodologia-cientifica-voltada-para-educacao-a-distancia/livro-de-metodologia-cientifica.pdf>. Acesso em: 2 set. 2023.

MIRANDA, C. S. *et al.* Perícia contábil: um panorama de seus profissionais e de suas atividades no Brasil. *Revista Ambiente Contábil*, Natal-RN, v. 14, n. 2, p. 457-479, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2022v14n2ID27983>. Acesso em: 10 set. 2023.

OLIVEIRA, T. S.; MARTINS, Z. B. Nível de conhecimento de alunos concluintes de cursos de Ciências Contábeis acerca dos temas perícia e arbitragem. *UNIVERSITAS*, Mogi-Mirim-SP, v. 26, n. 1, p. 57-80, 2020. Disponível em: <https://www.revistauniversitas.inf.br/index.php/UNIVERSITAS/article/view/429>. Acesso em: 8 set. 2023.

OLIVEIRA MORAIS, M. A. et al. Percepção docente sobre a aplicabilidade do PBL no ensino contábil: desafios e limitações. *Revista Ambiente Contábil*, Natal-RN, v. 14, n. 2, p. 357-379, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2022v14n2ID25953>. Acesso em: 11 set. 2023.

PENG, W. Construction and application of accounting computerization skills teaching resource database under the background of. *Curriculum and Teaching Methodology*, v. 2, n. 1, p. 1-4, 2019. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.23977/curtm.2019.21001>. Acesso em: 7 nov. 2023.

PICOLI, M. O. P. *et al.* Utilização da perícia contábil em processos judiciais cíveis: um estudo de múltiplos casos. *Revista UNEMAT de Contabilidade*, Nova Mutum-MT, v. 11, n. 21, p. 198-209, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.30681/ruc.v11i21.10424>. Acesso em: 9 set. 2023.

PIRES, B. B. *et al.* Relevância da perícia contábil em ações judiciais para tomada de decisão. *Revista e-humanit@s*, Araçatuba-SP, v. 9, n. 1, p. 64-75, 2021. Disponível em: <https://unisalesiano.com.br/aracatuba/wp-content/uploads/2022/01/Artigo-Cientifico-Bruna-e-Saulo-503-Pronto.pdf>. Acesso em: 7 set. 2023.

PROETTI, S. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: um estudo comparativo e objetivo. *Revista Lumen*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 1-23, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.unifai.edu.br/index.php/lumen/article/view/60>. Acesso em: 22 dez. 2023.

REBELE, J. E.; PIERRE, E. K. S. A commentary on learning objectives for accounting education programs: the importance of soft skills and technical knowledge. *Journal of Accounting Education*, v. 48, p. 71-79, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jaccedu.2019.07.002>. Acesso em: 13 set. 2023.

SANTOS, H. de S.; BORTOLOTTI, A.; CALIL, V. L. A prova pericial no Brasil: um estudo de caso nos autos nº 0002498-17.1998. 8.16. 0035—Ação de dissolução parcial de sociedade limitada. *Caderno PAIC*, Curitiba-PR, v. 19, n. 1, p. 759-780, 2018. Disponível em: <https://cadernopaic.fae.edu/cadernopaic/article/view/313/>

# Capítulo V

## FATORES DETERMINANTES SOBRE A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA: A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES

*LABOR LEGISLATION IN BRAZIL: THE PERCEPTION OF ACCOUNTING  
SCIENCE*

*Autores: Carlos Alexandre Silva Morais Junior<sup>21</sup>; Sérgio Luiz Pedrosa da Silva<sup>22</sup>;  
Wênyka Preston Leite Batista da Costa<sup>23</sup>; Jandeson Dantas da Silva<sup>24</sup>; Camila Karen  
Alves Pedrosa<sup>25</sup>*

---

21 Bacharel em Ciências Contábeis pela UERN.

22 Doutor em Geografia Econômica pela UFPE. Professor do Departamento de Ciências Contábeis pela UERN.

23 Pós Doutorado em Ciências Contábeis pela UNISINOS-PR. Professora do curso de Ciências Contábeis pela UERN.

24 Doutor em Ciências Contábeis pela UNISINOS-PR. Professor do curso de Ciências Contábeis da UERN.

25 Bacharel em Ciências Contábeis pela UFERSA, mestranda em Administração pela UFERSA

## Resumo:

Este estudo analisou o nível de conhecimento dos estudantes de Ciências Contábeis sobre a legislação trabalhista brasileira, identificando lacunas na formação acadêmica e sugerindo melhorias no ensino do tema. A pesquisa adotou uma abordagem descritiva e quantitativa, utilizando levantamento de dados por meio de questionário. A análise foi conduzida pelo método de análise fatorial. Os resultados revelaram três fatores principais. O primeiro envolve o conhecimento geral sobre a CLT, evidenciando variações na compreensão dos estudantes e a necessidade de reforço no ensino. O segundo fator aponta para a formação acadêmica, indicando que, embora o material didático seja considerado adequado, há demanda por metodologias práticas e interativas. O terceiro fator destaca a terminologia jurídica como um obstáculo ao aprendizado, levando os estudantes a buscar informações de forma independente, o que expõe deficiências nos programas educacionais. Para superar essas dificuldades, sugere-se o uso de estudos de caso, linguagem acessível e recursos complementares, como workshops e palestras. A pesquisa contribui para a literatura acadêmica com dados empíricos para estudos futuros, propõe melhorias nos programas de ensino para um aprendizado eficaz e sugere estratégias pedagógicas que ampliem o conhecimento dos estudantes de Ciências Contábeis sobre a legislação trabalhista, capacitando-os para o mercado e para a sociedade.

**Palavras-Chave:** Curso de Ciências Contábeis. Legislação Trabalhista. Formação acadêmica.

### *Abstract*

*This study analyzed the level of knowledge of Accounting students regarding Brazilian labor legislation, identifying gaps in academic training and suggesting improvements in the teaching of the subject. The research adopted a descriptive and quantitative approach, using data collection through a questionnaire. The analysis was conducted using the factorial analysis method. The results revealed three main factors. The first involves general knowledge about the CLT (Consolidation of Labor Laws), highlighting variations in students' understanding and the need for reinforcement in teaching. The second factor relates to academic training, indicating that although the teaching materials are considered adequate, there is a demand for practical and interactive methodologies. The third factor underscores legal terminology as a learning obstacle, leading students to seek information independently, which exposes deficiencies in educational programs. To overcome these difficulties, the study suggests the use of case studies, accessible language, and complementary resources such as workshops and lectures. This research contributes to the academic literature by providing empirical data for future studies, proposes improvements in teaching programs for effective learning, and suggests pedagogical strategies that enhance Accounting students' knowledge of labor legislation, preparing them for both the job market and society.*

**Keywords:** Accounting Sciences Course. Labor Legislation. Academic education.

## **Introdução:**

O conhecimento das normas trabalhistas no Brasil tem um impacto direto na vida da população, pois essas regras estão em constante atualização devido a mudanças legislativas e interpretações judiciais. A estrutura do direito trabalhista é ampla e complexa, tornando seu estudo relevante em diversas formações acadêmicas (Santos; Melgaço; Vilela, 2023).

A legislação trabalhista brasileira é notoriamente extensa e detalhada, abrangendo uma ampla gama de aspectos relacionados ao trabalho, como jornada de trabalho, férias, remuneração, rescisão contratual e segurança no trabalho, entre outros. Devido à quantidade de informações contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), bem como em outras leis, decretos e regulamentos, tanto trabalhadores quanto estudantes podem apresentar diferentes níveis de compreensão sobre seus direitos e obrigações (Santos; Melgaço, 2023).

Nesse contexto, a legislação trabalhista brasileira passou por diversas alterações ao longo do tempo, com reformas implementadas em diferentes períodos, o que pode ocasionar distintos graus de entendimento na sociedade. Outro desafio é a linguagem técnica e jurídica que permeia a legislação trabalhista, pois os termos legais e a terminologia específica dificultam a compreensão para aqueles que não possuem formação em Direito, tornando a leitura das leis uma tarefa desafiadora para maioria da população (Amorim; Santos; Castro, 2022; Galvão; Giuliani, 2023).

O acesso a informações claras e objetivas sobre a legislação trabalhista ainda é um desafio. Muitos trabalhadores e estudantes da área desconhecem direitos fundamentais, pois os conteúdos disponíveis nem sempre são apresentados de forma acessível. A falta de formação e conscientização nesse campo contribui para a desinformação sobre direitos e deveres na sociedade (Droppa; Biavaschi; Teixeira, 2021; Santos; Melgaço; Vilela, 2023).

Para os estudantes de Ciências Contábeis, a compreensão da legislação trabalhista pode ser desafiadora devido à complexidade das normas, às constantes mudanças legislativas e ao uso de terminologia técnica nos textos legais. Esses fatores podem dificultar a assimilação do tema, impactando a capacidade de aplicar esse conhecimento na proteção de direitos e no exercício profissional futuro (Lima, 2021; Amorim; Santos; Castro, 2022).

As Instituições de Ensino Superior (IES) realizam esforços para educar os estudantes sobre os direitos e obrigações trabalhistas. Além disso, os docentes que ministram disciplinas voltadas para essa área desempenham um papel fundamental na formação dos discentes, sendo responsáveis por fornecer informações adequadas sobre a legislação trabalhista. O nível de conhecimento dos estudantes de graduação sobre as leis trabalhistas no Brasil é, portanto, variável e depende de fatores como a qualidade da educação e o acesso à informação, ambos fundamentais para a formação desse conhecimento (Jorge; Costa, 2021; Galvão; Giuliani, 2023).

Diante desse contexto, esta pesquisa busca responder à seguinte questão: qual é o nível de compreensão dos estudantes de Ciências Contábeis sobre a legislação trabalhista brasileira? O estudo tem como propósito analisar o conhecimento dos discentes desse curso em relação às normas que regulam as relações de trabalho no país.

Além de agregar conhecimento à produção acadêmica, a investigação possibilita uma reflexão aprofundada sobre o tema por parte dos estudantes. Ao examinar a familiaridade dos graduandos com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), torna-se viável identificar possíveis lacunas na formação e no currículo do curso, possibilitando a proposição de ajustes no ensino.

No campo social, o estudo favorece o acesso à informação sobre a CLT, tanto para aqueles que a estudam quanto para os trabalhadores em geral. Os resultados obtidos podem subsidiar iniciativas voltadas à qualificação profissional e ao aprimoramento da educação na área contábil,

**contribuindo para uma maior compreensão dos direitos trabalhistas e suas implicações no ambiente de trabalho.**

## Referencial teórico:

Este estudo fundamenta-se em referenciais teóricos que abordam três aspectos principais: a complexidade e as transformações na legislação trabalhista no Brasil, o nível de conhecimento da população e o acesso às informações sobre o tema, bem como a assimilação desse conteúdo pelos estudantes de Ciências Contábeis.

### - A legislação trabalhista no Brasil

A sociedade no âmbito do trabalho está imersa em leis trabalhistas que resguardam os direitos dos trabalhadores e impõem deveres aos empregadores, tornando essencial que a população tenha conhecimento sobre a CLT, incluindo estudantes de diferentes áreas. Além disso, as leis trabalhistas brasileiras são conhecidas por sua complexidade e detalhamento e passam por constantes alterações, como ocorreu com a Reforma Trabalhista de 2017. Essa dinâmica pode dificultar a compreensão e gerar assimetria de informações, especialmente para aqueles que não possuem formação jurídica (Fernandes, 2018; Sulphery, Alanzi; Klepe, 2021).

A legislação trabalhista no Brasil é complexa devido à sua evolução ao longo das décadas, passando por diversas reformas e acréscimos desde os anos 1930. Esse arcabouço normativo tornou-se extenso e segmentado, refletindo a diversidade econômica e social do país e sua extensão territorial pujante. A necessidade de regulamentar distintos setores e contextos profissionais amplia os desafios de interpretação e aplicação das normas trabalhistas (Barbosa, 2020; Santos Junior; Batista; Lima, 2021).

As normas trabalhistas brasileiras possuem um viés protetivo aos empregados, buscando estabelecer garantias frente às relações de trabalho. Dentro desse contexto, acordos coletivos entre sindicatos e empresas surgem como um mecanismo para ajustes específicos, acrescentando novos elementos à regulação trabalhista. Esse cenário contribui para o aumento do volume de disputas judiciais, resultando em decisões diversas que podem impactar a aplicação uniforme das regras estabelecidas (Droppa; Biavaschi; Teixeira, 2021; Barbosa, 2020).

Nos últimos anos, o Brasil tem implementado reformas trabalhistas com o objetivo de simplificar e modernizar a legislação, visando um ambiente de negócios favorável e o incentivo à geração de empregos. Entretanto, as constantes alterações nas regras e regulamentos podem gerar confusão entre trabalhadores, estudantes e empregadores, tornando desafiador manter-se atualizado sobre a legislação vigente (Santos; Melgaço; Vilela, 2023).

As reformas abrangem diversos aspectos, como a flexibilização das regras de contratação e demissão, alterações nas normas sobre jornada de trabalho e modificações nas regras de férias e licenças. Para a sociedade, isso exige adaptação às novas condições e um entendimento claro sobre como essas mudanças afetam seus direitos e benefícios. Para enfrentar essa realidade, é fundamental buscar informações atualizadas por meio de profissionais especializados em Direito do Trabalho e CLT, bem como recorrer aos órgãos governamentais responsáveis pela regulamentação trabalhista. Além disso, estar ciente dos próprios direitos e deveres e possuir um nível de conhecimento adequado como trabalhador ou futuro empregado é essencial para evitar problemas e garantir um ambiente de trabalho justo e equilibrado (Barbosa, 2020; Araújo *et al.*, 2020).

### - Conhecimento dos cidadãos sobre a legislação trabalhista

Devido ao fato de a legislação trabalhista abranger toda a sociedade, esta tem o direito de acessar informações claras e acessíveis sobre seus direitos e obrigações, cabendo principalmente ao governo e à iniciativa privada providenciar tais informações. No entanto, observa-se uma carência nesse aspecto, o que pode gerar complexidade em diversos contextos, especialmente quando se trata dos direitos e

deveres dos trabalhadores e empregadores (Dutra; Coelho, 2020; Vesoloski; Zambam, 2022).

Existem diversas razões para essa dificuldade, bem como suas consequências. Uma delas é a falta de divulgação por parte do governo e das empresas, que têm o dever de informar a sociedade sobre seus direitos e responsabilidades. Essa sociedade engloba trabalhadores, estudantes, empregadores, entre outros. No entanto, na ausência de esforços adequados de disseminação, maioria da população pode permanecer sem conhecimento sobre direitos fundamentais, como salário mínimo, jornada de trabalho, licenças e segurança no ambiente laboral. Essa lacuna evidencia a necessidade de apresentação das informações de forma clara e acessível (Gaspardo; Santos; Marchioni, 2023).

A falta de informações acessíveis e a complexidade das normas trabalhistas podem gerar impactos negativos. A dificuldade das empresas em interpretar corretamente a legislação pode comprometer o cumprimento das exigências legais, resultando em descumprimentos não intencionais, levando a disputas judiciais e penalidades, afetando empregadores e trabalhadores (Cassar, 2017; Barbosa, 2020).

A CLT, marcada pelo uso de termos jurídicos e por sua extensão, além das constantes alterações, reforça a necessidade de colaboração entre governos, empregadores, organizações não governamentais e universidades para assegurar que os direitos e deveres dos trabalhadores sejam claramente comunicados e compreendidos pela sociedade. Esse esforço pode incluir campanhas de conscientização, produção de materiais informativos em diversos idiomas, treinamentos para todas as partes envolvidas e simplificação das normas trabalhistas sempre que possível, para facilitar o entendimento. Além disso, a dificuldade da população em compreender as leis trabalhistas muitas vezes está associada ao desconhecimento dessas normativas (Santos Junior; Batista; Lima, 2021; Cunha *et al.*, 2021).

A maioria da população brasileira não possui formação jurídica e, portanto, pode não estar familiarizada com os termos e procedimentos legais. O baixo nível de educação jurídica no Brasil é uma preocupação, pois afeta diversos aspectos da sociedade, dificultando o acesso das pessoas à justiça. Muitas vezes, elas não compreendem seus direitos e obrigações legais, o que pode impedi-las de reivindicar direitos quando necessário (Dutra; Coelho, 2020).

Os empregadores são parte essencial das relações de trabalho e estão sujeitos às obrigações estabelecidas pela CLT. É fundamental que observem rigorosamente essa legislação para proteger tanto seus funcionários quanto a si próprios, evitando prejuízos e garantindo também seus próprios direitos como empregadores (Santos Junior; Batista; Lima, 2021).

Dessa forma, o nível de conhecimento das leis influencia diretamente a vulnerabilidade dos indivíduos, que podem ser explorados ou prejudicados por terceiros. Isso ocorre especialmente em questões relacionadas a contratos, locação e trabalho, nos quais a falta de compreensão das implicações legais pode levar a situações desfavoráveis. A carência de conhecimento pode contribuir para a exclusão social, impedindo que as pessoas tenham ciência de programas governamentais ou direitos sociais aos quais têm acesso (Dutra; Coelho, 2020; Cunha *et al.*, 2021; Vesoloski; Zambam, 2022).

A falta de conhecimento jurídico também contribui para o aumento da demanda no sistema judicial, com a entrada de ações mal fundamentadas ou evitáveis, o que pode impactar a tramitação dos processos e a eficiência das decisões. Para enfrentar esse desafio, é necessário investir em iniciativas que promovam a disseminação do conhecimento legal, como programas educacionais, serviços jurídicos acessíveis para comunidades com menor acesso a esses recursos e estratégias que tornem a linguagem jurídica clara e compreensível. Essas iniciativas auxiliam na redução das dificuldades enfrentadas pela população ao buscar informações sobre a legislação trabalhista no Brasil (Cunha *et al.*, 2021; Droppa; Biavaschi; Teixeira, 2021).

Por outro lado, o conhecimento da legislação trabalhista garante proteção à sociedade, prevenindo abusos por parte dos empregadores e assegurando informações essenciais sobre encargos trabalhistas, evitando prejuízos decorrentes de erros no processamento da folha de pagamento. Além disso, compreender as leis trabalhistas e os direitos dos trabalhadores contribui para o avanço da

globalização. Entre os cidadãos, incluem-se os estudantes de Ciências Contábeis, que estão diretamente relacionados à legislação trabalhista desde sua formação acadêmica até a prática profissional, sendo essencial que possuam um conhecimento aprofundado sobre o tema (Cassar, 2017; Santos; Amorim, 2023).

## **- Conhecimento dos estudantes sobre a legislação trabalhista**

Os estudantes de Ciências Contábeis são normalmente expostos a tópicos relacionados à legislação trabalhista como parte de sua formação acadêmica, pois esse conhecimento é essencial para a compreensão das práticas contábeis e financeiras, especialmente no que se refere à folha de pagamento, tributação e obrigações trabalhistas das empresas. Dessa forma, desenvolve-se uma familiaridade com a legislação trabalhista, que, a depender do nível de conhecimento, pode trazer benefícios e revelar lacunas na formação desses estudantes (Santos; Amorim, 2023; Costa, 2023).

Os graduandos em Ciências Contábeis devem compreender e ser capazes de explicar os direitos e deveres de empregados e empregadores, uma vez que, no exercício de sua futura profissão, estarão em contato direto com ambas as partes. No entanto, esses estudantes podem enfrentar diversas dificuldades ao tentar entender a legislação trabalhista, devido à sua complexidade e constante evolução. As leis trabalhistas são detalhadas e repletas de terminologias específicas, além de conterem exceções e regras particulares que podem ser de difícil compreensão. Isso inclui aspectos como jornada de trabalho, contratos, benefícios e rescisões. Além disso, a legislação está sujeita a frequentes mudanças, com novas normas e regulamentações sendo promulgadas e atualizadas regularmente, o que pode gerar confusão e exigir dos estudantes um esforço contínuo para manter seu conhecimento atualizado (Santos Júnior; Batista; Lima, 2021; Gomes; Kremer; Walter, 2022; Santos; Tabosa, 2023).

O aprendizado da legislação trabalhista apresenta desafios, devido à terminologia jurídica, que pode dificultar a compreensão para quem não tem formação em Direito. Além disso, a extensão das normas torna complexa a identificação e aplicação correta das disposições legais. A prática da legislação em diferentes cenários exige, além do conhecimento teórico, a habilidade de interpretar e aplicar as normas de forma adequada às situações concretas. Isso demanda dos estudantes não apenas a assimilação dos conceitos, mas também a capacidade de os utilizar na resolução de questões práticas (Santos; Oliveira; Tabosa, 2020; Oneda; Martins, 2021; Machado; Ferreira, 2021).

Para aprimorar o nível de conhecimento dos estudantes de Ciências Contábeis sobre a legislação trabalhista, é fundamental adotar uma abordagem abrangente, envolvendo tanto as instituições de ensino quanto os próprios estudantes. Além disso, é essencial fortalecer a confiança dos discentes em relação ao próprio nível de conhecimento sobre a legislação, auxiliando em sua formação e no futuro exercício da profissão. Nesse sentido, algumas alternativas podem ser adotadas para minimizar essas dificuldades (Alfordy; Othman, 2021; Delfino *et al.*, 2021; Costa, 2023).

Inicialmente, é imprescindível que o currículo do curso de Ciências Contábeis seja atualizado em seus aspectos teóricos e práticos, incluindo módulos específicos sobre legislação trabalhista. Esses módulos devem abordar temas como contratos de trabalho, remuneração, direitos e deveres de empregadores e empregados, além da tributação associada à folha de pagamento. A incorporação de conteúdos sobre legislação trabalhista nos diversos componentes curriculares da matriz do curso pode ajudar a contextualizar sua aplicabilidade e imergir os estudantes em diferentes cenários relacionados à CLT. Para isso, a contratação de professores qualificados, com experiência prática em legislação trabalhista, é essencial, pois esses profissionais podem oferecer aos estudantes percepções aplicáveis (Leal; Ferreira; Farias, 2020; Machado; Ferreira, 2021; Santos; Amorim, 2023; Gaspardo; Santos; Marchioni, 2023).

Para um aprendizado da legislação trabalhista, é essencial utilizar materiais didáticos atualizados, como livros, artigos e plataformas digitais que acompanhem as mudanças normativas. Os estudantes

devem ser incentivados a acompanhar essas atualizações para fortalecer sua compreensão do tema. Além disso, a simplificação da terminologia jurídica torna o conteúdo acessível. Outra estratégia é a organização de palestras e seminários com profissionais da área, como advogados e representantes de instituições governamentais, proporcionando uma visão ampla dos desafios da prática para a formação dos estudantes (Barbosa, 2020; Delfino *et al.*, 2021; Costa *et al.*, 2022; Folador *et al.*, 2022; Melo *et al.*, 2023).

Nesse contexto, em um mundo digitalizado, a disponibilização de acesso a recursos on-line, como guias, manuais e documentos governamentais relacionados à legislação trabalhista, pode auxiliar os estudantes na busca por informações relevantes de forma autônoma. Também é fundamental incentivar a formação de grupos de estudo e promover debates em sala de aula sobre tópicos pertinentes, além de estimular os estudantes a aprofundarem seus conhecimentos sobre a legislação trabalhista por meio de pesquisa independente (Oneda; Martins, 2021; Costa, 2023).

A combinação dessas estratégias pode contribuir para o aprimoramento do conhecimento da legislação trabalhista entre os estudantes de Ciências Contábeis, preparando-os para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e da área financeira. Dessa forma, este estudo evidencia os desafios enfrentados pelos discentes em relação ao tema proposto (Farias; Araújo, 2021; Maciel; Lando, 2021; Gomes; Kremer; Walter, 2022; Santos; Tabosa, 2023).

## **- Método de pesquisa**

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa se classifica como descritiva, pois busca analisar as características da população pesquisada, especificamente o nível de compreensão dos estudantes de Ciências Contábeis sobre a legislação trabalhista brasileira. Segundo Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever características presentes em determinadas populações ou fenômenos.

Em relação à abordagem da pesquisa, caracteriza-se como quantitativa, pois busca quantificar o grau de conhecimento dos estudantes do curso de Ciências Contábeis sobre a legislação trabalhista. Segundo Menezes (2019), a compreensão sobre estatística é relevante para pesquisadores ou para aqueles que fazem parte de grupos de pesquisa, uma vez que, em um conjunto de informações, o valor numérico deve ser considerado devido à natureza do fenômeno investigado.

No que se refere aos procedimentos, a pesquisa caracteriza-se como levantamento de dados ou pesquisa *survey*, devido à necessidade de obter respostas diretamente dos estudantes de Ciências Contábeis sobre seu conhecimento em legislação trabalhista. De acordo com Gonçalves (2001), a pesquisa *survey* busca informações diretamente com a população-alvo, exigindo um contato direto do pesquisador com essa população para obtenção das respostas necessárias.

A população da pesquisa compreende estudantes de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), no município de Mossoró–RN. Foram incluídos na pesquisa alunos entre o segundo e o décimo período do curso de Ciências Contábeis. A coleta de dados ocorreu entre os meses de janeiro e maio de 2024, caracterizando-se, portanto, como uma pesquisa transversal.

Como instrumento de pesquisa, utilizou-se um questionário impresso, aplicado diretamente aos estudantes de Ciências Contábeis. O questionário foi elaborado com questões focadas na percepção dos estudantes sobre seu grau de conhecimento em relação à legislação trabalhista brasileira.

Segundo Zanella (2013), pesquisas de abordagem quantitativa utilizam questionários para a coleta de dados, com perguntas fechadas que devem ser respondidas pelos participantes. Esse método apresenta vantagens como a abrangência, permitindo alcançar um maior número de pessoas em diferentes locais, além da rapidez na obtenção das respostas e da facilidade na organização e quantificação dos dados coletados.

O questionário incluiu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme estabelecido na Resolução CNS nº 466 de 2012. O termo assegurava que a participação na pesquisa era voluntária, garantindo aos participantes informações detalhadas sobre os objetivos do estudo, além de preservar sua integridade e assegurar a confidencialidade e o sigilo dos dados pessoais. O TCLE também esclarecia que, caso houvesse qualquer dano, independentemente de sua natureza, decorrente da pesquisa, os participantes receberiam assistência integral e imediata, enquanto necessário. O questionário foi composto por variáveis apresentadas no Quadro 1, elaboradas com base em estudos anteriores que motivaram a formulação das questões.

Quadro 1 – Variáveis da Pesquisa e Motivação teórica

| N.º Variável | Conteúdo  |
|--------------|---|
| V01          | Estou familiarizado com a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) no Brasil (Fernandes, 2018; Sulphey; Alanzi; Klepe, 2021);  |
| V02          | Sinto-me confiante em minha compreensão das leis trabalhistas brasileiras (Santos; Amorim, 2023; Costa, 2023);  |
| V03          | Posso explicar os direitos e deveres do empregador conforme a legislação trabalhista no Brasil (Santos Junior; Batista; Lima, 2021);  |
| V04          | Posso explicar os direitos e deveres do empregado conforme a legislação trabalhista no Brasil (Fernandes, 2018; Sulphey; Alanzi; Klepe, 2021);  |
| V05          | Estou atualizado sobre as recentes mudanças na legislação trabalhista brasileira (Barbosa, 2020; Santos Junior; Batista; Lima, 2021);   |
| V06          | Sinto que meu curso de Ciências Contábeis forneceu informações adequadas sobre a Legislação Trabalhista Brasileira (Santos; Amorim, 2023; Costa, 2023);   |
| V07          | Sinto que a terminologia (Termos Jurídicos) presentes na Legislação Trabalhista são de difícil compreensão (Oneda; Martins, 2021; Machado; Ferreira, 2021).   |
| V08          | Considero que o material didático sobre a legislação trabalhista brasileira usado durante o curso foi adequado para estudos (Barbosa, 2020; Delfino <i>et al.</i> , 2021);  |
| V09          | Considero que obtive conhecimento prático suficiente durante o curso de ciências contábeis sobre a legislação trabalhista brasileira (Santos; Tabosa, 2021; Gomes; Kremer, Walter, 2022);                               |
| V10          | Considero o conhecimento sobre a legislação uma parte da formação em Ciências Contábeis (Santos; Amorim, 2023; Costa, 2023);  |
| V11          | Considero que o curso de Ciências Contábeis forneceu informações adequadas sobre a terminologia (Termos Jurídicos) da legislação trabalhista brasileira, auxiliando no seu entendimento (Delfino <i>et al.</i> , 2021); |
| V12          | Considero que o curso de Ciências Contábeis necessita de aprofundamento sobre a legislação trabalhista brasileira (Barbosa, 2020; Delfino <i>et al.</i> , 2021);  |
| V13          | Tenho buscado informações independentemente para aumentar meu conhecimento sobre a Legislação Trabalhista Brasileira (Oneda; Martins, 2021; Costa, 2023);   |
| V14          | Eu gostaria de aprender sobre a legislação trabalhista no Brasil durante meu curso (Barbosa, 2020; Delfino <i>et al.</i> , 2021);   |
| V15          | Considero o conhecimento sobre a Legislação Trabalhista uma parte da formação em Ciências Contábeis (Santos; Amorim, 2023; Costa, 2023).  |
| V16          | Considero que o conhecimento sobre a Legislação Trabalhista será essencial durante o exercício da profissão (Santos; Amorim, 2023).   |

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Os questionários foram aplicados de forma online, por meio do aplicativo Google Forms, e presencialmente, junto aos estudantes da UERN, no período de março a abril de 2024. As respostas foram coletadas utilizando a escala de Likert, amplamente empregada em estudos que envolvem preferências, percepções e avaliações subjetivas. Optou-se pelo uso de uma escala com cinco opções de atitude, variando de “Concordo Totalmente” a “Discordo Totalmente”, incluindo a opção de neutralidade (Feijó; Vicente; Petri, 2020).

No que se refere à análise dos dados, utilizou-se técnicas de estatística descritiva e Análise Fatorial Exploratória (AFE). Segundo Fávero et al. (2009), a análise fatorial é uma técnica de correlação

multivariada que busca identificar fatores comuns a um grupo de variáveis inter-relacionadas.

Para a tabulação e apresentação dos dados, foram utilizadas as ferramentas Microsoft Word e Excel (versão 2010). A quantificação e análise estatística dos dados foram conduzidas com o auxílio do software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS®), versão 25. A apresentação e interpretação dos resultados foram realizadas com base nas preferências dos respondentes, comparando-se com a literatura sobre direito do trabalho e contabilidade no Brasil. O objetivo foi preencher lacunas existentes e explorar cenários ainda não investigados (Prodanov; Freitas, 2013).

### Apresentação e análise dos resultados:

Os resultados da pesquisa são organizados em três seções. A primeira apresenta o perfil dos participantes. A segunda exibe as médias das respostas, relacionando-as com referências da literatura. Já a terceira seção traz a análise estatística, buscando identificar os fatores que influenciam a formação ética dos profissionais da contabilidade.

### - Caracterização dos respondentes

A definição da amostra da pesquisa foi feita por meio de um questionário, que permitiu a caracterização dos participantes, conforme demonstrado na Tabela 1, incluindo informações sobre idade, gênero, instituição de ensino, período do curso, experiência na área contábil e se os respondentes tiveram contato com a disciplina de Ética na Contabilidade.

**Tabela 1 - Caracterização dos respondentes**

| Perfil   | Classificações    | Frequência | Percentual (%) |
|--|-------------------|------------|----------------|
| Idade  | De 18 a 25 anos   | 113        | 73,9           |
|  | De 26 a 30 anos   | 21         | 13,7           |
|  | De 31 a 35 anos   | 14         | 9,2            |
|  | De 36 a 40 anos   | 1          | 0,7            |
|  | 41 ou mais        | 4          | 2,6            |
|  | Total             | 153        | 100            |
| Gênero   | Feminino          | 57         | 37,3           |
|  | Masculino         | 68         | 44,4           |
|  | Prefiro não dizer | 28         | 18,3           |
|  | Total             | 153        | 100            |
| Período do Curso                               | 2                 | 18         | 11,8           |
|  | 3                 | 23         | 15,0           |
|  | 4                 | 15         | 9,8            |
|  | 5                 | 21         | 13,7           |
|  | 6                 | 5          | 3,3            |
|  | 7                 | 27         | 17,6           |
|  | 8                 | 10         | 6,5            |
|  | 9                 | 26         | 17,0           |
|  | 10                | 8          | 5,2            |
|  | Total             | 153        | 100            |
| Já cursou a disciplina Legislação Trabalhista? | Sim               | 150        |                |
|  | Não               | 03         |                |
|  | Total             | 153        | 100            |

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A amostra é composta por 153 estudantes do curso de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Observou-se um equilíbrio entre os sexos dos entrevistados, sendo que 37,3% dos participantes se identificaram como do sexo feminino e 44,4% como do sexo masculino. De acordo com dados do portal do Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2024), o ambiente contábil apresenta predominância masculina, com aproximadamente 530 mil profissionais com registros ativos em seus respectivos polos, dos quais 56,3% são do gênero masculino e 43,7% do gênero feminino, considerando tanto contadores quanto técnicos em contabilidade. Esses dados corroboram os resultados obtidos na pesquisa.

No que se refere à faixa etária, a maioria dos participantes (73,9%) tem entre 18 e 25 anos, seguida por aqueles com idade entre 26 e 30 anos (13,7%), de 31 a 35 anos (9,2%), de 36 a 40 anos (0,7%) e acima de 41 anos (2,6%). Quanto ao período do curso, verificou-se um equilíbrio entre a maioria dos períodos, exceto pelo 6º, 8º e 10º períodos, que apresentaram a menor porcentagem de respondentes (15%). Já o 3º, 7º e 9º períodos concentraram a maior proporção de participantes (49,6%). Em relação à formação acadêmica voltada para a legislação trabalhista, 98% dos participantes afirmaram ter cursado disciplinas relacionadas ao tema, enquanto 2% relataram não ter tido essa experiência.

### - Identificação e análise dos fatores evidenciados na pesquisa

Para a realização da análise fatorial, foram conduzidas análises estatísticas das variáveis, considerando a média, erro-padrão, variância, assimetria e curtose, conforme apresentado na Tabela 2. Na Análise Fatorial Exploratória (AFE), a aceitabilidade das variáveis é determinada por estatísticas como média, desvio padrão, assimetria, curtose e a medida de adequação da amostragem (MSA). A média e o desvio padrão fornecem informações descritivas essenciais sobre a centralidade e dispersão dos dados. No entanto, para a AFE, é fundamental avaliar a adequação das variáveis por meio da análise de sua distribuição e correlação com outras variáveis do conjunto de dados.

Tabela 2 – Teste de aceitabilidade de AFE

| Variável | Média | Desvio Padrão | Assimetria | Curtose | MSA   | Aceitação para AFE |
|----------|-------|---------------|------------|---------|-------|--------------------|
| V01      | 3.29  | 0.893         | -0.040     | -0.422  | 0.892 | Aceita             |
| V02      | 3.20  | 0.969         | -0.198     | -0.425  | 0.790 | Aceita             |
| V03      | 3.18  | 0.994         | -0.403     | -0.449  | 0.809 | Aceita             |
| V04      | 2.80  | 0.987         | 0.154      | -0.688  | 0.901 | Aceita             |
| V05      | 3.54  | 0.932         | -0.476     | -0.123  | 0.467 | Não Aceita         |
| V06      | 3.42  | 1.134         | -0.593     | -0.381  | 0.801 | Aceita             |
| V07      | 4.58  | 0.625         | -1.517     | 2.645   | 0.594 | Não Aceita         |
| V08      | 3.27  | 1.047         | -0.537     | -0.326  | 0.786 | Aceita             |
| V09      | 3.24  | 0.960         | -0.277     | -0.328  | 0.847 | Aceita             |
| V10      | 3.21  | 0.991         | -0.144     | -0.491  | 0.861 | Aceita             |
| V11      | 4.22  | 0.813         | -0.802     | 0.377   | 0.727 | Aceita             |
| V12      | 4.31  | 0.700         | -0.740     | 0.248   | 0.587 | Aceita             |
| V13      | 3.54  | 1.094         | -0.354     | -0.905  | 0.820 | Aceita             |
| V14      | 2.91  | 1.009         | -1.869     | -0.708  | 0.433 | Não Aceita         |
| V15      | 2.58  | 0.929         | 0.481      | -0.155  | 0.844 | Aceita             |
| V16      | 4.61  | 0.680         | -1.887     | 3.403   | 0.566 | Não Aceita         |

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

A assimetria indica a simetria da distribuição dos dados, enquanto a curtose fornece informações sobre a 'ponta' ou achatamento da distribuição. De modo geral, valores de assimetria entre -1 e 1 são considerados aceitáveis, pois indicam que a distribuição dos dados não apresenta distorções excessivas. Da mesma forma, valores de curtose entre -2 e 2 são considerados adequados, sugerindo que a distribuição dos dados não é excessivamente achatada nem demasiadamente pontiaguda (Hair *et al.*, 2014).

A MSA (Medida de Adequação da Amostragem) é um fator essencial na Análise Fatorial Exploratória (AFE). A MSA varia de 0 a 1, sendo que valores próximos a 1 indicam que a variável é altamente adequada para a análise fatorial. Já valores abaixo de 0,5 são considerados inadequados, sugerindo que a variável não se correlaciona bem com as demais variáveis do conjunto de dados. No presente estudo, a variável “Sinto que a terminologia (termos jurídicos) presentes na Legislação Trabalhista Brasileira são de difícil compreensão” apresentou uma MSA de 0,467, inferior ao limiar de 0,5, indicando sua inadequação para a AFE (Hair *et al.*, 2014).

Essa inadequação ocorre porque a variável não apresenta correlação suficiente com as demais variáveis, o que pode prejudicar a explicação da variância comum pelos fatores extraídos. Em termos práticos, a inclusão dessa variável na análise poderia distorcer os resultados e comprometer a capacidade dos fatores extraídos de representar corretamente as correlações entre as variáveis (Costa; Gouveia; Cunha, 2022).

Outra variável problemática foi “Considero o conhecimento sobre a Legislação Trabalhista Brasileira uma parte da formação em Ciências Contábeis”, que, apesar de apresentar uma MSA de 0,594, superior ao limiar de 0,5, mostrou uma assimetria de -1,517 e uma curtose de 2,645. Esses valores indicam uma distribuição distorcida e pontiaguda, o que pode comprometer a validade dos fatores extraídos, uma vez que a AFE pressupõe que as variáveis seguem uma distribuição aproximadamente normal (Ramos; Pereira, 2024).

Além disso, a variável “Eu considero que o conhecimento sobre a Legislação Trabalhista Brasileira será essencial durante o exercício da profissão” apresentou uma MSA de 0,566, porém, com uma assimetria de -1,887 e uma curtose de 3,403, evidenciando uma distribuição altamente distorcida e pontiaguda. Tais anomalias na distribuição podem impactar negativamente a AFE, prejudicando a identificação de padrões subjacentes nos dados (Hair *et al.*, 2014).

Dessa forma, variáveis com MSA abaixo de 0,5 ou com valores extremos de assimetria e curtose devem ser descartadas da AFE, a fim de garantir que os fatores extraídos sejam representativos e estatisticamente robustos. A remoção dessas variáveis aprimora a qualidade da análise, assegurando que os fatores identificados expliquem corretamente a estrutura das correlações entre as variáveis, facilitando uma interpretação confiável dos dados.

Com base nesses apontamentos estatísticos, para a realização da AFE, optou-se por excluir as variáveis 5, 7, 14 e 16, a fim de obter um conjunto de dados estatisticamente aceitável para a análise. Após a exclusão dessas quatro variáveis, a matriz de dados foi rotacionada novamente para identificar corretamente os padrões subjacentes e garantir que os fatores extraídos representassem com precisão as correlações entre as variáveis remanescentes (Hair *et al.*, 2014).

Para a realização da AFE, na Tabela 3, inicialmente, apresentam-se os testes de KMO, Bartlett e Alpha de Cronbach, além da demonstração do percentual da variância total explicada. Esses resultados validam o modelo, confirmando que a AFE é adequada ao estudo e possui explicação suficiente para os fatores formados.

**Tabela 3 - Resultado dos testes de consistência das variáveis observáveis (AFE)**

| Teste                                  | Valores Encontrados |
|--|---------------------|
| <i>Alpha de Cronbach</i>               | <b>0,808</b>        |
| Medida <i>Kaiser-Meyer-Oklín</i> (KMO) | <b>0,810</b>        |
| - Aprox. Qui-Quadrado                  | 1119,825            |
| Teste de Esfericidade gl.              | <b>136</b>          |
| Bartlett Sig.                          | <b>0,000</b>        |
| % Variação Explicada                   | <b>69,08%</b>       |

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Os indicadores apresentados para a Análise Fatorial Exploratória (AFE), na Tabela 3, fornecem uma visão sobre a adequação dos dados para essa técnica estatística e a confiabilidade da escala utilizada. A Medida Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) de adequação da amostragem apresentou um valor de 0,810, indicando que a amostragem é ótima para a realização da análise fatorial. O teste de KMO avalia a adequação da amostragem com base na proporção de variância dos itens que podem ser atribuídos a fatores comuns. Os valores de KMO variam de 0 a 1, sendo que valores acima de 0,80 são considerados ótimos (Nascimento; Silva; Fonseca, 2024).

Além disso, foi realizado o Teste de Esfericidade de Bartlett para verificar se a matriz de correlação é uma matriz identidade, ou seja, se as variáveis não estão correlacionadas. O valor aproximado do qui-quadrado foi de 1.119,825, com 136 graus de liberdade e um nível de significância de 0,000. Esse resultado indica a existência de correlações entre as variáveis, rejeitando a hipótese nula de que a matriz de correlação é uma matriz identidade. Assim, a significância obtida ( $p < 0,05$ ) confirma que as variáveis são adequadas para a análise fatorial, pois apresentam correlações suficientes entre si (Hair *et al.*, 2014).

O Alfa de Cronbach é uma medida de consistência interna que avalia a correlação média dos itens de uma escala, indicando o grau de relação entre eles. Os valores de Alfa de Cronbach variam de 0 a 1, sendo que valores acima de 0,80 são considerados ótimos. No presente estudo, o valor obtido foi de 0,808, o que indica que a escala possui uma consistência interna excelente. Esse resultado sugere que os itens do questionário estão bem relacionados e medem consistentemente o mesmo constructo (Rogers, 2022).

Em síntese, os resultados dos testes de KMO e Bartlett, bem como do Alfa de Cronbach, indicam que os dados são adequados para a realização da Análise Fatorial Exploratória. A amostra é considerada ótima para a análise, as variáveis apresentam correlações entre si e a escala utilizada demonstra alta confiabilidade e consistência interna. Esses indicadores são essenciais para validar a adequação e a robustez dos dados antes da execução da análise fatorial.

A análise da variância total explicada é um aspecto fundamental na AFE, pois determina quantos fatores devem ser retidos para representar adequadamente a estrutura subjacente dos dados. Nesta análise, os componentes principais foram extraídos utilizando o método da análise de componentes principais. Os resultados indicam que cinco componentes principais explicam 69,08% da variância total (Ramos; Pereira, 2023).

Após a realização de testes e rotação, a Análise Fatorial Exploratória (AFE) apresentou quatro variáveis, conforme demonstrado na Tabela 4.

**Tabela 4 - AFE: Fatores determinantes da Legislação trabalhistas (Fator 1)**

| Variável | Fatores                             | Itens   | Com.  | Carga Fatorial (1) |
|----------|-------------------------------------|---|-------|--------------------|
| V1       | F1-Conhecimentos Gerais sobre a CLT | Confiança/compreensão da CLT                        | 0,709 | 0,775              |
| V2       |                                     | Conhecimentos/ direitos e deveres do empregador/CLT | 0,789 | 0,879              |
| V3       |                                     | Conhecimentos/ direitos e deveres do empregado/CLT  | 0,772 | 0,874              |
| V4       |                                     | Ser atualizado com a CLT                            | 0,530 | 0,559              |

Nota: Método de extração: análise dos componentes principais. Método de rotação Varimax

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Conforme a Tabela 4, são apresentados os fatores gerados pela AFE. As comunalidades indicam a proporção da variância de cada variável explicada pelos fatores extraídos. Os valores de comunalidade variam de 0 a 1, sendo que valores próximos de 1 indicam que uma maior proporção da variância da variável é explicada pelos fatores. Na prática, comunalidades acima de 0,5 são consideradas adequadas, sugerindo que a variável contribui para a estrutura fatorial. Em suma, as variáveis analisadas possuem comunalidades acima do limite inferior de 0,5, indicando que uma quantidade suficiente de variância de cada variável é explicada pelos fatores extraídos (Hair *et al.*, 2014).

Dessa forma, após os testes de adequação para a AFE terem sido considerados satisfatórios, as exclusões das quatro variáveis V05, V07, V14 e V16 foram realizadas. Posteriormente, os dados foram rotacionados novamente, o que resultou na extração de cinco fatores inicialmente, mas, após as exclusões, restaram apenas três fatores, que foram analisados.

A análise das variáveis do fator 1, intitulado “Conhecimentos gerais sobre a CLT”, permite explorar as nuances da compreensão das leis trabalhistas entre os estudantes de Ciências Contábeis. Esse fator inclui afirmações como familiaridade com a CLT, confiança na compreensão das leis trabalhistas, capacidade de explicar direitos e deveres de empregadores e empregados, além do desejo de aprender sobre a legislação durante o curso. Cada uma dessas variáveis apresenta vantagens e desafios que devem ser considerados para o aprimoramento do ensino e da aprendizagem das leis trabalhistas (Machado; Ferreira, 2021).

A familiaridade com a CLT é um ponto de partida essencial. Quando os estudantes afirmam estar familiarizados com a legislação, isso indica um conhecimento básico que pode ser aprofundado. A vantagem desse aspecto é que essa familiaridade inicial pode facilitar o engajamento com materiais complexos e avançados. No entanto, uma possível desvantagem é a superficialidade desse conhecimento, visto que a familiaridade nem sempre se traduz em uma compreensão profunda ou na aplicação prática, aspecto essencial no contexto jurídico (Costa *et al.*, 2022).

A confiança na compreensão das leis trabalhistas (V01) é fundamental, pois sentir-se confiante é um fator necessário para a aplicação prática do conhecimento. Estudantes que demonstram confiança em sua compreensão tendem a ser proativos e engajados em discussões e práticas profissionais. Contudo, existe o risco de um excesso de confiança, o que pode levar a erros de interpretação e aplicação das normas em um campo complexo como o direito trabalhista (Alfordy; Othman, 2021).

A capacidade de explicar os direitos e deveres de empregadores e empregados (V02 e V03) representa um indicador de conhecimento aprofundado. Essa habilidade é essencial para futuros profissionais que lidarão diretamente com questões trabalhistas, facilitando sua transição para o mercado de trabalho. No entanto, pode haver variações na capacidade de explicação entre os estudantes, apontando para a necessidade de métodos de ensino diferenciados e personalizados, que auxiliem na equalização do aprendizado (Santos Júnior; Batista; Lima, 2021).

O desejo de aprender sobre a legislação trabalhista (V04) durante o curso é um indicativo positivo de motivação e interesse dos estudantes. Esse desejo pode ser direcionado para o aprofundamento do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades críticas. Entretanto, somente o interesse por aprender não garante que os recursos e oportunidades estarão disponíveis ou que o conteúdo será apresentado de maneira acessível e compreensível (Maciel; Lando, 2021).

Para a compreensão das leis trabalhistas, algumas estratégias podem ser adotadas. A inclusão de estudos de caso e simulações no ensino acadêmico facilita o desenvolvimento de habilidades práticas, tornando o aprendizado dinâmico. O uso de uma linguagem clara e acessível ajuda a reduzir as dificuldades relacionadas à terminologia técnica. Além disso, a disponibilização de materiais complementares, como workshops e palestras com profissionais do setor, amplia a visão dos estudantes, proporcionando um entendimento do tema (Santos; Amorim, 2023).

Por fim, a promoção de um ambiente de aprendizado colaborativo, no qual os estudantes possam compartilhar conhecimentos e experiências, pode enriquecer a compreensão coletiva das leis trabalhistas. Essas estratégias podem ajudar a preencher lacunas no aprendizado e garantir que os estudantes de Ciências Contábeis não apenas compreendam a CLT, mas também se sintam preparados para aplicá-la em suas futuras carreiras profissionais (Machado; Ferreira, 2021).

Conforme a Tabela 5, a análise fatorial exploratória (AFE) apresentou cinco variáveis relacionadas ao fator de formação sobre a CLT no curso de Ciências Contábeis.

**Tabela 5 - AFE: Fatores determinantes da Legislação trabalhistas (Fator 2)**

| Variável | Fator 2   | Itens  | Com.  | Carga Fatorial (2) |
|----------|---|--|-------|--------------------|
| V6       | Formação sobre a CLT no curso de Ciências Contábeis | Formação acadêmica adequada/CLT                            | 0,733 | 0,821              |
| V8       |   | O curso forneceu formação adequada/CLT                     | 0,781 | 0,864              |
| V9       |   | O material didático/CLT foi adequado                       | 0,696 | 0,815              |
| V10      |   | Regularidade das atualizações/CLT no curso                 | 0,695 | 0,792              |
| V15      |   | O curso forneceu conhecimento suficiente para formação/CLT | 0,638 | 0,654              |

Nota: Método de extração: análise dos componentes principais. Método de rotação Varimax

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Fator 2 - Formação sobre as Leis Trabalhistas no Curso de Ciências Contábeis Conforme a variável V06, muitos estudantes percebem que seus cursos de Ciências Contábeis fornecem informações adequadas sobre a legislação trabalhista brasileira. Esse sentimento é positivo, pois demonstra que o conteúdo abordado em sala de aula contempla os tópicos essenciais da CLT. No entanto, para garantir que essas informações sejam realmente compreendidas e retidas, é essencial que os cursos ofereçam revisões periódicas e reforcem o aprendizado por meio de diferentes métodos de ensino, como discussões em grupo e aulas interativas (Maciel; Lando, 2021).

Por sua vez, na variável V08, a adequação do material didático é um aspecto fundamental para um aprendizado eficaz. Quando os estudantes consideram o material adequado, isso sugere que ele está bem estruturado, atualizado e acessível. Para manter essa qualidade, as instituições devem garantir que os materiais sejam constantemente revisados e atualizados para refletir as mudanças legislativas. Além disso, a inclusão de recursos multimídia, como vídeos e infográficos, pode tornar o material envolvente e compreensível (Santos Júnior; Batista; Lima, 2021; Melo *et al.*, 2023).

Já a variável V09 destaca a aquisição de conhecimento prático para a aplicação da teoria aprendida em sala de aula. Muitos estudantes sentem que não tiveram exposição suficiente a conteúdos práticos, o que pode ser um desafio ao ingressar no mercado de trabalho. Para preencher essa lacuna, os cursos podem incorporar atividades práticas, como simulações de casos reais, estágios supervisionados e workshops práticos. Essas experiências permitem que os estudantes apliquem a teoria em contextos reais, reforçando seu entendimento e suas habilidades (Barbosa, 2020; Machado; Ferreira, 2021).

Na variável V10, a percepção sobre o conhecimento da legislação trabalhista indica que os estudantes reconhecem a relevância desse tema no currículo. Esse reconhecimento pode ser fortalecido ao demonstrar como a legislação se aplica a diferentes cenários profissionais. Para isso, os docentes podem utilizar exemplos práticos e convidar profissionais do setor para compartilhar experiências, evidenciando a aplicação da legislação no cotidiano da profissão (Cunha *et al.*, 2021; Costa *et al.*, 2022).

A variável V15 destaca o conhecimento da legislação trabalhista, refletindo a percepção dos estudantes sobre sua influência na atuação profissional. Para fortalecer essa compreensão, os cursos podem integrar o tema a diferentes disciplinas, evidenciando sua relação com outras áreas da contabilidade e do meio empresarial. Além disso, projetos interdisciplinares e parcerias entre departamentos podem contribuir para uma abordagem aplicada (Garpardo; Santos; Marchioni, 2023).

A incorporação de atividades práticas, como estudos de caso, simulações, estágios supervisionados e workshops, pode proporcionar aos estudantes uma experiência prática que complemente o conhecimento teórico. A capacitação contínua dos professores também é essencial, garantindo que estejam preparados para ensinar a legislação trabalhista de maneira eficaz e atualizada (Machado; Ferreira, 2021).

Estabelecer parcerias com profissionais da área trabalhista para a realização de palestras e seminários pode proporcionar aos estudantes uma compreensão concreta da aplicação da legislação no dia a dia profissional. Além disso, desenvolver projetos interdisciplinares que relacionem a legislação trabalhista com outras áreas da contabilidade contribui para evidenciar sua aplicação em diferentes contextos. De maneira geral, os cursos de Ciências Contábeis têm avançado na oferta de conteúdos relacionados à legislação trabalhista, porém, sempre há oportunidades para aprimoramentos que tornem o aprendizado dinâmico e alinhado às demandas do mercado (Folador *et al.*, 2022).

A análise fatorial exploratória (AFE) identificou três variáveis relacionadas ao fator de atualização sobre conhecimentos trabalhistas, conforme apresentado na Tabela 6.

**Fator 3 - Atualização sobre a Legislação Trabalhista.** A atualização sobre a legislação trabalhista é essencial na formação dos estudantes de Ciências Contábeis, pois as normas que regem as relações de trabalho no Brasil passam por mudanças frequentes. A análise das variáveis associadas a esse fator permite identificar os impactos dessas atualizações para os estudantes e futuros profissionais, além de destacar aspectos que exigem atenção e aprimoramento ao longo da formação acadêmica.

**Tabela 6 – AFE - Fatores determinantes da Legislação trabalhistas (Fator 3)**

| Variável | Fator 3                                      | Itens  | Com.  | Carga Fatorial (3) |
|----------|--|--|-------|--------------------|
| V11      | Atualização sobre conhecimentos Trabalhistas | Necessidade de maior conteúdo sobre CLT/ Curso         | 0,608 | 0,555              |
| V12      |  | Busca de conhecimento sobre CLT                        | 0,628 | 0,635              |
| V13      |  | Atualização de alterações da CLT para formação pessoal | 0,707 | 0,748              |

Nota: Método de extração: análise dos componentes principais. Método de rotação Varimax

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Na variável V11, a compreensão da terminologia jurídica é essencial para que os estudantes possam navegar pela complexa legislação trabalhista brasileira. Os termos legais são frequentemente específicos e técnicos, tornando-se uma barreira para aqueles que não possuem formação jurídica. Quando os cursos de Ciências Contábeis conseguem desmistificar esses termos por meio de exemplos práticos e explicações claras, o entendimento dos estudantes é facilitado, tornando-os confiantes e preparados para lidar com questões trabalhistas no futuro (Alfordy; Othman, 2021; Melo *et al.*, 2023).

Apesar dos esforços para a compreensão da legislação trabalhista, muitos estudantes ainda encontram desafios relacionados à terminologia jurídica. Para reduzir essa dificuldade, os cursos podem incluir módulos específicos que apresentem esses termos de maneira didática, associando o conteúdo a casos reais e exercícios práticos que auxiliem na fixação do conhecimento. Além disso, a disponibiliza-

ção de glossários e materiais de apoio pode complementar o aprendizado, oferecendo explicações claras e acessíveis sobre os principais conceitos jurídicos, facilitando sua aplicação no contexto acadêmico e profissional (Machado; Ferreira, 2021).

Na variável V12, a percepção de que o curso de Ciências Contábeis necessita de um aprofundamento sobre a legislação trabalhista indica que, apesar dos esforços, ainda há lacunas no currículo. Esse sentimento é preocupante, pois sugere que os estudantes podem não estar recebendo a formação completa necessária para enfrentar os desafios do mercado de trabalho.

Para solucionar essa questão, é fundamental que os cursos revisem e atualizem seus currículos regularmente, garantindo que todas as áreas relevantes da legislação trabalhista sejam abordadas de forma abrangente. A introdução de disciplinas específicas focadas exclusivamente na legislação trabalhista, bem como a incorporação de conteúdos atualizados que reflitam as mudanças legislativas recentes, pode contribuir para esse aprimoramento (Leal; Ferreira; Farias, 2020; Melo *et al.*, 2023).

A variável V13 revela que muitos estudantes sentem a necessidade de buscar informações de forma independente para ampliar seu conhecimento sobre a legislação trabalhista brasileira. Essa iniciativa demonstra proatividade e interesse por parte dos alunos em preencher as lacunas percebidas em sua formação. No entanto, também evidencia uma falha nos programas educacionais, que, idealmente, deveriam fornecer todas as ferramentas e informações necessárias para uma compreensão abrangente do tema. Para apoiar esses estudantes, as instituições de ensino podem oferecer recursos adicionais, como bibliotecas virtuais, acesso a bases de dados legislativas e seminários com profissionais da área (Melo *et al.*, 2023).

As variáveis analisadas têm implicações. Estudantes que não assimilam a terminologia jurídica podem enfrentar dificuldades na interpretação da legislação e na aplicação prática do conhecimento. A falta de um aprofundamento adequado durante a formação pode comprometer a preparação dos futuros profissionais, afetando tanto a qualidade do trabalho quanto a segurança na execução de suas atividades diante das exigências da legislação trabalhista (Santos; Tabosa, 2021; Melo *et al.*, 2023).

Por outro lado, a busca autônoma por conhecimento demonstra um interesse genuíno no aprendizado e no desenvolvimento profissional, mas também revela a necessidade de um suporte educacional estruturado. Cabe às instituições de ensino oferecer uma formação abrangente e atualizada, reduzindo a dependência exclusiva da iniciativa individual para preencher lacunas no aprendizado.

Para que os estudantes de Ciências Contábeis desenvolvam competência e segurança na aplicação da legislação trabalhista, é essencial que os cursos ofereçam conteúdos estruturados, com linguagem acessível e estratégias que incentivem o aprendizado contínuo. Essa abordagem fortalece a formação de profissionais qualificados, preparados para os desafios do mercado e capazes de agregar valor às organizações e à sociedade (Farias; Araújo, 2021).

## **Considerações finais:**

Após a conclusão desta pesquisa, entende-se que seu objetivo foi alcançado, ou seja, analisar a percepção dos discentes do curso de Ciências Contábeis da UERN quanto ao conteúdo recebido durante o curso sobre legislação trabalhista. Os dados foram coletados e analisados, permitindo a identificação das percepções dos alunos sobre o tema proposto, com diferentes aspectos levantados ao longo do estudo.

**Fator 1 – Conhecimentos Gerais sobre a CLT.** A compreensão da CLT é fundamental para os estudantes de Ciências Contábeis, pois facilita o acesso a conteúdos detalhados e complexos. O domínio desse conhecimento proporciona segurança na aplicação das normas trabalhistas em diferentes cenários profissionais. No entanto, essa confiança deve estar baseada em informações corretas, evitando interpretações equivocadas. A capacidade de esclarecer direitos e deveres de empregadores e empregados reflete um entendimento sólido, preparando os estudantes para lidar com questões trabalhistas no mercado de trabalho.

Para a compreensão da CLT, recomenda-se a adoção de estudos de caso e simulações em sala de aula, permitindo que os estudantes conectem a teoria à prática. O uso de uma linguagem acessível e explicações objetivas ajuda a superar as dificuldades com a terminologia técnica. Além disso, recursos complementares, como workshops e palestras com profissionais da área, podem ampliar o interesse pelo tema e facilitar a absorção do conhecimento. O incentivo a um ambiente de aprendizado colaborativo também contribui para entendimento das leis trabalhistas e suas aplicações na prática.

**Fator 2 – Formação sobre as Leis Trabalhistas no Curso de Ciências Contábeis.** Os estudantes de Ciências Contábeis percebem que o conteúdo sobre legislação trabalhista atende parcialmente às suas expectativas. No entanto, a atualização do material didático é essencial para garantir um aprendizado alinhado às mudanças legislativas. A aplicação prática do conhecimento teórico é fundamental para o desenvolvimento de habilidades que permitam a utilização eficiente da legislação trabalhista.

Para fortalecer a formação em legislação trabalhista, deve-se manter os conteúdos atualizados e diversificar os métodos de ensino, incorporando discussões em grupo, atividades interativas e simulações práticas. A capacitação dos docentes é essencial para garantir um ensino eficaz. Além disso, parcerias com profissionais da área oferecem aos estudantes uma visão ampla da aplicação prática das normas. Projetos interdisciplinares também demonstram como a legislação trabalhista se conecta com outras áreas da contabilidade e do ambiente empresarial.

**Fator 3 – Atualização sobre a Legislação Trabalhista.** O acompanhamento das atualizações na legislação trabalhista é fundamental para a formação dos estudantes, dada a constante mudança nas legislações. A compreensão da terminologia jurídica é indispensável para a correta interpretação das normas, tornando necessário que os cursos ofereçam módulos específicos que apresentem esses conceitos didaticamente. A utilização de exemplos práticos facilita a assimilação do conteúdo, permitindo que os estudantes apliquem o conhecimento de forma eficiente no contexto profissional.

A análise dos três fatores destaca aspectos para a formação acadêmica e profissional dos estudantes de Ciências Contábeis. No âmbito acadêmico, este estudo ajuda a identificar lacunas no currículo, podendo servir de base para pesquisas futuras sobre métodos de ensino eficazes e acessíveis. No contexto profissional, reforça a necessidade de um conhecimento sólido da legislação trabalhista, essencial para a qualificação dos futuros contadores. Do ponto de vista social, amplia o acesso à informação, beneficiando os estudantes e os trabalhadores que lidam com essa legislação no cotidiano.

A correta aplicação da CLT e a familiaridade com a terminologia jurídica são essenciais para a prática contábil e para a consultoria em questões trabalhistas. O estudo também sugere ações para aprimorar o ensino da legislação trabalhista, como a introdução de metodologias ativas, a simplificação da linguagem técnica e o fortalecimento de iniciativas que aproximem os estudantes da realidade do

**mercado de trabalho.**

**Os resultados desta pesquisa não podem ser generalizados, pois o estudo foi realizado em uma única IES. Como sugestão para pesquisas futuras, propõe-se a replicação deste estudo em outras universidades, para entender a percepção dos estudantes sobre a legislação trabalhista em diferentes contextos acadêmicos e regionais. Outra possibilidade seria realizar um estudo similar com profissionais que atuam sob o regime celetista, analisando suas perspectivas sobre o tema e sua aplicabilidade no ambiente de trabalho.**

## Referências:

ALFORDY, F. D.; OTHMAN, R. Percepções dos Alunos sobre os Fatores que contribuem para o Desempenho nos Cursos de Ciências Contábeis. *Revista Internacional de Educação Superior*, v. 10, n.1, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5430/IJHE.V10N5P18>

AMORIM, D. A.; SANTOS, M. F. G.; CASTRO, S. F. O esocial: Sistema Empreendedor Aliado à Escrituração das Relações Trabalhistas. *RAGC*, v. 10, n. 44, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/2693> Acesso em: 21 ago. 2023.

BARBOSA, M. L. As alterações na legislação trabalhista brasileira e a necessidade de preservação da dignidade da pessoa humana na seara trabalhista. *Revista de Estudos Jurídicos da UNESP*, v. 24, n. 39, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22171/rej.v24i39.3014>.

CASSAR, V. B. *Direito do Trabalho: de acordo com a Reforma Trabalhista*. São Paulo: Método. 2021.

CFC. Quantos somos? 2019. Disponível em:

<https://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=0> . Acesso: 25 de maio de 2024.

COSTA, L. C. *et al.* Inteligência emocional, metas de realização e desempenho acadêmico: um estudo com alunos de graduação em ciências contábeis. *Contabilidade Vista & Revista*, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22561/cvr.v33i1.7044>.

COSTA, O. S.; GOUVEIA, L. B.; CUNHA, L. S. Validação e testes de confiabilidade da escala de conteúdo das circunstâncias da vida e aspectos motivacionais do estudante (CVAME). *RECIMA21*, v. 3, n. 4, p. e341280-e341280, 2022. DOI: <https://doi.org/10.47820/recima21.v3i4.1280>.

COSTA, O. B. R. Conhecimento e percepção de professores do ensino médio sobre o projeto de vida, competências e habilidades (BNCC): revisão de literatura. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 9, n. 1, p. 1162-1174, 2023. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v9i1.8339>.

CUNHA, S. F. *et al.* Reforma trabalhista e relações de trabalho no Brasil: por quem os sinos dobram? *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 24, n. 1, p. 103-117, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v24i1p103-117>.

DELFINO, G. S. *et al.* A percepção de alunos de graduação em Ciências Contábeis acerca das competências do profissional contábil. *Revista Brasileira de Contabilidade e Gestão*, v. 10, n. 18, p. 001-017, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5965/2764747110182021>.

DROPPA, A.; BIAVASCHI, M. B.; TEIXEIRA, M. O. A terceirização no contexto da reforma trabalhista: conceito amplo e possibilidades metodológicas. *Caderno CRH*, v. 34, 2021. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.45060>.

DUTRA, R. Q.; COELHO, I. B. “Eles pensam que a gente é invisível”: gênero, trabalho terceirizado e educação jurídica popular. *Revista Direito e Práxis*, v. 11, p. 2359-2385, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/44987>.

FEIJÓ, A. M.; VICENTE, E. F. R.; PETRI, S. M. O uso das escalas Likert nas pesquisas de contabilidade. *Revista Gestão Organizacional*, v. 13, n. 1, p. 27-41, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22277/rgo.v13i1.5112>.

FERNANDES, J. LABOR LAW, CLT AND THE 2017 BRAZILIAN LABOR REFORM. *PANORAMA OF BRAZILIAN LAW, [S. L.]*, v. 5, n. 7-8, p. 210–242, 2018. DOI: 10.17768/pbl.y5.n7-8.p210-242. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/pbl/article/view/34654>. Acesso em: 3 mai. 2024.

FOLADOR, E. C. *et al.* O que é um bom professor? A visão dos estudantes de Ciências Contábeis de uma Universidade Federal Brasileira. *Revista Internacional de Pesquisa e Ciência em Engenharia Avançada*, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22161/ijaers.912.14>.

**GALVÃO, F.; GIULIANI, C. D.** Violência laboral e suas inter-relações com o sofrimento mental dos profissionais de enfermagem no hospital universitário do Triângulo Mineiro-MG. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 9, n. 8, p. 1199-1219, 2023. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v9i8.10566>.

**GASPARDO, M.; SANTOS, L. R.; MARCHIONI, A.** Avaliação legislativa das reformas trabalhistas promovidas por meio de medidas provisórias no Governo Bolsonaro. *Revista Direito GV*, v. 19, p. e2323, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-6172202323>.

**GIL, A. C.** Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

**GOMES, J. K. O.; KREMER, J. T.; WALTER, S. A.** Percepção dos discentes de Ciências Contábeis sobre o curso e a profissão contábil: imagem e estereótipos. *Revista UNEMAT de Contabilidade*, v. 11, n. 21, p. 1-19, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ruc/article/view/4458/7354> Acesso em: 21 out. 2023.

**HAIR JR., J. F. et al.** Multivariate data analysis. 7. ed. New Jersey: Pearson, 2014.

**JORGE, T. V; COSTA, E. C.** Análise das modalidades de contratações CLT e PJ para os profissionais de tecnologia da informação. *Revista Interface Tecnológica*, v. 18, n. 2, p. 91-104, 2021. DOI: <https://doi.org/10.31510/infa.v18i2.1203>.

**LEAL, E. A.; FERREIRA, L. V.; FARIAS, R. S.** O papel do estágio docência no desenvolvimento de competências didático-pedagógicas no contexto da pós-graduação em Contabilidade. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, v. 14, n. 2, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14507/EPAA.28.5326>.

**LIMA, G. F.** A precarização do Direito do Trabalho a partir de influências da Revolução Industrial sobre os entregadores por aplicativos no Brasil. *Laborare*, v. 4, n. 7, p. 6-29, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33637/2595-847x.2021-86>.

**MACHADO, M. I. C.; FERREIRA, J. M.** Análise do nível de conhecimento dos discentes do curso de Ciências Contábeis sobre os direitos trabalhistas: estudo comparativo sobre a percepção dos discentes antes e depois da disciplina Direito do Trabalho e Seguridade Social. *Revista do Fórum Gerencial*, v. 1, n. 3, p. 211-224, 2021. Disponível em: <https://revistas.unipam.edu.br/index.php/forumgerencial/article/view/2351> Acesso em: 21 out. 2023.

**MACIEL, Á. S.; LANDO, G.** Desafios e perspectivas do mundo do trabalho pós-pandemia no Brasil. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 20, p. 63-74, 2021. Disponível em: <http://orcid.org/0000-0002-4376-265X>. Acesso em: 05 maio 2024.

**MELO, G. C. V. et al.** Formação e Desenvolvimento Profissional Docente versus Desempenho Acadêmico: análise dos cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais Brasileiras. *Pensar Contábil*, v. 25, n. 87, 2023.

**NASCIMENTO, E. A.; SILVA, R. S.; FONSECA, J. D. O.** Aprimorando a aplicação da Análise Fatorial Exploratória: um exemplo didático com dados de comportamento do consumidor. *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES*, v. 17, n. 2, p. e5463-e5463, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.2-371>

**ONEDA, R. S. N.; MARTINS, Z. B.** A Percepção de Alunos de Ciências Contábeis Após a Obrigatoriedade do eSocial. *RAGC*, v. 9, n. 39, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/2433> Acesso em: 27 out. 2023.

**PRODANOV, C. C.; DE FREITAS, E. C.** Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico - 2ª Ed. Editora Feevale, 2013.

**RAMOS, P. A.; PEREIRA, F. A.** Análise das expectativas dos consumidores de companhias aéreas brasileiras durante a pandemia de COVID-19 por meio da análise fatorial. *Revista Gestão em Análise*, v. 12, n. 3, p. 66-81, 2023. DOI: <https://doi.org/10.12662/2359-618xregea.v12i3.p66-81.2023>.

ROGERS, P. Melhores práticas para sua análise fatorial exploratória: Tutorial no Factor. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 26, p. e210085, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2022210085por>

SANTOS, L. M. A.; MELGAÇO, G. M.; VILELA, J. A. Assédio no ambiente de trabalho. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 9, n. 5, p. 4293-4303, 2023. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v9i5.10273>.

SANTOS, L. T. F.; TABOSA, M. C. O. O mercado contábil e os novos rumos da contabilidade: uma análise da percepção dos alunos concluintes. *Revista Campo do Saber*, v. 6, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.iesp.edu.br/index.php/campodosaber/article/view/352> Acesso em: 23 out. 2023.

SANTOS, A. A.; AMORIM, D. A. Análise dos componentes curriculares de rotinas trabalhistas do curso de Ciências Contábeis. *Cadernos da FUCAMP*, v. 22, n. 55, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2934> Acesso em: 25 out. 2023.

SANTOS JUNIOR, A. R.; BATISTA, L. M. M.; LIMA, M. V. N. FLEXIBILIZAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS - OS ENTRAVES E DESAFIOS CONSTITUCIONAIS. *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar*, v. 2, n. 4, 2021. DOI: <https://doi.org/10.47820/recima21.v2i4.285>.

SULPHEY, M., ALANZI, A.; KLEPEK, M. Development and standardization of a tool to measure knowledge of labour laws among employees. *E+M. Ekonomie a Management = Economics and Management*. 2021, v 24, . n.4, p. 86-104. 2021. DOI: <https://doi.org/10.15240/tul/001/2021-4-006>.

VESOLOSKI, S. P.; ZAMBAM, N. J. O Compliance nas relações de trabalho: mecanismo de prevenção e redução de condutas desvantajosas para a garantia dos direitos sociais. *Scientia Iuris*, v. 26, n. 3, p. 145-160, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5433/2178-8189.2022v26n3p145-160>.

ZANELLA, L. C. H. Metodologia de pesquisa. 2 ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013. Disponível em: [https://faculdefastech.com.br/fotos\\_upload/2022-02-16\\_10-05-41.pdf](https://faculdefastech.com.br/fotos_upload/2022-02-16_10-05-41.pdf). Acesso em: 28 abr. 2024.

# Capítulo VI

## DETERMINANTES DA VALORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DO PROFISSIONAL CONTÁBIL

*DETERMINANTS OF THE VALUATION AND RECOGNITION OF THE  
ACCOUNTING PROFESSIONAL*

**Autores: Bárbara Silva Macêdo<sup>26</sup>; Wênyka Preston Leite Batista da Costa<sup>27</sup>; Jandeson Dantas da Silva<sup>28</sup>; Sérgio Luiz Pedrosa Silva<sup>29</sup>; Camila Karen Alves Pedrosa<sup>30</sup>**

---

26 Bacharel em Ciências Contábeis pela UERN

27 Pós Doutorado em Ciências Contábeis pela UNISINOS-PR. Professora do curso de Ciências Contábeis pela UERN.

28 Doutor em Ciências Contábeis pela UNISINOS-PR. Professor do curso de Ciências Contábeis da UERN.

29 Doutor em Geografia Econômica pela UFPE. Professor do Departamento de Ciências Contábeis pela UERN.

30 Bacharel em Ciências Contábeis pela UFERSA, mestranda em Administração pela UFERSA

## Resumo:

O estudo objetivou evidenciar os determinantes da valorização e reconhecimento do profissional contábil. A metodologia desse estudo, quanto aos objetivos, foi classificada como descritiva, quanto à abordagem, como quantitativa, e quanto aos procedimentos, caracteriza-se como levantamento ou *survey*, direcionado a discentes de uma universidade pública do Nordeste brasileiro, com amostra de 128 respondentes. Os dados foram tratados por meio de estatística descritiva e análise fatorial exploratória (AFE). Como resultado, obteve-se os determinantes da valorização e reconhecimento do profissional contábil, sendo caracterizado por três fatores: crescimento do mercado de trabalho, pois é notória a evolução da profissão, tendo seu mercado de trabalho expandido; responsabilidade na empresa, pois o contador detém e entrega informações fundamentais para a empresa e auxilia na tomada de decisões; e, as oportunidades de empregos, onde o profissional contábil possui diversas possibilidades de atuação, justificando a abundância de empregos. O estudo demonstra as contribuições acadêmicas e teóricas, práticas e sociais, agregando a literatura para compreensão do papel do profissional contábil no desenvolvimento econômico e social, enfatizando a necessidade do reconhecimento do profissional contábil pela sociedade.

**Palavras-chave:** Profissional contábil. Valorização. Reconhecimento.

### *Abstract*

*The study aimed to provide the determinants of appreciation and recognition of accounting professionals. The methodology of this study, regarding the objectives, was classified as descriptive, regarding the approach, as quantitative, and regarding the procedures, characterized as a survey, directed at students of a public university in the Brazilian Northeast, with a sample of 128 respondents. Data were treated using descriptive statistics and exploratory factor analysis (EFA). As a result, a picture of the determinants of appreciation and recognition of the accounting professional was obtained, characterized by three factors: growth of the labor market, as the evolution of the profession is notorious, with its labor market expanding; responsibility in the company, as the accountant controls and delivers fundamental information to the company and helps in decision-making; and, job opportunities, where the professional has several possibilities of action, justifying the abundance of jobs. The study demonstrates academic, theoretical, practical and social contributions, adding literature to understand the role of accounting professionals in economic and social development, emphasizing the need for recognition of accounting professionals by society.*

*Keywords:* Accounting professional. Valuation. Recognition.

## Introdução:

Sendo a contabilidade considerada uma ciência social aplicada, afeta a sociedade de maneira geral, tornando o objeto do estudo único, particular e subjetivo, e suas práticas contábeis são utilizadas na geração de informações que auxiliam nas tomadas de decisões (Costa, 2019). Com isso, ao nível global a contabilidade evoluiu se tornando uma prática profissional primordial para o sistema econômico (Feil, 2016).

Dessa forma, nos últimos anos o profissional contábil evidenciou-se como uma peça essencial, sobretudo quando se refere ao patrimônio, elaborando e controlando informações, dando segurança aos usuários para o processo decisório. Sendo assim, o papel deste profissional deve ser desempenhado com prudência, tendo em vista que uma ação precipitada pode incorrer em endividamento comprometendo o patrimônio das organizações, evidenciando assim a necessidade do fornecimento de informações tempestivas e confiáveis pela contabilidade (Miranda; Faria, 2016).

Corroborando, Lopes *et al.* (2021) demonstram em sua pesquisa que há várias maneiras de auxiliar na valorização do profissional contábil, sendo relevante a observância dos aspectos legais e éticos. Ainda segundo os autores, o contador é o profissional capacitado para apresentar a situação patrimonial e financeira de uma organização, onde informações expostas incorretamente podem incorrer em prejuízos futuros para a empresa.

Entretanto, segundo Virtuoso e Martins (2018), existe um longo caminho até atingir o nível de reconhecimento e valorização que o profissional contábil almeja, dando-lhe o devido reconhecimento no mercado e na fundamental participação nas organizações. Para tanto, é nítida a necessidade de atualização contínua dos profissionais contábeis, pois o mercado de trabalho valoriza os profissionais que estão preparados para se desafiar nas próprias limitações de seu trabalho (Machado; Rosa; Martins, 2019).

Nesse contexto, a habilidade em se comunicar, acrescido das técnicas de *marketing*, colaboram para valorização deste profissional, proporcionando o alcance de novas conquistas, profissionais e pessoais, tendo em vista que ele atua de modo independente e autônomo, inserido em um mercado competitivo e aquecido (Franco *et al.*, 2018).

Em estudos anteriores como acerca da temática, como as investigações de Cavalcante (2012), Miranda, Miranda e Araújo (2013), Cernusca e Balaciu (2015), Cunha, Olivio e Martins (2017), Almeida e Medeiros (2017), Silva, Santana e Meirelles (2017), Moraes e Martins (2018), Virtuoso e Martins (2018), Machado, Rosa e Martins (2019), Richartz, Manes e Martins (2020) e Manes, Besen e Martins (2021) observa-se a relevância do profissional contábil pelo trabalho que desempenham, tanto nas empresas, como também na economia como um todo, e ainda enfatizam que em seus resultados, que os aspectos éticos legais da profissão são as características que se destacam no profissional contábil. Apesar disso, as pesquisas ressaltam a preocupação com a imagem desses profissionais, destacando a necessidade de demonstrar para sociedade o real valor do contador, possibilitando a sua valorização

A questão central desta pesquisa é entender quais fatores influenciam a valorização e o reconhecimento do profissional contábil na visão dos estudantes de Ciências Contábeis. O objetivo é identificar e analisar os elementos que contribuem para essa valorização, buscando compreender como os alunos veem o papel desse profissional no mercado de trabalho.

Como justificativa teórica, Moraes e Martins (2018) investigaram a percepção dos discentes de administração em relação aos profissionais contábeis e propuseram realizar uma pesquisa com os alunos e ciências contábeis para analisar a visão deles acerca da profissão contábil. Além disso, o estudo justifica-se também pela abordagem diferente das convencionais sobre o tema, traçando os fatores determinantes através de uma análise estatística com os dados coletados. Ademais, como justificativa empírica e relevância desse estudo, se dá principalmente em compreender a visão do público pesquisado

sobre o tema, visando que a pesquisa agregue a imagem do profissional contábil com a finalidade de serem reconhecidos e conseqüentemente valorizados pela atividade que exercem.

Este artigo é dividido em cinco seções. A primeira apresenta a introdução, com a contextualização do tema, a problemática e o objetivo do estudo. A segunda seção traz o referencial teórico, com as citações e fundamentações que embasam a pesquisa. A terceira seção descreve a metodologia adotada. A quarta seção analisa os resultados obtidos. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais, com sugestões para futuras pesquisas e possíveis desdobramentos sobre o tema.

## **Referencial teórico:**

### **- O profissional contábil e o mercado de trabalho**

A contabilidade, no decorrer dos anos, enfrentou os avanços da sociedade mundial, tendo que se adaptar à realidade em que era imposta, evoluindo de maneira diretamente proporcional ao progresso da sociedade, que é a principal propulsora do desenvolvimento contábil (Silva e Assis, 2015). A partir do Decreto-Lei nº 9.295 de 27 de maio de 1946, passou-se a ser regulamentada a prática profissional da contabilidade no Brasil, com a finalidade de conduzir os profissionais no exercício de sua profissão, além de fiscalizar o seu trabalho (Santos, 2016; Paula, 2016).

A área da contabilidade possui um mercado de trabalho amplo que proporciona diversas possibilidades para os profissionais contábeis, habilitados para desempenhar várias funções, a exemplo de auditor, consultor, *controller*, perito, entre outros, sendo o retorno financeiro um dos principais motivadores para a formação na ciência e o exercício da profissão contábil (Silva, 2016).

De maneira geral, o profissional da contabilidade detém uma fundamental responsabilidade com as informações que fornece e na execução das várias funções que o compete (Silva; Santana e Meirelles, 2017). Desse modo, é nítido que a profissão contábil é desafiadora, entretanto, com o passar dos anos, esse do profissional passou a ser visto pela sociedade em geral, não diferindo no mercado de trabalho, que também passou perceber e considerar a necessidade deste profissional e o quanto o exercício do seu papel influencia no crescimento, desenvolvimento e andamento das organizações (Machado; Rosa; Martins, 2019).

Sendo assim, o contador se faz fundamental para a evolução e prosperidade da economia, tanto nacional, quanto global, desempenhando habilidades teóricas e práticas, seja em qual for o assunto relacionado ao mercado e à economia (Vale; Ferreira; Wiesner, 2016). Por ser uma área que oferece várias oportunidades de empregabilidade, a profissão vem vivendo um momento de crescimento, visto que, por lei, uma empresa necessita de um profissional contábil (Biasibetti e Feil, 2017). Assim sendo, pode-se observar que o mercado de trabalho para os profissionais da contabilidade no Brasil é destacado entre os profissionais autônomos (Peleias; Nunes; Carvalho, 2017).

A área em que o Contador atua é vasta e oferece inúmeras oportunidades de emprego, entretanto, para que essas oportunidades sejam alcançadas, se faz necessário a atualização do conhecimento teórico e prático (Silva; Santana; Meirelles, 2017). Ainda segundo os autores, o Contador também precisa ser interdisciplinar, ter entendimento avançado em informática, ter uma boa oratória, uma linguagem moderna e de fácil compreensão, ser ético, além de seguir a legalidade, sendo pragmático e determinado no que se propõe a fazer.

Em consonância com o assunto, Ayres, Nascimento e Macedo (2017) afirmam que a área contábil é, com certeza, uma das profissões que requer atualização, estando sempre atento às legislações vigentes, ficando à disposição para adaptações e mudanças de seus conhecimentos. Desse modo, é perceptível a relevância na busca de conhecimento e fundamentação teórica, de forma abrangente e prática, no intuito de que o profissional contábil ganhe seu espaço no mercado de trabalho, fazendo com que seja

reconhecido pelo trabalho que desempenha (Santos; Almeida, 2016).

## **- Valorização e reconhecimento do profissional contábil**

Quando comparando com anos anteriores, observa-se que a Profissão Contábil está valorizada, onde o mercado de trabalho reconhece a necessidade do serviço prestado por tal (Machado; Rosa; Martins, 2019). Apesar disso, quando comparado com outras profissões, nem sempre a Contabilidade esteve como destaque, e não era tão citada quando o tema eram profissões, a exemplo de Medicina, Direito, e Engenharia, que é um apelo na visão da sociedade (Miranda; Miranda; Araújo, 2013).

Nos últimos anos, pode-se observar que a profissão contábil permanece em uma evolução contínua, onde está sendo valorizada e reconhecida pelo seu papel. Posto isso, ser valorizado e reconhecido profissionalmente, é uma das formas de um profissional sentir satisfação no trabalho que exerce (Ayres; Nascimento; Macedo, 2016). Assim, ainda segundo os autores, torna-se um fato motivador para os profissionais estarem em busca de melhorias constantes, acompanhando essa evolução, visto que a confiabilidade pode interferir nesses processos e, por conseguinte, na satisfação destes profissionais. Em vista disso, o progresso do profissional contábil está relacionado também ao crescimento e fortalecimento do comércio e as inúmeras mudanças que sucederam com o passar do tempo, o que o torna confiável e valorizado (Cunha; Olivio; Martins, 2017).

Nessa linha de pensamento, o usuário da contabilidade atribui a valorização que o profissional contábil possui como aspecto primordial para a confiança nas informações que ele fornece, pois para ele, este profissional ser reconhecido pelos demais, influência no alcance da eficiência nas organizações que tanto almejam (Raffaelli; Espejo e Portulhak, 2016). Dessa forma, quanto mais o público procurar pelos serviços contábeis, tendo em vista o reconhecimento do valor das informações contábeis que eles fornecem e que agregam de maneira positiva as entidades, mais o profissional contábil será valorizado por seus usuários (Machado; Rosa; Martins, 2019).

Em acréscimo a isso, a pesquisa de Raffaelli, Espejo e Portulhak (2016) e Moraes e Martins (2018) pode-se constatar que outras áreas de atuação, como que os futuros economistas e administradores, reconhecem o quão é o trabalho dos contadores, como também a complexidade da função que desempenham. Em contrapartida, Cernusca e Balaciu (2015) apresentam uma ótica diferente sobre o assunto ao afirmarem que a sociedade em geral não compreende a relevância da profissão, seu devido valor e retorno do trabalho que desempenham.

Galvão (2016) traz a ótica dos estudantes, que entendem que o profissional contábil é valorizado e reconhecido pelo mercado, como também pela sociedade, e ainda os julgam como profissionais bem remunerados, contudo, percebe-se que conforme a renda familiar desses estudantes aumenta, em contrapartida, diminui o entendimento sobre esse ponto, podendo ser justificado pelo fato de outras profissões estarem em outro nível salarial enquanto a remuneração do profissional contábil ainda segue degraus abaixo.

Sob a mesma ótica, Richartz, Manes e Martins (2020) afirma que os estudantes percebem a contribuição do profissional contábil para a sociedade e para desenvolvimento do país, e apesar de acharem a atividade repetitiva, como também, embora não tenham conhecimento da remuneração que é atribuída ao Contador, acreditam que ele é bem remunerado. Por outro lado, os autores Manes, Besen e Martins (2021) divergem do resultado pelos autores supracitados, pois consoante o encontrado em sua pesquisa, embora os estudantes acreditem que o profissional contábil seja valorizado por seu trabalho, tendo profissionalismo e boa conduta, e entenderem sua relevância, financeiramente, ainda não é reconhecido, pois acreditam que ele é valorizado em remuneração.

## - Método de pesquisa

A pesquisa quanto aos objetivos configura-se como descritiva, pois tem a função determinar as características de um determinado assunto, analisando os fatos e interpretando-os sem haver interferência do pesquisador (Andrade, 2002; Gil, 2010).

Quanto à abordagem do problema, caracteriza-se como uma pesquisa quantitativa, que tem como atributo o fato de verificar as opiniões pesquisadas transformando-as em números, para classificação e análise, usando técnicas estatísticas (Prodanov; Freitas, 2013).

Em relação aos procedimentos, optou-se por um levantamento, ou *survey*, que consiste em obter os dados para análise através de questionário, e abrange perguntas diretas aplicadas para as pessoas, para chegar a conclusões dos dados coletados com o objetivo de se conhecer um comportamento e/ou opinião (Rodrigues *et al.*, 2014; Silva, 2017).

O questionário foi direcionado a discentes de contabilidade de uma universidade pública no Nordeste brasileiro, obtendo uma amostra de 128 respondentes, correspondendo a 37,98%, de um quantitativo de 337 alunos matriculados na universidade objeto de estudo.

O instrumento de pesquisa contou com 15 afirmativas em escala *Likert*, onde 1 era discordo totalmente e 5 concordo totalmente. O instrumento foi aplicado presencialmente com os alunos, em sala de aula. A elaboração do mesmo teve seu embasamento na pesquisa de Manes, Besen e Martins (2021) e na literatura de Ayres, Nascimento e Macedo (2017), conforme demonstra a Tabela 1.

Tabela 1 - Instrumento de pesquisa

| Variáveis | Afirmativas   |
|-----------|---|
| V01       | A profissão contábil é uma profissão que possui destaque em nossa sociedade, assim como Direito e Medicina.   |
| V02       | Está valorizada, com maiores oportunidades de trabalho para o Contador.   |
| V03       | Existe crescimento do mercado de trabalho para o profissional contábil.   |
| V04       | O profissional contábil possui facilidade de encontrar emprego.   |
| V05       | O profissional contábil prova a sua relevância para a sociedade não apenas pela profissão que exerce, mas também pelo exemplo de profissionalismo e de conduta. |
| V06       | O profissional contábil possui responsabilidade na empresa.   |
| V07       | O profissional contábil possui salário alto.  |
| V08       | O profissional contábil não é bem remunerado.   |
| V09       | A sociedade valoriza muito os serviços prestados por esse profissional.   |
| V10       | A sociedade desvaloriza seus serviços prestados, mas necessita muito dos serviços.  |
| V11       | Não é valorizado, pois seu público é muito crítico.   |
| V12       | Como profissional de uma maneira geral, ganha pouco.  |
| V13       | Possui uma gama de oportunidades de atuação no mercado de trabalho.   |
| V14       | O curso de Ciências Contábeis forma profissionais que encontram boas oportunidades de empregos.   |
| V15       | O profissional contábil necessita sempre estar se atualizando com a legislação vigente.   |

Fonte: Elaborado com base em Ayres, Nascimento e Macedo (2017) e Manes, Besen e Martins (2021)

Em relação ao tratamento dos dados, foram utilizadas ferramentas de estatística descritiva e a análise fatorial exploratória (AFE), através do *software Statistical Package Science (SPSS)*, versão 20.0, seguidamente do confronto dos resultados da pesquisa com o referencial teórico.

## Apresentação e discussão dos resultados:

### - Caracterização dos respondentes

Para a determinação da amostra da pesquisa, foi aplicado o questionário que permitiu a identificação dos respondentes conforme Tabela 2. A tabela em questão apresenta as respostas quando questionado sexo, idade, período em curso na faculdade, estado civil, vínculo empregatício e se ele atuava na área Contábil.

Tabela 2 - Caracterização dos respondentes

|                       | Descrição        | Frequência | Porcentagem (%) |
|-----------------------|------------------|------------|-----------------|
| Sexo                  | Feminino         | 72         | 56,3 %          |
|                       | Masculino        | 56         | 43,8 %          |
| Idade                 | Menos de 20      | 18         | 14,1 %          |
|                       | De 20 a 25       | 89         | 69,5 %          |
|                       | De 26 a 30       | 10         | 7,8 %           |
|                       | De 31 a 35       | 7          | 5,5 %           |
|                       | De 36 a 40       | 1          | 0,8 %           |
|                       | De 41 a 50       | 2          | 1,6 %           |
|                       | Mais de 50       | 1          | 0,8 %           |
|                       | Período          | 1º         | 22              |
| 2º                    |                  | 18         | 14,1 %          |
| 3º                    |                  | 7          | 5,5 %           |
| 4º                    |                  | 21         | 16,4 %          |
| 5º                    |                  | 15         | 11,7 %          |
| 6º                    |                  | 15         | 11,7 %          |
| 7º                    |                  | 10         | 7,8 %           |
| 8º                    |                  | 7          | 5,5 %           |
| 9º                    |                  | 1          | 0,8 %           |
| 10º                   |                  | 12         | 9,4 %           |
| Estado Civil          | Casado (a)       | 10         | 7,8 %           |
|                       | Solteiro (a)     | 111        | 86,7 %          |
|                       | União Estável    | 7          | 5,5 %           |
| Vínculo Empregatício  | Autônomo         | 9          | 7 %             |
|                       | Celetista        | 51         | 39,8 %          |
|                       | Estágio          | 28         | 21,9 %          |
|                       | Servidor Público | 4          | 3,1 %           |
|                       | Não empregado    | 36         | 28,1 %          |
| Atua na área Contábil | Sim              | 35         | 27,3 %          |
|                       | Não              | 93         | 72,7 %          |

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Com isso, pode-se notar que existe um equilíbrio de gênero nos respondentes, tendo um destaque para o sexo feminino que tem possui uma frequência, sendo 56,3% dos respondentes. A atuação feminina na contabilidade vem evoluindo exponencialmente desde a década de 50, que na época equivalia a 1,3% da categoria contábil; passaram a representar 20% em 1980; já nos anos 2000, eram de 31% de representatividade; e em 2018, atingiram a marca de 42,8% de profissionais do gênero feminino (Feliciano, 2020).

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (2023), a representação feminina dos profissionais

contábeis no Brasil é de 43,37%, enquanto a masculina é de 56,63%. Quando comparado com os resultados obtidos na pesquisa, se percebe a inversão desses valores, o que pode significar que a representação feminina na contabilidade continue evoluindo, tendo em vista que os respondentes são alunos que em breve estarão compondo essas estatísticas.

Além disso, predominantemente a amostra são de alunos de 20 a 25 anos, correspondendo a 69,5%. No período em curso deles, assim, observou-se um equilíbrio na maioria, tendo apenas o 9º período com a menor porcentagem de respondentes. Quanto ao estado civil, pode ser observado que a maioria são solteiros, compreendendo um total de 86,7%, seguido de 7,8% de casados e 5,5% têm uma união estável. Seguindo com o vínculo empregatício, onde 39,8% são celetistas, e 72,7% não atua na área Contábil, e apenas 27,3% atuam na área, entretanto, vale salientar que eles são discentes, o que pode significar que em breve haja atuação na área, à medida que adquirem conhecimento e concluem a graduação.

## - Apresentação da representatividade das variáveis da pesquisa

Por meio dos resultados obtidos com a aplicação do instrumento de pesquisa foram obtidas as médias das variáveis da pesquisa, onde foi possível evidenciar a variável de maior representatividade de acordo com os discentes, objeto do estudo, conforme mostra a Tabela 3.

**Tabela 3 - Média das variáveis da pesquisa**

| Variável | Descrição   | Média  |
|----------|---|--------|
| V06      | O profissional contábil possui responsabilidade na empresa.   | 4,8984 |
| V15      | O profissional contábil necessita sempre estar se atualizando com a legislação vigente.                     | 4,8672 |
| V13      | Possui uma gama de oportunidades de atuação no mercado de trabalho.   | 4,2578 |
| V03      | Existe crescimento do mercado de trabalho para o profissional contábil.                                     | 4,0313 |
| V14      | O curso de Ciências Contábeis forma profissionais que encontram boas oportunidades de empregos.             | 3,9141 |
| V04      | O profissional contábil possui facilidade de encontrar emprego.   | 3,6641 |
| V02      | Está valorizada, com maiores oportunidades de trabalho para o Contador.                                     | 3,5313 |
| V12      | Como profissional de uma maneira geral, ganha pouco.  | 3,5234 |
| V01      | A profissão contábil é uma profissão que possui destaque em nossa sociedade, assim como Direito e Medicina. | 3,0625 |
| V09      | A sociedade valoriza muito os serviços prestados por esse profissional.                                     | 2,8203 |
| V07      | O profissional contábil possui salário alto.  | 2,6328 |

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

A Tabela 3 está disposta de maneira decrescente pelas médias encontradas nas variáveis da pesquisa, sendo a primeira variável a de evidência entre os respondentes e a última com menor apelo deles. Assim, segundo ela, pode-se observar que as variáveis de destaque são V06, V15, V13 e V03.

No que tange a variável V06, o estudo de Miranda e Faria (2016) pôde demonstrar a relevância e responsabilidade que o profissional contábil detém em relação às empresas e organizações, pois o contador é considerado essencial para o bom andamento delas, tendo ênfase no patrimônio, onde elabora informações relevantes para seus usuários, sendo primordial para a tomada de decisões. Porém, também segundo os autores, sem a orientação de um profissional qualificado, aumenta o risco de algo dar errado, o que pode levar ao endividamento e a graves prejuízos patrimoniais. Reforça-se, assim, a contabilidade e dos profissionais responsáveis, cuja função é fornecer as informações confiáveis e precisas

Na pesquisa de Silva, Santana e Meirelles (2017) concluiu-se que a área em que o Contador atua

é vasta e oferece um rol de oportunidades de emprego, entretanto, para que essas oportunidades sejam alcançadas, se faz necessário a atualização do conhecimento teórico e prático, corroborando com a variável V15, como também com a V13. Em relação ainda sobre a variável V15, Ayres, Nascimento e Macedo (2017), reforçam que a profissão contábil é uma das áreas que necessita de atualização constante, tendo atenção às legislações vigentes, concordando com a variável V15.

No que se refere ainda variável V13 e V03, o estudo Peleias, Nunes e carvalho (2017) evidenciou que a profissão contábil tem sua notoriedade no mercado de trabalho, com diversas oportunidades de emprego, além da sociedade notar a relevância que ele tem. Na pesquisa de Richartz, Manes e Martins (2020) obteve-se que a maioria dos respondentes da pesquisa julga o mercado de trabalho e as oportunidades de emprego que o profissional contábil possui como fatores relevantes na escolha do curso superior, sendo esses motivos que levam a tomar suas decisões.

## - Determinantes da valorização e reconhecimento do profissional contábil

Neste tópico, buscou-se evidenciar os determinantes da valorização e reconhecimento do profissional contábil na perspectiva dos discentes de ciências contábeis, para isto, utilizou-se a Análise Fatorial Exploratória (AFE), caracterizada por ser uma estatística multivariada que tem como finalidade de analisar em conjunto múltiplas variáveis sobre uma população ou instrumento da questão (Fávero *et al.*, 2009; Hair Jr. *et al.*, 2009). Inicialmente foi realizado o teste de *alpha de cronbach*, com intuito de validar a confiabilidade do objeto pesquisado, onde a quantidade de variáveis e tamanho da amostra influenciam o valor de *alpha de cronbach* (Vieira *et al.*, 2019). O resultado do teste é evidenciado na Tabela 4.

Tabela 4 - Resultado do teste de Alpha de cronbach

| Teste             | Resultado | Parâmetros Hair Jr <i>et al.</i> (2010) |
|-------------------|-----------|---|
| Alpha de cronbach | ,679      | Maior que 0,60                          |

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Conforme parâmetro utilizado, o instrumento de pesquisa demonstra confiabilidade, tendo em vista que o resultado foi superior a 0,60 (Hair Jr, *et al.* 2010). Em seguida foi realizado o teste de kaiser-meyer-olkin (KMO), esse teste busca verificar a adequação da amostra sobre a relação entre as variáveis, conforme pode ser observado na Tabela 5.

Tabela 5 - Resultado do teste de kaiser-meyer-olkin (KMO)

| Teste | Resultado | Parâmetros Hair Jr <i>et al.</i> (2010) |
|-------|-----------|---|
| KMO   | ,749      | Maior que 0,7                           |

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Ainda buscando demonstrar adequação da amostra, optou-se por utilizar o teste de Esfericidade de Bartlett (Hair, *et al.*, 2010). Na Tabela 6, apresentam-se os resultados destes testes e os parâmetros de análise.

Tabela 6 - Resultado do teste de Esfericidade de Bartlett

| Teste                    | Resultado | Parâmetros Hair Jr <i>et al.</i> (2010) |
|--------------------------|-----------|---|
| Esfericidade de Bartlett | ,000      | Menor que 0,05                          |

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Com os dados da pesquisa foi possível verificar que a AFE é adequada, tendo em vista que o resultado do teste realizado está dentro dos parâmetros definidos por Hair Jr *et al.* (2010).

Além dos testes já evidenciados, utilizou-se ainda o teste de variância, conforme demonstrado na Tabela 7.

**Tabela 7 - Resultado do teste de variância**

| Fatores | Soma de extração de carregamentos ao quadrado |                |              | Somadas de rotação de carregamentos ao quadrado |                |              |
|---------|---|----------------|--------------|---|----------------|--------------|
|         | Total   | % de variância | % cumulativa | Total   | % de variância | % cumulativa |
| 01      | 3,548   | 32,253         | 32,253       | 2,738   | 24,894         | 24,894       |
| 02      | 1,945   | 17,681         | 49,935       | 1,917   | 17,920         | 42,814       |
| 03      | 1,120   | 10,184         | 60,118       | 1,903   | 17,304         | 60,118       |

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Esse teste consiste em um procedimento estatístico que compara a variação devida aos tratamentos com a variação devida ao acaso (Girardi *et al.*, 2009). O resultado apresentado no referido teste demonstra que as variáveis do estudo foram agrupadas em três fatores que explicam 60,11% do agrupamento, destaca-se ainda que o valor é aceitável para a pesquisa tendo como parâmetro o valor definido por Hair Jr. *et al.* (2010).

Cabe ressaltar que foram consideradas para composição dos fatores, variáveis com carga fatorial acima de 400, atendendo as recomendações sugeridas por Figueiredo Filho e Silva Júnior (2010). Sendo assim, foram excluídas da análise fatorial três variáveis, sendo estas a V5, V8, V10 e V11. Na Tabela 8, são apresentados o agrupamento e composição dos fatores da análise fatorial.

**Tabela 8 - Agrupamento e composição dos fatores da análise fatorial exploratória**

| Fator   | Variável | Carga fatorial |
|---------|----------|----------------|
| Fator 1 | V1       | 717            |
|         | V2       | 791            |
|         | V3       | 703            |
|         | V4       | 600            |
|         | V6       | 753            |
| Fator 2 | V7       | 552            |
|         | V12      | 433            |
|         | V13      | 458            |
| Fator 3 | V15      | 744            |
|         | V9       | 627            |
|         | V14      | 747            |

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Por meio da obtenção do número dos fatores foi realizada a fase de nomeação desses fatores, utilizando como referência a variável de carga fatorial para representação e rotulação de cada fatorial, conforme preconiza Hair Jr. *et al.* (2010).

Conforme se pode observar, no fator 1, destaca-se a variável V02 como sendo a variável de maior carga fatorial, sendo a mesma representada por um percentual de 0,791. A referida variável descreve o crescimento no mercado de trabalho para o profissional contábil, sendo assim, optou-se por nomear o fator de Crescimento do mercado de trabalho. Já no fator 2, a variável de ênfase corresponde à variável V06, ela é descrita como a o profissional contábil possui responsabilidade na empresa, sendo assim, o fator foi rotulado como Responsabilidade na empresa. Por fim, no último fator foi destacado a variável que compreende boas Oportunidades de empregos, sendo assim, o fator foi nomeado como Oportuni-

dades de emprego. Neste sentido, apresenta-se os determinantes da valorização e reconhecimento do profissional contábil, conforme se observa na Figura 1.

### Figura 1 – Determinantes da valorização e reconhecimento do profissional contábil

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O primeiro fator, nomeado como o Crescimento do mercado de trabalho, é evidenciado pelas pesquisas de Machado, Rosa e Martins (2019) e Manes, Besen e Martins (2021) as quais encontram-se com o mesmo resultado, onde confirmam que os respondentes concordam que a profissão contábil está valorizada, com o mercado de trabalho a favor dele. Além disso, Richartz, Manes e Martins (2020), obteve como resultado que 93,49% da amostra concorda total ou parcialmente que o mercado de trabalho é o principal motivo para a escolha da profissão. Em acréscimo, Peleias, Nunes e Carvalho (2017), pôde observar em seus estudos que para os profissionais autônomos, o qual é o caso dos profissionais contábeis, o mercado de trabalho é um dos pujantes no Brasil.

Com isso, de acordo com Machado, Rosa e Martins (2019) para essa inserção no mercado de trabalho, é necessário que o profissional contábil tenha sua atualização continuada, pois a sociedade valoriza os profissionais que tenham uma preparação para enfrentar os desafios constantes da profissão.

Lubas *et al.* (2021), destacam que os determinantes da valorização e reconhecimento dos profissionais contábeis são variados, mas existem fatores chave que se mostram essenciais para esse êxito. O primeiro seria o nível de conhecimento técnico e práticas contábeis para que o profissional contábil seja valorizado e reconhecido, na sequência citam a capacidade de pensar analiticamente e resolver problemas complexos, e por último a capacidade de se comunicar eficazmente como todos os atores, e concluem que o crescimento profissional hoje também depende fortemente desses determinantes, pois a capacidade de demonstrar um alto nível de conhecimento técnico, habilidades e boa comunicação são primordiais para o avanço na carreira, esse entendimento coaduna com os achados dessa pesquisa.

Já no segundo fator determinante, foi obtido o resultado que o profissional contábil possui responsabilidade na empresa, assim como a pesquisa de Manes, Besen e Martins (2021), que obteve que 81,4% dos respondentes concordam totalmente que o Contador possui responsabilidade na empresa, corroborando com os resultados encontrados. Ainda, Silva, Santana e Meirelles (2017) afirmam o mesmo quando falam que o profissional da contabilidade detém essa responsabilidade principalmente pelas informações que fornece ao seu usuário, onde Machado, Rosa e Martins (2019) concordam também que este profissional influencia no crescimento, desenvolvimento e andamento das empresas. Vale, Ferreira e Wiesner (2016) acrescentam ainda que o contador é de fundamental no que tange a prosperidade e evolução da economia, pois possui conhecimentos teóricos e práticos para lidar com os assuntos relacionados ao mesmo.

No tocante a responsabilidade do profissional contábil, ressaltam-se também com os apontamentos de Moraes e Nascimento (2022), quando destacam como principais tópicos a serem observados, a garantia de que os registros financeiros da empresa sejam precisos e realizados, incluindo o rastreamento de receitas e despesas, na elaboração das demonstrações financeiras, para isso necessita estar atualizado com as leis e regulamentos tributários aplicáveis para garantir que a empresa esteja em conformidade para minimizar a responsabilidade fiscal e ainda ser um suporte na produção de informações oportunas para gestão nas suas tomadas de decisões, segundo os autores essas seriam as principais responsabilidades dos contadores.

O terceiro e último fator determinante consiste nas oportunidades de emprego que o profissional contábil possui. Manes, Besen e Martins (2021) observaram em sua pesquisa que 69,77% da amostra acredita, total ou parcialmente, que eles possuem boas oportunidades de emprego, sendo de acordo também com a pesquisa de Miranda, Miranda e Araújo (2013), em que 71,7% concordaram com a

questão. Segundo Silva (2016), o Contador possui oportunidade de emprego em diversas áreas, como auditoria, consultoria, *controller*, perícia, entre outros. Assim, a profissão contábil vive um momento de crescimento, visto que toda empresa necessita de contador, oferecendo também diversas oportunidades de emprego, como exemplo em empresas de grande porte (Biasibetti; Feil, 2017).

Segundo Barcelos *et al.* (2022), o grau de empregabilidade de um profissional contábil, dependerá do escopo de especialização e experiência pessoal, esses profissionais estão em alta demanda, pois são responsáveis por analisar dados financeiros, preparar e examinar documentos e fornecer consultoria financeira, quanto mais experiente e conhecimentos um contador tiver, maior será o seu nível de empregabilidade, por exemplo, um contador com experiência em auditoria e preparação de impostos será almejado do que aquele que só tem experiência em contabilidade, as entidades também valorizam e buscam profissionais que dominem as novas tecnologias da informação, buscam ainda profissionais com a capacidade de atuar com diferentes clientes e áreas distintas do mundo dos negócios.

## **Considerações finais:**

O presente artigo buscou evidenciar os determinantes da valorização e reconhecimento do profissional contábil. Dessa forma, com base na análise dos dados obtidos, concluiu-se que as determinantes para a valorização e reconhecimento do profissional contábil são três fatores, sendo o primeiro o crescimento do mercado de trabalho, o segundo a responsabilidade na empresa e o terceiro as oportunidades de emprego. No que tange esses fatores determinantes, os respondentes entendem que são esses motivos que levam o profissional contábil a ser valorizado e reconhecido pela sociedade.

Além disso, os resultados obtidos destacam que na visão dos respondentes, é relevante que os profissionais contábeis estejam sempre se atualizando com a legislação vigente, e apesar de acreditarem que ele seja valorizado pela sociedade, geralmente, o profissional não é bem remunerado pelas atividades de imprescindíveis que exerce.

Sendo assim, conclui-se que a pergunta deste estudo foi respondida tendo seu objetivo alcançado, onde a metodologia utilizada foi eficaz. Consoante os resultados, a pesquisa possibilita às contribuições acadêmicas e teóricas, e práticas e sociais. No tocante às contribuições teóricas, este estudo agrega a literatura sobre o tema com seus resultados obtidos, entregando à comunidade acadêmica uma pesquisa que aprofunda a discussão e a compreensão do papel do profissional contábil, tanto para o desenvolvimento econômico, quanto social. Outrossim, o estudo colabora a base de estudos do tema também com a diferente abordagem sobre ele, aplicando aos resultados uma análise estatística.

Quanto às contribuições práticas, este estudo ajuda a entender os fatores que influenciam a escolha pela profissão contábil e oferece um retorno à sociedade sobre a relevância desse campo de atuação. Assim, a pesquisa também possui uma dimensão social, ao esclarecer o papel do profissional contábil e evidenciar a necessidade de reconhecimento e valorização dessa carreira.

Em relação às limitações, destaca-se que os achados deste estudo não podem ser generalizados, uma vez que a análise foi realizada com estudantes de Ciências Contábeis de uma única universidade pública localizada no Nordeste brasileiro. Para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação do escopo do estudo, contemplando um conjunto maior de universidades da mesma região ou de outras partes do país, possibilitando uma análise abrangente sobre os fatores que influenciam a valorização e o reconhecimento do profissional contábil.

Além da referida sugestão, pode-se ainda direcionar a pesquisa para aplicação junto a determinados segmentos da sociedade, como, por exemplo ao segmento de empresários, ou ainda da sociedade como um todo, como também, a utilização de outras técnicas de análise, como o teste de médias e análise de *clusters*, para analisar o relacionamento entre características do perfil sociodemográfico com as variáveis do instrumento de pesquisa, objetivando a constatação da difusão da valorização do reconhecimento do profissional contábil. Ainda, sugere-se elaborar uma pesquisa sobre o tema tendo como tratamento de dados outros tipos de análises estatísticas.

## Referências:

ALMEIDA, G. T. de; MEDEIROS, L. M. Percepções em relação ao profissional contábil: investigação comparativa com estudantes ingressantes e concluintes. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 104-121, 2017. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/UERJ/article/viewArticle/3038> Acesso em: 12 jan. 2023.

ANDRADE, M. M. de. *Como preparar trabalho para cursos de pós-graduação: noções práticas*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

AYRES, R. M.; NASCIMENTO, J. C. H. B.; MACEDO, M. A. S. Satisfação do profissional de contabilidade do estado do Rio de Janeiro quanto à qualidade de vida no trabalho–QVT (2014-2015): Uma análise por PLS-SEM com base no modelo dimensional de Walton. *Pensar Contábil*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 5-14, 2017. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/view/2942> Acesso em: 11 jan. 2023.

BARCELOS, I. R. *et al.* A Quarta Revolução Industrial e os Impactos na Profissão Contábil. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, Curitiba-PR, v. 14, n. 3, 2022. <http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v14i3.82960>

BIASIBETTI, A. P.; FEIL, A. A. Análise do perfil do profissional contábil requerido pelas empresas do Vale do Taquari-RS. *Revista Destaques Acadêmicos*, Lajeado-RS, v. 9, n. 1, p. 89-110, 2017. <http://dx.doi.org/10.22410/issn.2176-3070.v9i1a2017.1258>

CAVALCANTE, C. H. L. Percepção dos alunos iniciantes e concluintes do curso de Ciências Contábeis sobre a profissão contábil. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília-DF, n. 177, p. 50-63, 2012. Disponível em: <https://cfc.org.br/edicoes-antiores-revista-brasileira-de-contabilidade/> Acesso em: 8 fev. 2023.

CERNUSCA, L.; BALACIU, D. E. The perception of the accounting students on the image of the accountant and the accounting profession. *Journal of Economics and Business Research*, [s.l], v. 21, n. 1, p. 7-24, 2015. Disponível em: <https://www.cceol.com/search/article-detail?id=564792> Acesso em: 21 fev. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. CFC. Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade agrupados por Gênero. 2023. Disponível em: <https://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=0>. Acesso em: 10 mar. 2023.

COSTA, R. S. da. *Contabilidade para iniciantes em ciências contábeis e cursos afins*. Editora Senac São Paulo, 2019.

CUNHA, A.; OLIVIO, A.; MARTINS, Z. B. Percepção de clientes acerca do grau de importância e nível de satisfação com os serviços prestados pelo profissional da contabilidade. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília-DF, v. 1, n. 227, p. 70-81, 2017. Disponível em: <https://cfc.org.br/edicoes-antiores-revista-brasileira-de-contabilidade/> Acesso em: 23 jan. 2023.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. D.; CHAN, B. L. *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisão*. São Paulo: Campus, v. 235, 2009.

FEIL, A. Análise das variáveis intervenientes na tomada de decisão ética do Profissional Contábil. *Enfoque Reflexão Contábil*, Maringá, v. 35, n. 1, p. 75-93, 2016. <http://DOI:10.4025/enfoque.v35i1.30433>

FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA JÚNIOR, J. A. Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. *Revista Opinião Pública*, Campinas-SP, v. 16, n. 1, p. 160 – 185, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762010000100007>

FELICIANO, R. Os novos desafios das mulheres no mundo contábil. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília-DF, n. 234, p. 6-9, jul. 2018. Disponível em: <http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/1783>. Acesso em 10 março de 2023.

FRANCO, I. F. S.; DIAS, L. P.; CARDOSO, R.; BELOUMINI, J. A visão dos contabilistas sobre a valorização e o reconhecimento do profissional. *Revista de Auditoria Governança e Contabilidade*, Monte Carmelo-MG, v. 6, n. 25, p. 132-147, 2018. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/1556> Acesso em: 12 fev. 2023.

GALVÃO, N. S. Percepção dos estudantes do ensino médio acerca do profissional contábil. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, João Pessoa-PB, v. 4, n. 2, p. 40-53, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/recfin/article/view/28995> Acesso em: 5 jan. 2023.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIRARDI, L. H.; CARGNELUTTI FILHO, A.; STORCK, L. Erro tipo I e poder de cinco testes de comparação múltipla de médias. *Revista Brasileira de Biometria*, São Paulo, v.27, n.1, p.23-36, 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Lindolfo-Storck/publication/270816>

HAIR JR, J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. *Multivariate data analysis*. 5. ed., New Jersey: Prentice Hall, 1998.

HAIR JR, J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. *Análise multivariada de dados*. 6. ed. Porto Alegre: Bookman Companhia Editorial, 2009.

HAIR JR, J. F.; BLACK, W. C.; BARDIN, B.J.; ANDERSON, R. E. *Multivariate data analysis*, 7. ed. Prentice Hall, New Jersey, 2010.

LOPES, J. G. M.; ZANETONI, T. O.; LOPES, T. O.; BORELI, B. Valorização dos profissionais de contabilidade como consultores. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, Jardim Paulistano-SP, v. 7, n. 10, p. 3167-3177, 2021. <https://doi.org/10.51891/rease.v7i10.3031>

LUBAS, K. M. *et al.* Discussões Conceituais e Éticas sobre Lavagem de Dinheiro nos Cursos de Ciências Contábeis. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília-DF, 2021. Disponível em: <http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/1783>

MACHADO, D.; ROSA, T.; MARTINS, Z. B. O mercado de trabalho na percepção dos profissionais contábeis. *Revista de Contabilidade da UFBA*, Salvador, v. 13, n. 1, p. 84-104, 2019. <https://doi.org/10.9771/rc-ufba.v13i1.27922>

MANES, E. S.; BESEN, S.; MARTINS, Z. B. Valorização e reconhecimento do profissional contábil: uma percepção de alunos de graduação em ciências contábeis de uma universidade comunitária de Santa Catarina. *SINERGIA-Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis*, Rio Grande-RS, v. 25, n. 2, p. 33-45, 2021. <https://doi.org/10.17648/2236-7608-v25n2-12227>

MIRANDA C. S.; MIRANDA R. A. M.; ARAÚJO, A. M. P. Percepções dos estudantes do ensino médio sobre o curso de Ciências Contábeis e as atividades do profissional contador. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 17-35, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4240969> Acesso em: 11 jan. 2023.

MIRANDA, V. L.; FARIA, J. A. Caricaturas e estereótipos do contador: Como a imagem do profissional de contabilidade vem sendo veiculada em um jornal de grande circulação no Brasil? *Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, Ribeirão Preto-SP, v. 15, n. 3, p. 1087-1116, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5678567> Acesso em: 7 fev. 2023.

MORAES, L. C.; MARTINS, Z. B. A percepção de discentes de administração acerca dos profissionais contábeis. *Anais da Semana Científica e de Extensão do Centro de Ciências Sociais Aplicadas-Gestão*, v. 5, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/SCE/article/view/14569> Acesso em: 21 fev. 2023.

MORAIS, A. M.; NASCIMENTO, J. L. Uma análise da responsabilidade civil/criminal aplicada aos profissionais de contabilidade prestadores de serviços às empresas contratadas pela administração pública. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, Criciúma-SC, v. 8, n. 10, p. 4497-4507, 2022. <https://doi.org/10.51891/rease.v8i10.7611>

PAULA, E. A importância da ciência contábil e a valorização do profissional contábil nas entidades públicas. *Sinergia*, São Paulo-SP, v. 17, n. 2, p. 151-155, 2016. Disponível em: <https://ojs.ifsp.edu.br/index.php/sinergia/article/view/92> Acesso em: 34 fev. 2023.

PELEIAS, I. R., NUNES, C. A., & CARVALHO, R. F. Fatores determinantes na escolha do curso de Ciências Contábeis por estudantes de instituições de ensino superior particulares na cidade de São Paulo. *Revista Gestão Universitária na América Latina*, Florianópolis-SC, v.10, n. 3, p. 39-58, 2017. <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2017v10n3p39>

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAFFAELLI, S. C. D.; ESPEJO, M. M. S. B.; PORTULHAK, H. A imagem do profissional contábil: Análise da percepção socialmente construída por estudantes de Ciências Econômicas. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, Florianópolis-SC, v. 13, n. 29, p. 157-178, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5619053> Acesso em: 8 jan. 2023.

RICHARTZ, C.; MANES, E. S.; MARTINS, Z. B. Valorização e Reconhecimento do Profissional Contábil: Uma Percepção de Concluintes do Ensino Médio. *Qualitas Revista Eletrônica*, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 165-182, 2020. Disponível em: [http://ccn-ufsc-cdn.s3.amazonaws.com/10CCCF/20200626234355\\_id.pdf](http://ccn-ufsc-cdn.s3.amazonaws.com/10CCCF/20200626234355_id.pdf) Acesso em: 23 jan. 2023.

RODRIGUES, A. J.; GONÇALVES, H. A.; MENEZES, M. B. C.; NASCIMENTO, M. F. *Metodologia científica*. Aracaju: UNIT, 2014.

SANTOS, E. A.; ALMEIDA, L. B. Fatores determinantes da intenção de escolha da carreira na área de contabilidade: um estudo sob o enfoque da teoria do comportamento planejado. 2016. Tese de Doutorado. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/42724> Acesso em: 11 jan. 2023.

SILVA, M. S.; ASSIS, F. A. A história da contabilidade no Brasil. *Revista Negócios em Projeção*, Brasília-DF, v. 6, n. 2, p. 35-44, 2015. Disponível em: <https://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao1/article/>

[view/579](#) Acesso em: 12 jan. 2023.

SILVA, R. B. C. Educação continuada para a formação do profissional da contabilidade: Fatores determinantes e tendências. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Controladoria Empresarial, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://dspace.mackenzie.br/handle/10899/26326> Acesso em: 11 fev. 2023.

SILVA, A. C. R. Metodologia da pesquisa aplicada à Contabilidade. Salvador: UFBA, 2017.

SILVA, B. N.; SANTANA, C. L.; MEIRELLES, J. J. C. Formação acadêmica em Ciências Contábeis e sua relação com o mercado de trabalho: A percepção de formandos de Ciências Contábeis de uma instituição de ensino superior. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília-DF, v. 1, n. 225, p. 66-77, 2017. Disponível em: <https://cfc.org.br/edicoes-antiores-revista-brasileira-de-contabilidade/> Acesso em: 23 jan. 2023.

VALE, L. R.; FERREIRA, F. M.; WIESNER, R. A aplicação prática do código de ética na prestação de serviços contábeis. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília-DF, n. 221, p. 16-29, 2016. Disponível em: <http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/1783> Acesso em: 8 fev. 2023.

VIEIRA, K. C.; PAIVA, A. L.; ANTONIALLI, L. M.; SUGANO, J. Y. Trinta anos de análise multivariada de dados no campo da gestão estratégica: uma revisão sistemática. Revista Reuna, Belo Horizonte MG, v. 23, n. 3, p. 71-91, 2018. Disponível em: <https://revistas.una.br/reuna/article/view/1009> Acesso em: 25 fev. 2023.

VIRTUOSO, G. C. P.; MARTINS, Z. B. Perception of business people on the evolution of the accountant profile. Research, Society and Development, [s.l], v. 7, n. 4, p. 1-18, 2018. <https://doi.org/10.17648/rsd-v7i4.303> ,